

R E V I S T A
DA FACULDADE
DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



2 0 0 5



Coimbra Editora

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade semestral
XLVI — N.º 1 - 2005

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente - PROF. DOUTOR JORGE MIRANDA
Vogais - PROF. DOUTOR EDUARDO PAZ FERREIRA
- PROF. DOUTOR PEDRO ROMANO MARTINEZ
- PROF. DOUTOR EDUARDO VERA-CRUZ PINTO (Vice-Presidente)
- PROF. DOUTOR LUÍS MORAIS
- MESTRE MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO
- MESTRA ISABEL ALEXANDRE
- LIC. JORGE SANTOS

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa — Portugal
Telefone 21 798 4600 — Telecópia 21 795 0303

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO



COIMBRA EDITORA, LIMITADA

Rua do Arnado — Apartado 101 — 3001-951 Coimbra — Portugal
Telef. 239 85 2650 — Fax 239 85 2651

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75 611/95

Junho de 2006

Martim de Albuquerque — Nota de Abertura 9

I Doutrina

Eduardo C. B. Bittar — O ensino da Filosofia do Direito: história, legislação e tradição na cultura jurídica brasileira..... 11

Lenio Luiz Streck — Diferença (ontológica) entre texto e norma: afastando o fantasma do relativismo 55

Carmen Bolaños Mejías — Crisis institucional en las relaciones luso-españolas durante el reinado de Felipe II de Portugal 87

Vito Tanzi — The stability and growth pact: its role and future..... 109

Mateus Kowalski — ONU — A Reforma para a Paz..... 121

Fabrizio Grandi Monteiro de Tancredo — O princípio da subsidiariedade: as origens e algumas manifestações..... 169

Luís de Lima Pinheiro — Reconhecimento autónomo de decisões estrangeiras e controlo do direito aplicável..... 215

Paulo de Pitta e Cunha — The constitutional treaty: a step in european integration along federal lines 241

J. Oliveira Ascensão — Questões problemáticas em sede de indicações geográficas e denominações de origem 253

Jorge Miranda — Direitos fundamentais e ordem social (na Constituição de 1933)..... 271

Guilherme Guimarães Feliciano — Justiça do Trabalho — Nada mais, nada menos..... 311

Maria Luísa Duarte — Tomemos a sério os limites de competência da União Europeia — A propósito do acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de Setembro de 2005..... 341

Eduardo Vera-Cruz Pinto — A disciplina de Direito Romano em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa 371

Pedro Delgado Alves — Governos provisórios 385

Domingos Soares Farinho — As regras de recrutamento parlamentar partidário em Portugal 483

<i>Nuno Ferreira</i> — A responsabilidade internacional: evolução na tradição...	515
<i>Tiago Antunes</i> — Partidos verdes: partidos monocromáticos? — Breve olhar sobre a Política Verde e a partidarização da Ecologia	537
<i>Vasco Duarte de Almeida</i> — Sobre o valor da dignidade da pessoa humana	623
II Legislação	
<i>Eduardo Vera-Cruz Pinto</i> — Apontamentos legislativos	651
<i>Vitalino Canas / Nuno Aureliano</i> — Contribution to a feasibility study on a project in Afghanistan — Law enforcement	669
III Jurisprudência	
<i>Nuno Reis</i> — Comentário a um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16-10-2001 (Responsabilidade civil extracontratual)	701
IV Trabalhos de Alunos	
<i>Ana Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira</i> — A imputação da responsabilidade individual na criminalidade de empresa: a aplicabilidade da figura da autoria mediata por “domínio da organização”	721
V Vida Universitária	
<i>Adriano Moreira</i> — O futuro da educação.....	777
<i>Eduardo Vera-Cruz Pinto</i> — Os Arquivos no Direito Internacional: uma perspectiva portuguesa.....	783
<i>António de Sousa Franco</i> — Homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão (Acta da reunião do Conselho Científico de 23 de Julho de 2003).....	795
<i>Jorge Miranda</i> — A Constituição Fiscal Portuguesa	797
<i>Jorge Miranda</i> — Apreciação da dissertação de doutoramento da Mestra Maria Benedita Malaquias Pires Urbano	807
<i>Jorge Miranda</i> — Apreciação do relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de uma disciplina de Direito Constitucional Penal apresentado pela Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma a provas de agregação.....	817
<i>Jorge Miranda</i> — O referendo local.....	829
<i>Paulo de Pitta e Cunha</i> — Apreciação do currículo científico e pedagógico do Professor Doutor Eduardo da Paz Ferreira	837

<i>Paulo de Pitta e Cunha</i> — Elogio do Professor Doutor Vito Tanzi	839
<i>Paulo Otero</i> — “Exercício de Poderes Públicos de Autoridade por Entidades Privadas com Funções Administrativas” — Arguição da dissertação de doutoramento do Mestre Pedro Gonçalves	841
<i>Paulo Otero</i> — Palavras de homenagem do Professor Armando Marques Guedes	853
<i>Pedro Soares Martinez</i> — Análise crítica de um Relatório respeitante ao ensino das Finanças Públicas	855
<i>Ruy Albuquerque</i> — Evocação do Dr. Miguel Pinto de Meneses	869
<i>Jorge Miranda</i> — Homenagem ao Prof. Doutor José Dias Marques	877
1.º Curso de Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais	879
1.º Curso de Pós-Graduação de Legística e Ciência da Legislação	881
Curso de Verão de Direito Processual Constitucional	885
Estatutos do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	887
Posição do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa perante o “Processo de Bolonha”	895
Regimento do Instituto de Investigação Científica	901
UNIDROIT — Homenagem à Prof. Doutora Isabel de Magalhães Collaço...	903

PARTIDOS VERDES: PARTIDOS MONOCROMÁTICOS? — BREVE OLHAR SOBRE A POLÍTICA VERDE E A PARTIDARIZAÇÃO DA ECOLOGIA (*)

TIAGO ANTUNES

SUMÁRIO

	Págs.
INTRODUÇÃO.....	539
I— QUANDO E ONDE SURGIRAM OS PARTIDOS VERDES?.....	541
Localização temporal e espacial	
II— POR QUE SURGIRAM OS PARTIDOS VERDES?.....	543
Factores determinantes do seu aparecimento e do seu maior ou menor sucesso	
Nova Política.....	543
<i>Novos Movimentos Sociais (NMS's)</i>	544
Classe Média	547
Pós-materialismo	551
Estrutura de Oportunidade Política	561
Sistema Eleitoral.....	561
Financiamento dos Partidos	564

(*) O presente texto corresponde, salvo ligeiras alterações, ao Relatório que apresentei no âmbito do Seminário de Ciência Política do Curso de Mestrado 2002/2003, sob a regência do Professor Doutor Jorge Miranda. O Relatório foi entregue em Setembro de 2003, pelo que os dados empíricos que recolhemos e que serviram de base à elaboração do trabalho, bem como os diversos exemplos referidos ao longo do texto apenas estão actualizados até aquela data. O fenómeno partidário verde continuou a evoluir, é certo. Mas o presente trabalho não pretende ser mais do que um balanço da política verde, balanço esse que — sem prejuízo de futuras novas incursões ao tema — foi efectuado num dado momento histórico e, portanto, reflecte a evolução processada até esse mesmo momento histórico.

Quero agradecer ao Professor Jorge Miranda, por me ter incentivado ao estudo e à investigação sobre partidos políticos e pelo exemplo que diariamente nos dá de dedicação à Faculdade e ao ensino. Quero também agradecer ao dr. Vitalino Canas, pelos conhecimentos que transmitiu ao longo do Seminário, pela disponibilidade que sempre demonstrou e pela amabilidade de ter cedido os seus brilhantes apontamentos sobre partidos políticos, quando estes eram ainda inéditos.

	Págs.
Sistema Partidário.....	566
Eventos precipitantes.....	569
Balanço	571
III — COMO EVOLUÍRAM OS PARTIDOS VERDES?.....	573
Análise de um <i>case study</i> : Os Verdes alemães	
<i>Die Grünen</i> como “Partido anti-Partido”	573
Regras de organização interna.....	574
A recusa de coligações.....	577
Querela Fundis/Realos.....	579
Evolução/Moderação do Partido.....	580
Mudanças organizacionais	581
A aceitação de coligações.....	582
Balanço	584
IV — OS PARTIDOS VERDES NO PODER.....	585
Exemplos; balanço; problematização	
Exemplos.....	586
Balanço	588
Problematização.....	590
V — QUE IMPACTO PRODUZEM OS PARTIDOS VERDES?.....	591
Contextualização; efeitos da sua actuação partidária	
Nos outros partidos? (micro-análise).....	592
Nos sistemas partidários? (macro-análise)	594
Na definição de políticas?.....	595
VI — PARTIDOS VERDES COMO “PARTIDOS DE ASSUNTO ÚNICO”?.....	597
A ideologia verde	
VII — A IDEOLOGIA VERDE COMO FONTE DE MAIOR POLARIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO?.....	606
A posição “espacial” dos Partidos Verdes na “geografia” político-ideológica	
VIII — A REALIDADE PORTUGUESA.....	612
Algumas hipóteses	
CONCLUSÃO.....	620
BIBLIOGRAFIA.....	621

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objecto o estudo dos partidos verdes ou partidos ecologistas. No fundo, pretendemos investigar — do ponto de vista da Ciência Política — como e por que surgiram estes partidos, de que forma evoluíram, que implicações produzem sobre os sistemas partidários, que impacto (ou capacidade de pressão) têm na definição das políticas nacionais, quais as ideias que defendem, qual o seu posicionamento ideológico no espectro partidário, etc. Em suma, procuraremos aqui estudar a política partidária verde, nas suas múltiplas vertentes, tentando perceber um pouco melhor como actuam e como se caracterizam os partidos ecologistas.

Como é sabido, um dos temas centrais da Ciência Política é o estudo dos partidos e sistemas partidários. Ora, dentro dos partidos políticos, os partidos verdes constituem — indiscutivelmente — uma categoria específica, com características muito próprias, que particularizam estes partidos ecologistas e que os distinguem das demais formações partidárias. É também esta a opinião de Von Beyme, por exemplo, que agrupa os partidos políticos em nove categorias, de acordo com a respectiva ideologia (a saber: liberais e radicais; conservadores; socialistas, sociais-democratas e trabalhistas; cristãos-democratas; comunistas; agrários; regionais e étnicos; extrema-direita; e, por fim, ecologistas) ⁽¹⁾, sendo uma dessas categorias constituída, precisamente, pelos partidos verdes. Ou seja, segundo Von Beyme, os partidos ecologistas são uma realidade partidária autónoma, distinta — em função do seu posicionamento ideológico — dos restantes tipos de partidos políticos. Assim, aquilo que nos propomos fazer é pegar nesta categoria muito específica (e relativamente recente) de partidos — que, ainda por cima, não tem sido objecto de grande atenção por parte dos politólogos (pelo menos, em Portugal, por razões que adiante se perceberão) — e analisar as suas principais características.

Gostaríamos, no entanto, de fazer uma advertência inicial: o estudo que, ao longo das próximas páginas, faremos dos partidos verdes não é, nem pretende ser, um estudo de Direito Constitucional; pelo contrário, o presente trabalho é — como dissemos — um trabalho de Ciência Política. Ora, esta particular abordagem científica ou esta aproximação metodológica ao “*quid*” em análise irá modelar toda a investigação. Assim, por exemplo, a pesquisa que efectuámos para este trabalho foi especificamente orientada em função de um determinado tipo de análise

(1) *Apud* Vitalino Canas, Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema, in Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa, Tribunal Constitucional, Coimbra, 2003, pp. 447 e 448.

(politológica e não jurídico-constitucional), o que condicionou — desde logo — o género de fontes utilizadas. De facto, não nos interessa tanto o “dever ser”, quanto o “ser” e, como tal, não recorreremos a quaisquer fontes normativas. Pelo contrário, iremos basear as nossas conclusões sobretudo em dados empíricos retirados, ou da análise da conjuntura e da evolução político-partidária em vários países, ou provenientes de alguns inquéritos e sondagens de opinião.

Assim, ao longo do trabalho socorrer-nos-emos, por um lado, de uma série de exemplos provenientes de realidades políticas comparadas, utilizando também — quando tal se justifique — a técnica da análise de casos ou “*case studies*” (particularmente, o estudo da evolução do Partido Verde alemão, que constitui — para muitos efeitos — o modelo, por excelência, dos partidos verdes); por outro lado, iremos ainda recorrer aos resultados do Eurobarómetro (um inquérito realizado, de dois em dois anos, nos países da União Europeia, que afere, entre outras coisas, a evolução dos valores dos povos europeus) e do inquérito *Gallup — the Health of the Planet Survey* (realizado em 1992, em 24 países). São estes, a nosso ver, os dados mais interessantes para quem pretende estudar — do ponto de vista da Ciência Política — a evolução e o comportamento (social, político-partidário, eleitoral, etc.), bem como o perfil ideológico de um tipo muito específico e característico de partidos políticos: os partidos verdes.

Antes de avançarmos, porém, convém fazer uma outra observação prévia: os exemplos que servirão de base às nossas análises não são retirados da realidade portuguesa; bem pelo contrário, fundamentámos a nossa investigação essencialmente em experiências político-partidárias estrangeiras. E as razões desta abordagem são várias. Por um lado, o exemplo português em matéria de partidos verdes não é — pelas razões que teremos oportunidade de explicar — nem muito bem sucedido, nem (sobretudo) muito representativo do real e genuíno fenómeno partidário ecologista. E por isso, optámos por estudar este fenómeno a partir dos seus exemplos mais significativos, reservando para o capítulo final algumas considerações em torno da política verde no nosso país. Por outro lado, não há muita literatura nacional sobre partidos políticos ⁽²⁾. E, especificamente sobre partidos verdes, não há qualquer bibliografia que — sequer — leve em consideração o exemplo português (até porque, como dissemos, o exemplo português não é, nem significativo, nem representativo da importância e da evolução sofrida pelos principais partidos verdes ⁽³⁾).

(2) Como é, aliás, reconhecido por Vitalino Canas, no seu recente estudo sobre partidos políticos. Cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., p. 435.

(3) No Capítulo VIII, tentaremos perceber algumas das razões que justificam este relativo insucesso dos partidos verdes no nosso país, bem como o seu distanciamento face à realidade partidária ecologista da maior parte dos países europeus.

Assim sendo, e por todas estas razões, baseámos a nossa exposição em exemplos estrangeiros (que são, indiscutivelmente, os mais impressionantes e os mais conclusivos para quem pretende estudar a partidarização da ecologia). De facto, atendendo ao fenómeno em apreço, seria impossível estudá-lo com profundidade sob um prisma estritamente interno ou nacional. Vejamos, então, como nasceram, como evoluíram e como actuam os principais partidos verdes.

I — QUANDO E ONDE SURGIRAM OS PARTIDOS VERDES?

Localização temporal e espacial

Iniciamos a nossa investigação procurando situar — temporal e espacialmente — o fenómeno partidário verde, isto é, o surgimento e a expansão dos partidos ecologistas. De facto, o primeiro passo na compreensão da política verde e da partidarização da ecologia consiste em estudar o aparecimento dos partidos verdes e a forma como estes rapidamente se expandiram um pouco por todo o mundo, crescendo em número, em dimensão e em sucesso eleitoral, até assumirem o papel que hoje têm no panorama partidário hodierno. Começemos, então, por analisar o “nascimento” dos partidos ecologistas, tentando descobrir como, quando e onde surgiu este fenómeno e de que forma evoluiu.

Os primeiros partidos verdes foram criados na Oceania, em 1972: foi neste ano que surgiu, tanto o Partido Verde da Tasmânia (na Austrália), como o Partido Verde da Nova Zelândia, os quais são — ainda hoje — os partidos ecologistas mais bem sucedidos fora da Europa. Mas foi, sobretudo, neste último continente que os partidos verdes alcançaram maior sucesso e visibilidade. Assim, logo em 1973 surgia o primeiro partido verde europeu, criado no Reino Unido sob a designação de “*People*” (4). E, rapidamente, começaram a surgir — um pouco por toda a Europa — outros partidos de inspiração ecologista, que depressa passaram a constituir um elemento comum e familiar nos sistemas partidários de um grande número de países. O primeiro sucesso eleitoral palpável ocorreu na Suíça, onde em 1979 foi eleito o primeiro deputado verde a um Parlamento nacional.

Verifica-se, portanto, que os primeiros partidos verdes surgiram na década de 70. E a verdade é que, ao longo das décadas seguintes, estes partidos não

(4) Este partido viria, posteriormente, a alterar a sua designação para “*Ecological Party*” e, mais tarde, mudou novamente de nome para “*Green Party*”, designação que se mantém até hoje. Apesar de não ser muito bem sucedido em termos eleitorais, o “*Green Party*” (da Inglaterra e País de Gales) foi o primeiro partido verde europeu e constitui, ainda hoje, a principal manifestação da partidarização da ecologia no Reino Unido. No entanto, existe neste país um outro partido ecologista: o Partido Verde Escocês, com uma base de sustentação eminentemente regional.

pararam de aumentar, ganhando uma importância crescente e implantando-se progressivamente na vida político-partidária, em particular no continente europeu. De tal forma que, hoje-em-dia, existe até uma Federação Europeia de Partidos Verdes, a qual conta já com 32 membros. Esta Federação resultou da transformação de uma plataforma coordenadora de partidos verdes, que havia sido originalmente criada em 1983, sob a designação de “Os Verdes Europeus”. Dez anos mais tarde, em 1993, os partidos que integravam a referida plataforma reuniram-se em Helsínquia e decidiram, então, criar a actual Federação Europeia de Partidos Verdes, que — segundo se orgulham de afirmar — se “estende da Irlanda à Georgia e de Malta à Noruega”.

A expansão e o crescimento dos partidos verdes (sobretudo os europeus) foi de tal ordem que, no final dos anos 90, estes se encontravam já suficientemente estabelecidos e sedimentados, estando amplamente representados a nível local e regional, tendo já eleito deputados verdes numa série de países e tendo — inclusivamente — participado em coligações governamentais (a nível nacional) nalguns desses países. Ao nível do Parlamento Europeu, os Verdes também têm uma boa representação, integrando aquele que é, hoje-em-dia, o quarto maior grupo parlamentar. De facto, nas eleições europeias de 1999 foi eleito um número recorde de 38 deputados europeus verdes, provenientes de 11 países, que se juntaram a alguns regionalistas para formar o quarto maior grupo parlamentar (“Greens/European Free Alliance”), com 45 deputados de 12 Estados-Membros. E até já houve um Comissário europeu proveniente de um partido verde (o Comissário do orçamento e da luta contra a fraude, nomeado pela Alemanha).

Em suma, a evolução relatada permite-nos concluir que, nos nossos dias, os verdes são já um fenómeno político fortemente implantado, com um impacto real e significativo em muitos sistemas partidários. Aliás, nalguns países, os respectivos partidos verdes já não são sequer forças políticas minoritárias, mas — pelo contrário — têm um peso eleitoral significativo e constituem até, em certos casos, o suporte de determinadas soluções governativas a nível nacional (foi o que sucedeu com Os Verdes alemães, por exemplo). Assim, parece que os partidos verdes vieram para ficar e, pelo peso que adquiriram em alguns contextos políticos, são uma força partidária que não podemos — de forma alguma — ignorar.

No entanto, há uma outra conclusão que se pode também, desde já, formular: a implantação e os resultados eleitorais dos partidos verdes diferem muito de país para país. Ou seja, a posição relativa dos partidos verdes nos respectivos sistemas partidários é muito variável: nalguns casos, estes partidos têm sido bastante bem sucedidos; noutros países, porém, os verdes têm uma representação parlamentar insignificante; e há até países em que, ou não existem — de todo — partidos verdes, ou estes não têm praticamente qualquer expressão política.

Ora, que razões estarão por detrás destes resultados tão variáveis? Que motivos explicarão esta tão significativa discrepância entre sistemas partidários,

no que diz respeito ao sucesso dos respectivos partidos ecologistas? Os sistemas políticos de cada país não são — obviamente — homogêneos, nem se pausam, em cada momento, pelas mesmas tendências partidárias; mas, certamente, terá de haver razões muito fortes para justificar esta variação tão significativa no sucesso dos vários partidos verdes (que, nalguns países, servem de sustentação ao respectivo Governo e, noutros países próximos, nem sequer conseguem atingir uma representação parlamentar mínima). Procuremos, então, descobrir que razões são essas, no capítulo que se segue.

II — POR QUE SURGIRAM OS PARTIDOS VERDES?

Factores determinantes do seu aparecimento e do seu maior ou menor sucesso

Tentaremos, agora, desvendar as razões que conduzem ao maior ou menor sucesso dos partidos verdes, isto é, os factores que verdadeiramente determinam e condicionam a posição relativa dos partidos ecologistas, nos diferentes contextos político-partidários em que se inserem ⁽⁵⁾. Através desta análise, conseguiremos — desejavelmente — perceber duas coisas: por um lado, quais as características que, em abstracto, favorecem ou dificultam o aparecimento e a expansão dos partidos verdes; por outro lado, estudando essas várias características e o modo, mais ou menos intenso, como as mesmas se verificam em cada contexto político concreto, acabaremos também por encontrar uma explicação para o facto de, em determinados países, os partidos verdes terem vingado e, noutros países, nem por isso.

Nova Política

Há quem tente justificar o aparecimento e crescimento dos partidos verdes através da sua inserção num novo clima político (libertário, radical), surgido nos finais da década de 60, que seria portador de uma série de novos valores (ambientalistas, pacifistas, feministas, etc.) e de uma nova postura de intervenção social e política (não convencional ou contestatária). Este novo clima político seria o resultado, por um lado, da expansão económica ocorrida no pós-guerra (que levou à ascensão de uma classe média instruída e abastada, cujos interesses iam muito para lá de certas preocupações materialistas e se centravam em determinados valores ideais ou espirituais) e, por outro lado, de uma cultura de

⁽⁵⁾ Para uma panorâmica geral — que, ao longo deste Capítulo, seguiremos de perto — cfr. Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001.

protesto forjada pelas revoltas estudantis de Maio de 68 e pelos movimentos populares (espontâneos) de contestação social que se seguiram. Em suma, todos estes factores teriam contribuído para o desenvolvimento de uma nova mentalidade política, a qual seria também responsável pelo advento e expansão dos partidos verdes. Vejamos, então, um pouco melhor em que consiste exactamente esta “nova política”, como se caracteriza e que implicações teve sobre o fenómeno partidário verde.

Novos Movimentos Sociais (NMS's)

No final dos anos 60 e início da década de 70, começou a surgir uma vaga de novos movimentos sociais, que — inspirados pelo ideário das famosas revoltas estudantis de Maio de 68 — se caracterizavam essencialmente por dois vectores: pelo tipo de aspirações e ideais (ambientalistas, anti-nuclear, pacifistas, feministas, etc.) que protagonizavam e pela postura contestatária ou pelas formas radicais de protesto que adoptavam ⁽⁶⁾. Estes movimentos são referenciados na literatura especializada (sobretudo de matriz sociológica) pela expressão “*novos* movimentos sociais” (ou NMS's) porque marcaram uma efectiva ruptura com o tipo de associações populares até então conhecidas: os sindicatos e outros movimentos de trabalhadores. De facto, os *novos* movimentos sociais, a que nos estamos a referir, assumiram um posicionamento — tanto ideológico, como comportamental — radicalmente diverso dos tradicionais movimentos do proletariado ⁽⁷⁾. Senão, vejamos.

Para começar, o substracto ou a base de sustentação sociológica destes *novos* movimentos sociais era proveniente — na sua essência — da classe média, e não da classe operária; mas, sobre este aspecto não adiantaremos muito, pois voltaremos a abordá-lo mais adiante.

A verdade é que os *novos* movimentos sociais em apreço eram dotados de uma cultura anti-sistema, isto é, eram movimentos de contestação ou de protesto, formados num meio de revolta estudantil e que reclamavam uma transformação radical da sociedade. Esta transformação radical da sociedade não era a mesma que era exigida pelos movimentos proletários, ou seja, não era uma transformação dos métodos de trabalho ou uma redistribuição da propriedade sobre os factores de produção; pelo contrário, o que os *novos* movimentos sociais pretendiam era a afirmação social de certos valores não-materialistas e não-produtivistas (o

⁽⁶⁾ Cfr. Donatella della Porta e Mario Diani, *Social Movements (an introduction)*, Great Britain, 1999, pp. 13 e ss.

⁽⁷⁾ Cfr. Donatella della Porta e Mario Diani, *Social Movements (an introduction)*, Great Britain, 1999, pp. 11 a 13.

ambiente, a segurança nuclear, etc.), a defesa de alguns ideais espirituais (a paz, por exemplo), bem como a valorização de certos estratos sociais minoritários, socialmente desvalorizados ou que, no mínimo, não eram devidamente considerados (as minorias étnicas, as mulheres, etc.).

E, por esta via, apercebemo-nos de uma outra diferença muito significativa entre os dois tipos de movimentos sociais aqui em comparação: uma diferença de natureza ideológica. De facto, os *novos* movimentos sociais eram portadores de uma cultura libertária ou, por outras palavras, inseriam-se numa corrente de “esquerda libertária”, a qual se distingue — diametralmente — da esquerda socialista ou trabalhista que inspirava os movimentos de trabalhadores.

Mas, como dissemos *supra*, a diferença era também comportamental, ou seja, os *novos* movimentos sociais caracterizavam-se pela utilização de formas não convencionais de participação política (como a desobediência civil ou a acção directa), para lá — é claro — das tradicionais manifestações.

Por fim, em termos organizacionais, os *novos* movimentos sociais eram dotados de estruturas muito leves e informais, totalmente descentralizadas, pouco organizadas e nada burocráticas, baseando-se — em muitos casos — na participação popular espontânea.

Com esta breve descrição, pensamos que fica já bastante claro a que tipo de *novos* movimentos sociais nos estamos a referir e quais os seus principais traços característicos. Trata-se, essencialmente, de grupos de intervenção política, que se constituíram e organizaram com base nos movimentos estudantis do final dos anos 60 ou que, pelo menos, aí tiveram o seu momento de identificação colectiva. Ou seja, foi no seio das revoltas estudantis que nasceu o sentimento de pertença a um grupo comum (grupo esse que partilha determinados ideais e determinadas formas de expressão desses mesmos ideais), composto por uma população politicamente consciente, atenta e socialmente activa, que — mais tarde — viria a constituir e a integrar uma série de movimentos de intervenção social e política, embebidos de uma cultura libertária e contestatária.

Pois bem, segundo vários Autores foi também neste meio que se formaram os principais partidos verdes. Estes partidos seriam — afinal de contas — o “braço político-partidário” dos *novos* movimentos sociais, visando complementar as formas de participação política directa e espontânea (manifestações, campanhas de rua, acção directa, desobediência civil, etc.) com uma representatividade eleitoral e uma presença efectiva nos fóruns de discussão da política partidária institucionalizada. Ou seja, os partidos ecologistas seriam verdadeiros (*novos*) movimentos sociais, que aceitavam constituir-se formalmente como partidos políticos para representar as preocupações destes movimentos nos palcos tradicionais da democracia partidária instituída. No fundo, os partidos verdes seriam mais um passo na evolução dos *novos* movimentos sociais, que não pretendiam resumir a sua intervenção política a determinadas formas de parti-

cipação da sociedade civil, mas — em acréscimo — queriam também ganhar terreno no panorama partidário, adquirindo uma certa representatividade eleitoral e tendo uma palavra a dizer na formação das principais políticas públicas.

Em suma, as camadas de população — politicamente conscientes e mobilizadas — que compunham os *novos* movimentos sociais não pretendiam ficar excluídas ou alheadas do “jogo democrático” e do funcionamento regular da vida político-partidária. Apesar do seu posicionamento contestatário ou de protesto, da sua cultura anti-sistema e da sua afirmação como “*outsiders*” face ao sistema político institucionalizado, os *novos* movimentos sociais pretendiam ganhar um espaço de intervenção política também ao nível partidário e, se possível, parlamentar. E os partidos verdes foram o veículo ideal para assegurar a representação dos *novos* movimentos sociais (e, sobretudo, das suas aspirações políticas) ao nível das principais instituições democráticas.

Aliás, como dissemos *supra*, são vários os Autores que relacionam os dois fenómenos em apreço: os partidos verdes, por um lado, e os *novos* movimentos sociais, por outro. De resto, esta ligação parece perfeitamente plausível. Em termos ideológicos, os partidos verdes defendem muitas das soluções que foram propostas e que estavam, de alguma forma, subjacentes à filosofia dos *novos* movimentos sociais (a ecologia, acima de tudo, mas também o pacifismo, a igualdade e a justiça social, etc.). No que diz respeito às formas de actuação, também é verdade que os principais partidos verdes — sobretudo numa fase inicial, isto é, nos primórdios da sua existência — assumiram uma postura radical e de protesto, que só com o tempo se foi progressivamente moderando. Assim sendo, parece que podemos concluir que os *novos* movimentos sociais surgidos no final da década de 60 e início da década de 70 (*maxime*, os movimentos ambientalistas) foram como que a “incubadora” dos partidos verdes. Ou seja, estes partidos foram forjados no clima político muito próprio (libertário e contestatário) que caracterizava os *novos* movimentos sociais.

No entanto, é preciso ter alguma cautela e não tomar a parte pelo todo. Isto porque, embora muitos partidos verdes tenham tido a sua origem — como dissemos — nos *novos* movimentos sociais em apreço, tal conclusão não é generalizável a todos os partidos ecologistas. De facto, nem todos os partidos com uma vocação ambientalista derivaram do clima radical e contestatário que temos vindo a descrever. Pelo contrário, é possível encontrar alguns partidos ecologistas que tiveram origem em correntes conservacionistas, que se pautam por uma atitude romântica face aos bens naturais e por uma perspectiva bucólica do meio-ambiente, apenas se preocupando em preservar as principais belezas naturais e em conservar as espécies tal como elas se encontram no seu estado natural. O posicionamento político destes partidos é claramente conservador: não contestam o sistema instituído, nem pretendem reformá-lo, apenas adoptam — por amor filantrópico ao ambiente — uma perspectiva preservacionista, que visa

cuidar e conservar os principais recursos naturais. Aliás, na maior parte dos casos, estes partidos adoptam até uma visão bastante restrita do ambiente e nem sequer se preocupam excessivamente com determinados fenómenos ecológicos modernos (como o meio-ambiente urbano, a poluição atmosférica ou o tratamento de lixos, etc.), apenas visando — numa perspectiva romântica — a conservação das espécies através de parques naturais e outras formas de fruição da natureza no seu estado mais puro.

Porém, os partidos verdes conservadores (ou conservacionistas) são a excepção. A maior parte dos partidos ecologistas europeus deriva directamente do clima político radical que marcou os *novos* movimentos sociais e as revoltas estudiantis ocorridas no final dos anos 60. Ou seja, o modelo de partido verde — por excelência — é aquele que se formou no meio libertário e contestatário protagonizado pela juventude das décadas de 60/70. Ainda que essa juventude tenha, entretanto, evoluído em termos ideológicos e ainda que a maior parte dos partidos verdes tenha também sofrido uma evolução, moderando o seu discurso e as suas formas de intervenção, a verdade é que tais partidos tiveram o seu “berço” no clima de protesto e de reivindicação de ideais que caracterizou os *novos* movimentos sociais. E isso pode comprovar-se pelo posicionamento radical e reivindicativo que muitos partidos verdes assumiram no momento da sua criação e ao longo dos primeiros tempos de actuação político-partidária.

No entanto, há ainda uma dúvida que fica no ar: se os partidos verdes derivaram directamente dos movimentos ambientalistas radicais surgidos no início da década de 70, por que é que os outros movimentos mono-temáticos — ou aparentemente mono-temáticos — dessa época (pacifistas, feministas, etc.) não sofreram também um fenómeno de partidarização? Eis uma questão para a qual procuraremos encontrar resposta ao longo do presente trabalho.

Classe Média

Há quem também procure justificar o advento e o sucesso dos partidos verdes com a expansão da classe média, que seria o estrato da população com maior simpatia pelo programa político dos partidos ecologistas e constituiria a sua principal base de apoio e de sustentação eleitoral. Vejamos, então, se este raciocínio procede.

Com o pós-guerra, o clima de desenvolvimento e progresso económico que então se sentiu e, por fim, o advento do Estado Social, deu-se uma melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas e um aumento efectivo das classes médias. Para este fenómeno contribuiu também a enorme expansão do sector terciário ou dos serviços, que levou a um aumento dos chamados “*white collars*” (ou trabalhadores de colarinho branco) sobre os “*blue collars*” (ou massa operária). Em suma, todos estes factores conduziram a um verdadeiro “*boom*” da

classe média. Porém, não se assistiu apenas a um aumento numérico desta classe social, mas — sobretudo — à criação progressiva de uma *nova* classe média, mais próspera e mais instruída. De facto, o clima de segurança e expansão económica que se viveu no pós-guerra propiciou a formação de um estrato populacional mais abastado ou, pelo menos, mais bem instalado na vida, mais educado e com maior relevo e projecção sociais, composto essencialmente por professores, funcionários públicos e profissionais liberais.

Ora, é precisamente deste estrato social que provêm os simpatizantes dos partidos verdes (e, de resto, foi também deste estrato social que nasceram os *supra* referidos *novos* movimentos sociais). Com efeito, vários estudos têm demonstrado que o “eleitorado verde”, quando comparado com o eleitorado de outros partidos políticos, é mais novo, mais educado, vai menos à Igreja e é mais provável que trabalhe na função pública ou noutra função de colarinho branco. Isto é, os simpatizantes dos partidos ecologistas pertencem, na sua maioria, a uma classe média jovem, educada e culta, com alguma estabilidade em termos profissionais e económicos. Mais concretamente, no que diz respeito a’Os Verdes alemães, 50% do seu eleitorado é composto por estudantes e trabalhadores de colarinho branco; e se, em vez dos eleitores, considerarmos os militantes e activistas, a proporção é ainda maior.

De facto, não só na Alemanha, mas um pouco por toda a Europa, são as camadas sociais intermédias, com relativa segurança (e até alguma prosperidade) económica, com elevado nível de preparação intelectual e uma crescente relevância social, que mais se envolvem activamente na defesa de causas ambientais e no combate político em nome dessas causas. Como tal, é compreensível que a significativa expansão da classe média, ocorrida nos anos sessenta e setenta, tenha contribuído favoravelmente para o aparecimento e crescimento eleitoral dos partidos verdes.

Aliás, esta associação entre a classe média e a defesa de causas ambientais é tão nítida que há até quem sustente que o “ambientalismo” é um instrumento de classe, isto é, um instrumento de promoção social da classe média ou, em geral, um mecanismo ao serviço dos interesses desta classe social. Esta ideia inspira-se na imagem de que, ao defender valores ecologistas, a classe média pretenderia “deixar cair a escada por onde subiu”. Ou seja, uma vez atingida a prosperidade económica (à custa, eventualmente, de alguns sacrifícios ambientais), os membros desta classe social quereriam agora evitar que outros atingissem também essa prosperidade, e assim — para excluir potenciais rivais — teriam começado a defender e promover causas ecológicas.

Ora, será efectivamente assim? Serão os valores ambientais um mero instrumento ao serviço dos interesses egoístas da classe média? Corresponderá esta imagem à realidade?

Muito sinceramente, temos sérias dúvidas de que assim seja. De resto, poderá perguntar-se por que é que o ambiente serviria exclusivamente os inte-

resses da classe média. Pelo contrário, pensamos que, embora a protecção do ambiente seja efectivamente reclamada e exigida — com grande notoriedade pública — por parte de elementos que provêm (na sua maioria) da classe média, a verdade é que tais valores ambientais servem, por igual, todos os estratos sociais (à excepção, é claro, daqueles que sejam proprietários de indústrias poluentes ou que levem a cabo outras actividades económicas nocivas para o meio-ambiente).

Assim, estamos plenamente de acordo com Martell, quando este afirma que o ambiente é uma preocupação “*class-based*”, mas não “*class-driven*” (8). Significa isto que, embora as preocupações ambientais tenham um claro substrato classista, ou seja, uma base de apoio sociológica muito evidente e muito bem demarcada, tais preocupações não revelam qualquer intuito de promoção de uma determinada classe. Por outras palavras, os valores ambientais sensibilizam a classe média (mais do que qualquer outra), mas não por força de interesses egoístas ou por uma vontade de afirmação social.

Seja como for, o que nos interessa reter — para o âmbito do presente estudo — é que existe uma íntima relação entre a ascensão das classes médias e o crescimento dos partidos ecologistas. Porém, cumpre referir que esta afirmação não é inteiramente consensual. Há quem discorde e coloque em dúvida esta associação de ideias ou entenda que não estamos perante uma verdadeira relação causa/efeito. Ouçamos, então, algumas dessas vozes discordantes.

Por um lado, há quem sustente que o factor que contribuiu decisivamente para o crescimento dos partidos verdes não foi tanto a classe social, mas antes o aumento do nível de instrução escolar. Ou seja, são as camadas mais instruídas que tendem a ver o ambiente como um valor político prioritário. A nosso ver, este entendimento é — no essencial — verdadeiro e não contradiz aquilo que temos vindo a dizer pois, como fizemos questão de sublinhar, não foi tanto o crescimento numérico da classe média que conduziu ao aparecimento e expansão dos partidos verdes, mas sim o advento de uma nova classe média — mais educada, mais atenta e, porque “folgada” em termos económicos, mais preocupada com determinados valores comunitários — composta, na sua maioria, por estudantes, professores e outros profissionais com uma formação elevada.

Por outro lado, há quem até concorde que os partidos verdes tiveram a sua principal base de apoio nas classes médias, mas apenas por um factor muito particular: teria sido a falta de correspondência entre o valor que estas classes médias se atribuíam a si próprias e a sua fraca representatividade na sociedade e nas instituições, que teria determinado a adesão a certos partidos mais radicais,

(8) *Apud* Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001, p. 89.

com um forte pendor contestatário e uma ânsia de modificar o sistema instituído. Ou seja, segundo Daniel Boy (e outros), foi a discrepância entre a consciência que a classe média tinha do seu próprio valor (e do seu grau de instrução) e o seu fraco relevo social, que a levou a apoiar os ideais ambientalistas e os partidos verdes, como forma de afirmação social⁽⁹⁾. Pela nossa parte, temos algumas dúvidas que tenha sido este o factor determinante do crescimento da política ecologista e, sobretudo, questionamos a veracidade de algumas das premissas que estão subjacentes à doutrina em apreço (em particular, o fraco relevo social ou a fraca representatividade da classe média na sociedade e nas instituições). Porém, quanto ao essencial, parece que efectivamente terá sido a expansão da classe média o principal “motor” dos partidos verdes.

Por fim, há quem alegue que não são só as classes médias que têm preocupações ambientais. Isso é muito visível, por exemplo, nos Estados Unidos da América, onde é possível encontrar alguns movimentos ambientalistas, dotados de uma forte implantação social, que provêm das classes mais desfavorecidas: é o caso do famoso “movimento de justiça ambiental”, que protesta contra a concentração das actividades económicas mais poluentes junto dos bairros pobres, onde moram as minorias étnicas e as camadas da população mais desfavorecidas. Este movimento de justiça ambiental — que, no fundo, luta contra o racismo e as injustiças sociais, mas adopta uma perspectiva ambientalista para lidar com esses problemas — tem, na actualidade, um profundo impacto nos Estados Unidos, tendo-se constituído como um verdadeiro lóbi a nível nacional, dotado de uma grande adesão social e fortes apoios locais espalhados por todo o país, em especial nas grandes cidades.

Pois bem, este movimento de justiça ambiental seria uma boa prova de que os valores ecológicos não são apanágio exclusivo da classe média. Pelo contrário, as classes sociais mais pobres e desfavorecidas sabem que a igualdade social passa também por uma justa distribuição dos encargos poluentes e lutam contra a discriminação ambiental de que são vítimas, o que só demonstra que estas classes estão conscientes dos problemas ambientais e mobilizadas para apoiar esta causa. Ora, não será isto contraditório com as conclusões a que chegámos *supra*? Pensamos que não, e por uma simples razão: o movimento de justiça ambiental, e outros de natureza equivalente, são fenómenos que, embora se encontrem em franca expansão (sobretudo nos Estados Unidos, como dissemos), surgiram há relativamente pouco tempo. Tais movimentos ainda não existiam ao tempo em que foram criados os primeiros partidos verdes, por exemplo. Como tal, não podemos confundir nem misturar realidades que pertencem a momentos temporais diversos.

(9) Cfr. Daniel Boy, *Le Vote Écologiste en 1978*, in RFCP, vol. 31, n.º 2, Avril 1981, pp. 411 e ss.

Assim sendo, continuamos a afirmar que foi a expansão (quantitativa e, sobretudo, qualitativa) da classe média que permitiu o aparecimento e crescimento dos partidos verdes, ao longo dos anos 70 e 80. Hoje-em-dia, parece que a consciencialização ecológica tende a democratizar-se e a alastrar a outras classes sociais (tradicionalmente mais preocupadas com certos valores materialistas e com a sua própria condição sócio-económica), o que é — obviamente — de louvar. Porém, trata-se de um fenómeno recente, não o esqueçamos! E, ainda assim, há que reconhecer que, muitas vezes, o movimento de justiça ambiental, e outros semelhantes, apenas utilizam o ambiente como uma mera bandeira para a reivindicação de melhores condições sociais para as classes mais desfavorecidas e como forma de luta contra as desigualdades e injustiças que sofrem, nos seus próprios bairros, tantas vezes transformados em autênticos guetos (ambientais, e não só).

Pós-materialismo

Um outro factor que é também apresentado, com grande insistência, como justificativo do aparecimento e do relativo sucesso eleitoral dos partidos verdes é o advento do pós-materialismo ⁽¹⁰⁾. Segundo esta teoria, que é sustentada por Inglehart e seus seguidores, o crescimento dos partidos ecologistas seria o resultado e, simultaneamente, a prova de uma inversão de valores (de materialistas para pós-materialistas), ocorrida nas principais sociedades modernas ⁽¹¹⁾. Referindo-se a esta mudança de valores sociais, Inglehart chega mesmo a falar de um verdadeira “revolução silenciosa”, que consistiria na transformação consistente e gradual (e não numa mera alteração conjuntural ou efémera) da estrutura de valores apresentada pelas sociedades pós-industriais. Vejamos um pouco melhor que valores são estes, por que se caracterizam como pós-materialistas e que influência poderão ter tido na expansão do eleitorado ecologista.

Como dissemos, é a Inglehart — um reputado sociólogo e cientista político — que se deve a descoberta e a divulgação do pós-materialismo enquanto padrão de valores sociais na nossa era pós-industrial. De facto, este Autor dedicou-se ao estudo da evolução axiológica das sociedades modernas e concluiu que o quadro de valores nos países mais desenvolvidos se tem modificado progressivamente num sentido pós-materialista, isto é, no sentido de atribuir maior relevo ou prezar mais intensamente determinados interesses ideais ou espirituais, que vão muito para além das necessidades materiais e económicas dos indi-

⁽¹⁰⁾ Cfr., em geral, Paolo Donati, *Environmentalism, Postmaterialism and Anxiety: The New Politics of Individualism*, European University Institute, Florence, Italy, 1996; e Donatella della Porta e Mario Diani, *Social Movements (an introduction)*, Great Britain, 1999, pp. 61 e ss.

⁽¹¹⁾ Cfr. Ronald Inglehart, *From class-based to value-based politics*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britam, 1990, pp. 277 a 280.

víduos (12). Inglehart começou por intuir esta metamorfose de valores, formulando então duas hipóteses científicas, que mais tarde veio a comprovar através de uma série de dados empíricos.

De acordo com a primeira hipótese ou “hipótese da escassez”, as pessoas dão mais prioridade e importância àquilo que não têm. No fundo, esta concepção inspira-se um pouco na teoria económica da utilidade marginal (13): a utilidade marginal de um bem escasso é sempre maior do que a de um bem abundante ou, noutra perspectiva, a utilidade que retiramos de um determinado bem que temos em excesso é incomparavelmente menor do que a utilidade que atribuímos ao último exemplar ou à última unidade de certo outro bem. Assim sendo, era de esperar que, com o afluxo ou o desafogo económico do pós-guerra, as populações dos países mais desenvolvidos comesçassem a atribuir menor importância à satisfação de necessidades materiais, desenvolvendo outras preocupações de cariz pós-materialista.

De facto, já aqui vimos que o pós-guerra trouxe consigo um período de grande crescimento económico ou mesmo de abundância, período esse que decorreu num clima de paz e segurança. Tudo isto concorreu para que as pessoas, naturalmente, dessem o seu bem-estar económico por garantido e, conseqüentemente, lhe atribuíssem menor valor ou prioridade. Ou seja, estavam verificadas todas as condições para que a sociedade comesçasse a ter de se preocupar menos com a segurança ou com o progresso material e económico (que eram já uma realidade efectiva), ganhando assim espaço para outro tipo de aspirações e ideais. Em suma, a segurança e a estabilidade económica favoreceriam o advento ou a expansão de valores pós-materialistas.

No fundo, o que está em causa é a existência de uma hierarquia de interesses: uma vez realizados ou assegurados os interesses fisiológicos e os interesses económicos ou materialistas, as pessoas têm uma tendência natural para desenvolver certas preocupações espirituais e aspirar a determinados valores ideais ou pós-materialistas — nisto consiste a hipótese da escassez, formulada por Inglehart.

Mas este Autor formulou ainda uma segunda hipótese ou “hipótese da socialização”, de acordo com a qual o quadro mental de valores manifestado por cada pessoa seria forjado na sua idade pré-adulta, isto é, seriam as vivências sentidas nos anos formativos iniciais da vida de cada indivíduo que determinariam a sua adesão a determinados valores, os quais — posteriormente — se manteriam inalterados ao longo dos anos. Por outras palavras, Inglehart supunha que

(12) Cfr. Ronald Inglehart, *The nature of value change*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 247 e ss.

(13) É o próprio Inglehart que estabelece esta associação. Cfr. *The nature of value change*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, p. 249.

os primeiros anos na vida de cada sujeito eram determinantes para a formação de um quadro de valores, o qual nortearia a actuação desse sujeito daí para o futuro. O Autor admitia, contudo, que pudessem ocorrer algumas alterações conjunturais nesse quadro de valores, durante períodos de insegurança ou de grave recessão económica (em que há uma natural tendência para o recrudescimento de valores materialistas), mas, no essencial, esse mesmo quadro de valores seria estável, retomando a sua configuração habitual (isto é, a hierarquização de valores estabelecida nos anos formativos iniciais) após o termo dos referidos períodos conturbados.

Pois bem, caso estas duas hipóteses fossem efectivamente válidas, a geração criada e formada nos anos de grande expansão económica que se seguiram à Segunda Guerra Mundial deveria demonstrar um quadro de valores significativamente pós-materialista. Inglehart procurou então comprovar, em termos empíricos, esta sua tese. E, para esse efeito, criou um índice de medição de valores, que consistia no seguinte ⁽¹⁴⁾: seria pedido a uma série de pessoas que escolhessem, segundo a sua ordem de prioridades, os dois valores mais importantes de um conjunto de quatro valores. Ora, destes quatro valores que compunham o índice de Inglehart, dois eram tipicamente materialistas (“manter a ordem e a segurança na Nação” e “combater a inflação”) e outros dois eram tipicamente pós-materialistas (“dar a palavra às pessoas, conferindo-lhes maior intervenção na tomada de decisões governamentais e na definição das políticas públicas” e “proteger a liberdade de expressão”). Assim, consoante a selecção efectuada por cada pessoa, seria possível determinar se essa pessoa prezava mais os valores materialistas ou pós-materialistas.

Utilizando este índice, Inglehart chegou à conclusão de que as gerações mais novas (aquelas que haviam passado os seus anos formativos no período de expansão económica do pós-guerra) apresentavam um padrão de valores acentuadamente mais pós-materialista do que as gerações mais velhas. Ou seja, os filhos eram claramente menos materialistas do que os seus pais. Assim sendo, as teorias de Inglehart estariam aparentemente certas, isto é, as hipóteses *supra* descritas pareciam ser, afinal de contas, mais do que meras hipóteses.

No entanto, o próprio Autor se apercebeu que estes dados não eram ainda suficientemente conclusivos, pois os mesmos poderiam revelar apenas um padrão de valores típico da idade ⁽¹⁵⁾. De facto, é sabido que as camadas jovens são tradicionalmente mais idealistas e menos preocupadas com valores materiais.

(14) Cfr. Ronald Inglehart, The nature of value change, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 250 e ss.

(15) Cfr. Ronald Inglehart, The nature of value change, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 251-252.

Como tal, os resultados do índice de Inglehart poderiam limitar-se a reflectir o desprendimento típico da idade, isto é, poderia estar em causa uma diferença de valores somente atribuível aos diferentes ciclos de vida em que se encontravam os sujeitos envolvidos no teste e não, propriamente, uma evolução geracional de valores num sentido pós-materialista.

Desta forma, só alguns anos mais tarde (com o progressivo envelhecimento da população) seria possível verificar se a geração formada no pós-guerra mantinha uma tendência pós-materialista ou se, pelo contrário, tal pós-materialismo havia sido apenas um efeito da juventude. Ou seja, só após alguns anos seria possível confirmar ou infirmar as hipóteses de Inglehart. Consciente desta realidade, o próprio Autor voltou a repetir a sua investigação de campo uns anos mais tarde, utilizando o mesmo índice de quatro valores, e chegou à conclusão — sustentada em dados empíricos reais e concretos — que as sociedades pós-industriais apresentavam, efectivamente, uma evolução progressiva e sustentada de valores num sentido crescentemente pós-materialista. Por outras palavras, verificou-se que os valores pós-materialistas não eram um mero apanágio da juventude, mas sim uma característica das gerações que cresceram num período de estabilidade e desafogo económico, independentemente da respectiva idade ou ciclo de vida. Deste modo, Inglehart conseguiu confirmar as suas teses.

O próprio Inglehart voltou a repetir o teste inúmeras vezes ao longo da sua vida, aplicando o referido índice de quatro valores numa série de países com sociedades modernas e desenvolvidas, confirmando sempre as suas teses iniciais. Aliás, as teses de Inglehart tornaram-se tão célebres no meio académico que o seu índice passou a ser utilizado, em todo o mundo, como método uniforme de medição de valores. Este índice passou a constar, por exemplo, do Eurobarómetro (um importante inquérito realizado, de dois em dois anos, às populações da União Europeia), o que permite aos estudiosos aferir, periodicamente, da evolução de valores registada no continente europeu. E não só no continente europeu, mas um pouco por todo o mundo ocidentalizado, o índice de Inglehart tem vindo a ser aplicado pelos sociólogos com alguma regularidade, dele se retirando dados muito úteis para uma série de análises e investigações. Nestes termos, é possível fazer não só um estudo evolutivo, como um estudo comparativo do padrão de valores apresentado pelas diversas sociedades pós-industriais. Tais estudos têm revelado, consistentemente, que nos países mais desenvolvidos em termos económicos as pessoas tendem a privilegiar os valores pós-materialistas, enquanto que nas sociedades menos abastadas prevalecem ainda as preocupações materialistas.

O pós-materialismo tem sido utilizado, pelos cultores da Ciência Política, para justificar e explicar uma série de fenómenos, entre os quais o surgimento de novos movimentos sociais — a que já nos referimos — e a ascensão dos partidos ecologistas. Com efeito, o programa político defendido pelos partidos

verdes é assumidamente pós-materialista: critica os excessos do sistema produtivo em que vivemos, condena o crescimento económico a qualquer custo e enaltece as virtudes da natureza e da protecção ambiental, bem como outros valores ideais, como sejam a paz, a igualdade e a justiça social. Nestes termos, é natural que os partidos verdes apelem sobretudo a um eleitorado pós-materialista. E, estando este eleitorado a crescer (nas sociedades de primeiro mundo, pelo menos), é de esperar que os partidos verdes ganhem progressivamente maior notoriedade e sucesso.

Aliás, é curioso notar que foi o próprio Inglehart que, desde o início, estabeleceu esta associação entre o crescimento dos valores pós-materialistas e o advento dos partidos verdes: segundo o Autor, uma das consequências directas do pós-materialismo, em termos político-partidários, seria a progressiva adesão eleitoral aos partidos verdes (visto que são aqueles que melhor traduzem os ideais e espelham o sentimento das camadas pós-materialistas) ⁽¹⁶⁾. Ou seja, Inglehart — que, acima de tudo, foi um politólogo — não deixou de retirar corolários políticos das suas descobertas sobre a mudança de valores nas sociedades pós-industriais. Esta “revolução silenciosa”, como o próprio lhe chamou, teria — em sua opinião — consequências ao nível do funcionamento do sistema político; e uma dessas consequências seria o sucesso eleitoral crescente dos partidos verdes.

No entanto, as teses de Inglehart — e os corolários que daí decorrem — não são inteiramente consensuais. Bem pelo contrário, tais teses têm sido sujeitas a uma autêntica “barragem” de críticas ⁽¹⁷⁾. Estas vozes discordantes podem agrupar-se em dois segmentos distintos: por um lado, há algumas críticas de carácter geral, que contestam a veracidade das hipóteses formuladas por Inglehart e colocam em dúvida a relação causa/efeito entre o bem-estar económico e o despertar de valores pós-materialistas; por outro lado, há algumas críticas mais específicas, que nos interessam sobretudo para o âmbito do presente trabalho, porque, embora sem questionar a ocorrência de uma mudança de valores nas sociedades mais desenvolvidas, põem em crise a ligação entre o pós-materialismo e o sucesso dos partidos verdes, entendendo que são realidades independentes e não consequentes. Vejamos então, com algum pormenor, quais são os argumentos concretamente apresentados pelos críticos.

Começando pelas objecções de carácter geral, há quem levante algumas dúvidas de cariz metodológico quanto ao trajecto científico utilizado por Inglehart para alcançar as suas conclusões. Assim, há quem se questione, por exem-

⁽¹⁶⁾ Cfr. Ronald Inglehart, *From class-based to value-based politics*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, p. 280.

⁽¹⁷⁾ Cfr., entre tantos outros, Paul Warwick, *Disputed Cause, Disputed Effect (The Postmaterialist Thesis Re-examined)*, in *Public Opinion Quarterly*, vol. 62, n.º 4, Winter 1998, pp. 583 e ss.

plo, se será possível chegar a tais conclusões a partir de um índice com um número de assuntos e valores tão limitado. Em suma, há quem sustente que um índice de apenas quatro valores não é suficientemente conclusivo. Por exemplo, o facto de se atribuir menor importância ao combate à inflação significará, necessariamente, menos interesse pelo estado da economia? Por outro lado, o desemprego (que é um relevante problema social, de carácter notoriamente materialista) não consta do índice utilizado por Inglehart; logo, se o problema económico vivido numa determinada época for o desemprego, e não a inflação, o referido índice não reflectirá — com verdade e justeza — as reais preocupações e os valores dos indivíduos.

Uma outra crítica relaciona-se com as premissas assumidas por Inglehart: as suas teses têm subjacente a ideia de que, uma vez satisfeitas as necessidades materiais básicas, as pessoas se viram para outros interesses e valores de cariz pós-materialista; porém, na actual sociedade de consumo, a tendência é para criar mais e mais necessidades materiais, progressivamente mais exigentes. Ou seja, a noção de necessidades materiais básicas tem vindo a alargar-se, o que significa que, depois de satisfeitas algumas dessas necessidades, nós tendemos a gerar outras necessidades, também elas materialistas, e não pós-materialistas (como defende Inglehart).

Por outro lado, foram realizados alguns estudos locais que parecem contradizer as conclusões de Inglehart. Um desses estudos foi conduzido por Philip Curry e Michael F. O'Connell na Irlanda do Norte e chegou a resultados muito interessantes⁽¹⁸⁾. Utilizando o famoso índice de quatro valores, foi traçado o perfil axiológico de diferentes estratos populacionais residentes na Irlanda do Norte, tendo-se alcançado as seguintes conclusões: embora esta região apresente dos mais baixos níveis de pós-materialismo de toda a Europa⁽¹⁹⁾, a verdade é que tais níveis têm vindo a crescer, sobretudo a partir do final dos anos 80; contudo, esta foi a altura em que entrou na idade de voto a geração que havia passado os seus anos formativos no início dos anos 70, isto é, na pior época vivida na Irlanda do Norte (sintomaticamente designada por “*troubles*”)⁽²⁰⁾.

(18) Cfr. Philip Curry e Michael F. O'Connell, Post-Materialist values and political preference: Some unlikely findings from Northern Ireland, *in* *European Journal of Political Research*, vol. 37, n.º 1 (January 2000), pp. 19 e ss.

(19) Curiosamente, a Irlanda do Norte ocupa o segundo lugar no ranking das regiões mais materialistas, imediatamente a seguir a Portugal, que está no topo da lista. Ou seja, Portugal é o país europeu com menor índice de valores pós-materialistas (o que estará, certamente, relacionado com a situação económica menos sólida do nosso país, quando comparado com o resto da Europa).

(20) Cfr. Philip Curry e Michael F. O'Connell, Post-Materialist values and political preference: Some unlikely findings from Northern Ireland, *in* *European Journal of Political Research*, vol. 37, n.º 1 (January 2000), p. 20.

Ou seja, totalmente ao arrepio das teses de Inglehart, o pós-materialismo acentuou-se quando chegou à vida adulta a geração que mais havia sofrido nos seus anos formativos iniciais. Ora, este resultado vem colocar em crise a “hipótese da socialização”, defendida por Inglehart.

Neste mesmo estudo, verificou-se também que, embora os Unionistas sejam tradicionalmente mais ricos do que os Nacionalistas, os níveis de pós-materialismo eram mais elevados entre estes últimos do que no seio dos Unionistas (21). E as razões que justificam este fenómeno são bastante óbvias: atendendo à situação política muito particular que se vivia na Irlanda do Norte, os Nacionalistas — por um lado — pretendiam maior liberdade de expressão e maior participação na vida política e — por outro lado — não queriam a ordem nem a segurança que, até então, os havia oprimido. E isto conduzia a que, aplicando o índice de quatro valores de Inglehart, os Nacionalistas manifestassem uma óbvia preferência pelos valores conotados com o pós-materialismo. Não porque a sua situação económica fosse (ou tivesse sido, na idade pré-adulta) favorável, mas porque aquilo que pretendiam, acima de tudo, eram determinados ideais como a liberdade de expressão e o poder político próprio. Ou seja, os resultados do índice eram claramente influenciados e condicionados pelas vivências políticas muito concretas da Irlanda do Norte.

Aliás, idêntico fenómeno ocorre em Espanha, onde se constatou que os nacionalistas apresentam um conjunto de valores marcadamente pós-materialistas. Ou seja, em determinadas conjunturas políticas, nomeadamente nos territórios onde se verificam fortes pretensões independentistas, é natural que a aplicação do índice de Inglehart conduza a resultados que não espelham, propriamente, as condições económicas locais, mas sim os sentimentos políticos mais profundos e o desejo de libertação e de soberania. Por isso, nem sempre o índice de quatro valores permite retirar as conclusões a que Inglehart chegou. Tudo dependerá da conjuntura política concreta.

Nesta senda, há quem afirme que a atenção exclusiva à clivagem materialismo/pós-materialismo pode ocultar outras clivagens de valores, que não coincidem necessariamente com aquela. Ou seja, as respostas ao índice de quatro valores de Inglehart podem revelar uma efectiva diferenciação de valores, mas que não passa necessariamente pelo eixo materialismo/pós-materialismo, podendo passar por um qualquer outro eixo (autoritarismo/atitudes libertárias, por exemplo).

Acresce ainda que, se os níveis de pós-materialismo estivessem efectivamente relacionados com o bem-estar económico (como afirma Inglehart), então, depois de um grande crescimento provocado pelo *boom* do pós-guerra, o arrefecimento

(21) Idem, ibidem, pp. 21 e ss.

económico dos anos 70/80 deveria ter levado, mais tarde, a uma diminuição do pós-materialismo. A verdade, porém, é que os níveis de pós-materialismo têm vindo sempre a crescer de forma contínua.

Estas são, em síntese, algumas das objecções que têm sido levantadas a propósito das teses defendidas por Inglehart. Vejamos agora as críticas que se dirigem, especificamente, à relação (que o mesmo Autor estabeleceu) entre pós-materialismo e o crescimento eleitoral dos partidos verdes. Para começar, é por vezes invocada uma questão de ordem metodológica: o índice de quatro valores utilizado por Inglehart não contém qualquer menção ao ambiente ou a preocupações de natureza ecológica⁽²²⁾; logo, não seria possível retirar conclusões quanto à ascensão dos partidos verdes a partir de um teste que nem sequer contempla quaisquer valores ambientais.

Por outro lado, a associação entre o pós-materialismo e a política ecologista também não é rigorosa, visto que as preocupações ambientais não são estritamente pós-materialistas. De facto, muitas vezes a exigência de tutela ambiental esconde outros interesses mais “comezinhos”. Isso é muito visível, por exemplo, nos chamados movimentos NIMBY (“*not in my backyard*”), que protestam contra a instalação, junto das suas localidades, de certas actividades (alegadamente) poluentes ou ambientalmente perigosas. Nestes casos, quem protesta não o faz em nome de valores pós-materialistas, mas sim porque teme pela sua segurança, pela sua saúde ou pela desvalorização das suas casas — interesses que são, em qualquer dos casos, claramente materialistas. Ou seja, nem sempre as preocupações ambientais revelam uma postura pós-materialista ou resultam da adesão a certos valores ideais; pelo contrário, em muitos casos o que preocupa as populações é a sua segurança e a saúde pública, ou mesmo — até — determinados interesses de ordem económica.

Por outras palavras, pode afirmar-se que, se Inglehart tivesse razão, então a ecologia política seria apenas uma questão de valores, e não de interesses. No entanto, como sabemos, o conflito ambiental é muitas vezes norteadado, não pela mera existência de diferentes valores sociais, mas antes pelo confronto de interesses contrapostos (dos industriais, dos agricultores, dos trabalhadores, dos vizinhos, etc.). Daí que não se possa fazer, em todos os casos, uma associação directa e necessária, ou linear, entre pós-materialismo e a política verde.

Em acréscimo, sucede que algumas sondagens recentes têm revelado um facto bastante curioso: os níveis de pós-materialismo são, efectivamente, muito

(22) Mesmo o índice alargado de 12 valores, que a certa altura foi criado por Inglehart (mas que só muito raramente é utilizado), apenas integra um item tendencialmente ecológico: “fazer com que as nossas cidades e o campo sejam mais bonitos”.

elevados entre os militantes e activistas dos principais partidos ecologistas (94% dos delegados ao congresso d'Os Verdes alemães; 74% dos delegados ao congresso do Groen Links holandês; etc.); mas o mesmo já não sucede no que diz respeito ao eleitorado verde, em que os níveis de pós-materialismo são mais fracos e, em todo o caso, muito variáveis. Aliás, alguns questionários chegam mesmo a levantar dúvidas quanto à existência de uma relação directa entre a adesão aos valores pós-materialistas e a manifestação de preocupações ambientais. Nestes termos, parece que os dados empíricos não permitem comprovar a antevisão de Inglehart, quando prognosticou que o crescimento do pós-materialismo conduziria — necessária e consequentemente — ao sucesso eleitoral dos partidos verdes. Ainda que tal sucesso tenha efectivamente ocorrido em vários países europeus, é possível que se tenha tratado de uma mera coincidência e não de uma decorrência directa do aumento de valores pós-materialistas.

De resto, os próprios dados recolhidos por Inglehart permitem questionar essa relação causa / efeito. Segundo o Autor, nos anos 80, os países europeus que demonstravam um quadro de valores mais pós-materialista eram a Holanda (com 25%), a Alemanha Ocidental (com 24%) e a Dinamarca (com 18%). No entanto, o desenvolvimento dos partidos verdes nestes três países é completamente díspar: nos Países Baixos, o *Groen Links* tem um razoável grupo parlamentar ⁽²³⁾; na Alemanha, os *Die Grünen* estiveram durante longo tempo no poder (em coligação com o partido mais votado, o SPD), têm uma composição parlamentar significativa a nível nacional, estão amplamente representados ao nível dos *Länder* (os Estados federados) e têm um importante peso a nível local; na Dinamarca, por oposição, as eleições para o *Folketing* (o Parlamento dinamarquês) nunca foram disputadas por qualquer partido verde.

Ainda segundo os dados de Inglehart, a Bélgica e o Reino Unido apresentavam um idêntico nível de valores pós-materialistas (15%). Contudo, os partidos verdes belgas *Ecolo* e *Agalev* fizeram parte, até há algum tempo, da coligação que governava o país; já no Reino Unido, o *Green Party* nunca conseguiu

⁽²³⁾ Referimo-nos ao *Groen Links* e não aos *Die Groenen*. De facto, na Holanda há duas formações partidárias (distintas) com interesses ambientais. No entanto, os "Verdes" — propriamente ditos — foram praticamente eclipsados pela formação, em 1990, da "Esquerda Verde" (que resultou da fusão de quatro pequenos partidos de esquerda: comunistas, pacifistas, radicais e um partido evangélico). Hoje-em-dia, é o *Groen Links* que assume a liderança da política partidária verde, com uma representação parlamentar não negligenciável e uma postura vigorosa na defesa das matérias ambientais, que contrasta com o "adormecimento" e paralisia dos *Die Groenen*. Curiosamente, ambos os partidos se encontram representados na Federação Europeia de Partidos Verdes.

eleger um único deputado e, em eleições legislativas, tem apresentado sempre resultados percentuais muito fracos.

Conclui-se, assim, de forma bastante nítida, que não existe uma relação directa entre o nível de valores pós-materialistas e o resultado eleitoral dos partidos verdes. Ou seja, o pós-materialismo — por si só — não consegue explicar o grau de sucesso muito variável que os partidos ecologistas alcançaram nos diferentes países. Ou, por outras palavras, a variação do índice de pós-materialismo não coincide com a variação do sucesso eleitoral dos partidos verdes. Aliás, os exemplos *supra* referidos demonstram bem que não há uma correspondência perfeita entre estes dois factores. E, como tal, fica patente que o crescimento dos partidos ecologistas não depende apenas do quadro de valores (mais materialistas ou mais pós-materialistas) sentido em cada país.

Não é que o nível de pós-materialismo seja totalmente indiferente. A nosso ver, não estamos perante uma variável totalmente alheia ao sucesso dos partidos verdes, ou seja, o tipo de valores revelados por cada sociedade tem — certamente — uma influência na maior ou menor adesão ao discurso político ecologista. Porém, não podemos ver no pós-materialismo o factor decisivo ou a causa exclusiva dos resultados eleitorais apresentados pelos partidos verdes. Em suma, os valores pós-materialistas auxiliam ou facilitam a simpatia partidária ecologista, isto é, são uma variável relevante, mas não são a variável única nem uma condição suficiente para o sucesso eleitoral dos partidos verdes. Pelo contrário, há uma série de outras variáveis e de outros factores — próprios de cada país — que também jogam um papel muito importante nesta matéria e condicionam os resultados eleitorais dos partidos em apreço.

Nas palavras de Detlef Jahn, com o qual estamos plenamente de acordo, “os partidos verdes são — sem dúvida — um resultado de novas preocupações políticas, mas — mais ainda — dos contextos políticos nacionais em que se inserem” (24). De facto, a diferente configuração dos sistemas políticos, eleitorais e partidários de cada país tem uma influência determinante na possibilidade ou na probabilidade de os partidos verdes singrarem (é por isso que diferentes países, com idênticos níveis de pós-materialismo, podem ter partidos ecologistas com resultados eleitorais muito díspares: tudo depende das regras e condições institucionais verificadas em cada contexto político). Ou seja, há uma série de características próprias de cada sistema e de cada realidade político-partidária que facilitam ou dificultam o sucesso dos partidos verdes. Vejamos, então, que características são essas.

(24) Cfr. Detlef Jahn, *Green Politics and Parties in Germany*, in *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*, edited by Michael Jacobs, Oxford, 1997, p. 174.

Estrutura de Oportunidade Política

A “Estrutura de Oportunidade Política” é um critério institucional, normalmente utilizado a propósito do estudo dos movimentos sociais, mas que também se pode aqui aplicar — com ligeiras alterações — para efeito do estudo dos partidos verdes e dos factores que, em cada sistema, determinam ou condicionam o respectivo sucesso. Com este critério de análise pretendemos aferir, através de diferentes variáveis, qual o grau de abertura de um determinado sistema político à constituição, funcionamento e expansão de novos partidos, *maxime* partidos ecologistas. Ou seja, analisando a “estrutura de oportunidade política” verificada em cada sistema, estamos a avaliar se as principais características e condicionantes (políticas, eleitorais, partidárias, etc.) desse sistema são ou não propícias ao aparecimento e crescimento de novas realidades partidárias (nomeadamente, de cariz ecologista) (25).

No fundo, pretendemos descobrir quais são as características próprias de cada sistema político que levam a que, nalguns países, os partidos verdes tenham singrado (e até, em certos casos, tenham atingido resultados muito satisfatórios) e, noutros países, nem por isso. Por outras palavras, queremos conhecer quais os factores que — em determinados contextos — funcionaram como aliados dos partidos ecologistas, favorecendo o seu crescimento partidário e a sua expansão eleitoral, e quais os factores que — noutros contextos — impediram a ascensão destes partidos. Para esse efeito, temos de olhar para as estruturas e variáveis político-institucionais que, em cada país, podem contribuir ou não para o sucesso dos partidos verdes. É o que faremos já de seguida.

Sistema Eleitoral

Vejamos, então, em que medida o sistema eleitoral de cada país pode ser benéfico ou prejudicial às aspirações e ambições políticas dos partidos verdes. Começando pela Alemanha, cujo sistema eleitoral apresenta uma cláusula-barreira formal de 5%, há quem sustente que — ao contrário do que poderia eventualmente parecer — essa cláusula-barreira foi absolutamente essencial para o aparecimento e para a expansão inicial d’Os Verdes alemães. Com efeito, esta barreira eleitoral encontra-se fixada num nível ideal: suficientemente baixo para poder ser atingido, mas suficientemente alto para aconselhar uma união de esforços e evitar rupturas ou cisões no seio dos pequenos partidos.

(25) Cfr. Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001, pp. 95 e ss.

Assim sendo, foi — em parte — a existência desta cláusula-barreira que levou à união dos vários pequenos movimentos (ambientalistas e não só) que, em 1980, formaram o Partido Verde alemão; e foi também a cláusula-barreira que evitou a dispersão desses diferentes movimentos, os quais tiveram de se manter unidos (por forma a, conjuntamente, superarem o limite dos 5%) e, em consequência, acabaram por ir crescendo enquanto organização partidária unitária. Em suma, se não vigorasse a referida cláusula-barreira, os *Die Grünen* nunca teriam conseguido reunir a dimensão ou a massa crítica inicial, que se revelou absolutamente decisiva para a implantação e para o posterior crescimento eleitoral do partido.

Por outro lado, é preciso referir que, na Alemanha, a própria forma de Estado favoreceu a ascensão e a notoriedade do partido verde: tratando-se de uma federação, os Verdes tiveram vários pontos de acesso e vários patamares de experimentação política ao nível dos *Länder*, os quais deram ao partido uma crescente visibilidade e serviram ainda de balão de ensaio para várias coligações “Vermelho e Verde” (isto é, coligações entre o SPD e os *Die Grünen*), que viriam, mais tarde, a ser transpostas para o governo do país, a nível federal. Aliás, semelhante fenómeno ocorreu na Suíça e na Bélgica, onde a existência de múltiplas instâncias políticas — como resultado da forma federal, no primeiro caso, e da forte autonomia regional, no segundo caso — também facilitou a ascensão e a visibilidade dos respectivos partidos verdes.

No entanto, não se pense que a forma federal é uma “receita” de sucesso garantido para os partidos ecologistas: desde logo, porque há várias federações em que, ou não existem — de todo — partidos verdes, ou estes têm uma fraca expressão eleitoral; por outro lado, se pensarmos no exemplo australiano, há quem defenda que, nesse país, foi a forma federal que impediu a formação de um partido verde único a nível nacional (existe, é certo, o Partido Verde da Tasmânia, que foi um dos primeiros partidos verdes a serem criados e que, ainda hoje, apresenta um considerável peso eleitoral, mas que não tem uma representatividade a nível nacional ou, melhor dizendo, federal). Porém, com tudo isto, estamos a afastarmo-nos da questão que aqui verdadeiramente nos interessa, isto é, a análise dos diferentes sistemas eleitorais.

Regressando então ao tema que presentemente nos ocupa, constata-se o seguinte: ao contrário do que aconteceu na Alemanha, o sistema eleitoral francês foi um dos factores que mais dificultou o sucesso d’Os Verdes. De facto, em França vigora um sistema eleitoral maioritário a duas voltas; e, para passar à segunda volta, é preciso arrecadar pelo menos 12,5% dos votos, o que — obviamente — se torna bastante difícil para os pequenos partidos. Para além de que, ainda que tais partidos consigam, com alguma dificuldade, chegar à segunda volta, o sistema maioritário e o fenómeno do voto útil tornarão praticamente impossível a eleição dos seus candidatos. Nestes termos, percebe-se como o sis-

tema eleitoral francês tem constituído um obstáculo sério e efectivo ao surgimento de novos partidos e, nomeadamente, ao crescimento d'Os Verdes.

Aliás, Os Verdes franceses só recentemente — em 1997 — conseguiram chegar ao Parlamento, e apenas por força de um acordo celebrado com o Partido Socialista, em que se previam cedências mútuas na segunda volta das eleições. Ou seja, só quando Os Verdes aceitaram negociar com outros partidos e com eles estabeleceram acordos eleitorais, é que conseguiram eleger deputados nacionais (mais concretamente, 7 deputados); pelo contrário, sempre que concorreram sozinhos, Os Verdes tiveram resultados fracos ou inexpressivos, falhando o objectivo de eleger representantes para a Assembleia Nacional. E a culpa deste fenómeno reside, como dissemos, no sistema eleitoral maioritário a duas voltas.

De facto, é o sistema eleitoral — mais do que qualquer outro factor — que tem prejudicado o crescimento do partido verde francês. E isso pode verificar-se, de forma muito nítida, através da seguinte constatação: nas eleições regionais e europeias, em que o sistema eleitoral é proporcional, os resultados d'Os Verdes têm sido francamente mais favoráveis. Não restam dúvidas, portanto, de que é o sistema maioritário a duas voltas que, em França, prejudica o sucesso eleitoral do respectivo Partido Verde.

Porém, o sistema maioritário a uma só volta — consagrado no Reino Unido — é ainda mais prejudicial, ou mesmo impeditivo do sucesso eleitoral de qualquer pequeno partido. Não admira, por isso, que o *Green Party*, embora seja o mais antigo partido ecologista europeu, não tenha ainda conseguido — até hoje — eleger qualquer deputado para a Câmara dos Comuns. De facto, devido ao sistema eleitoral em vigor no Reino Unido, os pequenos partidos só conseguirão atingir um resultado minimamente satisfatório se tiverem uma base de apoio regional muito forte (como sucede com os nacionalistas da Escócia e do País de Gales), mas não é esse o caso do *Green Party*. Como tal, este partido está condenado ao fracasso em termos eleitorais. Aliás, tanto assim é que, mesmo os próprios movimentos e grupos de pressão ecologistas preferem aproximar-se dos grandes partidos (Trabalhista e Conservador), tentando convencê-los a adotar determinadas políticas ambientais, do que associar-se a um partido mínimo, politicamente insignificante e sem qualquer expressão eleitoral.

No entanto, deve referir-se que, nas eleições europeias de 1989, o *Green Party* conseguiu obter um sucesso absolutamente inesperado, tendo então alcançado um surpreendente resultado de 15% (que, ainda assim, não foi suficiente para eleger qualquer deputado europeu) (26). Esta votação era totalmente

(26) Cfr. Neil Carter, *Prospects: The Parties and The Environment in the UK*, in *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*, edited by Michael Jacobs, Oxford, 1997, pp. 197 e ss.

imprevisível e foi recebida, na época, com grande espanto e surpresa por parte de todos os analistas. De facto, no Reino Unido não é comum que um pequeno partido, tradicionalmente ignorado e excluído do debate político, consiga atingir uma votação de 15%. Ora, embora não tenha sido eleito qualquer candidato ecologista, este resultado já foi suficiente para agitar algumas consciências, para chamar a atenção mediática sobre o Partido Verde e para fazer os restantes partidos preocuparem-se um pouco mais (na aparência, pelo menos) com as questões ambientais. Contudo, tratou-se apenas de um sucesso isolado e esporádico, fruto da conjuntura política muito própria que então se vivia.

Os verdes só voltaram a ter bons resultados eleitorais no Reino Unido após a recente reforma constitucional — levada a cabo por impulso do *New Labour* — que introduziu alguma dose de proporcionalidade nas eleições europeias e sub-nacionais. Como resultado desta alteração no sistema eleitoral, em 1999 já foram eleitos dois deputados europeus verdes e um deputado verde ao primeiro parlamento escocês; e em 2000 o Partido Verde conseguiu colocar três membros na primeira assembleia da Grande Londres.

A este ponto, a conclusão a retirar dos exemplos *supra* descritos parece já bastante óbvia: a proporcionalidade favorece os partidos verdes. Como pequenos partidos que são, os verdes só conseguem obter alguma representação, convertendo votos em mandatos, no âmbito de sistemas eleitorais proporcionais. No entanto, mesmo esta conclusão pode ser contestada: é que há vários países com sistemas eleitorais proporcionais, que nem sequer têm partidos verdes ou, quando muito, têm partidos verdes com muito fraca expressão eleitoral (é o caso, por exemplo, da Noruega, da Dinamarca, da Espanha, da Grécia e até de Portugal, entre tantos outros países). Assim sendo, somos forçados a concordar com Neil Carter quando este afirma que a abertura do sistema eleitoral é uma condição necessária, mas não suficiente, ao sucesso dos partidos ecologistas⁽²⁷⁾. Vejamos, então, que outros factores influenciam o desempenho dos partidos verdes.

Financiamento dos Partidos

O financiamento partidário, que obedece em cada país a diferentes modalidades, é — sem dúvida — um dos factores que mais pode privilegiar ou dificultar a actuação dos partidos verdes. E, para o comprovar, recorreremos a dois exemplos diametralmente opostos, que revelam — de forma muito nítida —

(27) Cfr. Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001, p. 101.

como as regras de financiamento e de contabilidade partidária podem ser extraordinariamente benéficas ou, pelo contrário, extraordinariamente prejudiciais para os pequenos partidos, *maxime* para os partidos verdes (que constituem objecto do presente estudo).

Na Alemanha, por exemplo, qualquer partido que atinja 0,5% dos votos já tem direito a um financiamento público de campanha. Ora, um resultado eleitoral de 0,5% é relativamente fácil de atingir, mesmo por parte dos partidos mais pequenos (sobretudo no sistema alemão, dotado de proporcionalidade). Logo, este regime de financiamento revela-se extraordinariamente benéfico para os partidos em “início de vida”, os quais — apesar de não terem ainda grandes apoios, nem uma estrutura muito sólida — gozam, desde logo, de um importante auxílio financeiro (estatal), extraordinariamente útil ou mesmo indispensável para o desempenho da suas actividades partidárias. No que diz especificamente respeito aos *Die Grünen*, o financiamento público de campanha foi verdadeiramente decisivo, numa fase inicial, para ajudar a suportar os elevados custos de participação na vida político-partidária activa e para permitir alguma visibilidade do partido em tempos de campanha eleitoral.

Por contraste, no Reino Unido ocorre uma realidade totalmente inversa: para além de não haver qualquer financiamento público de campanha, os partidos que se apresentem às eleições ainda têm de pagar uma caução de 500£ por cada círculo em que inscrevam um candidato; e essa caução só é devolvida se o partido aí obtiver, no mínimo, 5% dos votos. Ora, é preciso notar que no Reino Unido (devido ao sistema eleitoral maioritário, em círculos uninominais) existe uma forte propensão para o fenómeno do “voto útil”, o qual — em muitos casos — impede que os pequenos partidos atinjam, sequer, a fasquia dos 5%, perdendo — em consequência — a caução que haviam pago (o que, sobretudo para partidos de pequena dimensão e fracas posses, significa um pesadíssimo encargo financeiro).

Ou seja, o sistema em apreço é altamente penalizador para os pequenos partidos e desencorajador da sua participação em actos eleitorais. De facto, a ida às urnas pode revelar-se um negócio perfeitamente desastroso em termos económicos. É, precisamente, o que tem sucedido com o *Green Party*: em 1992, por exemplo, este partido perdeu todas as suas 253 cauções, acumulando uma pesada derrota eleitoral com um forte rombo financeiro; em 1997, o partido já só se apresentou em 95 círculos, perdendo novamente todas as cauções; nas eleições gerais de Junho de 2001, o partido voltou a não eleger qualquer deputado, mas já conseguiu recuperar — pela primeira vez — 10 cauções. Em suma, a caução prevista no sistema britânico tem constituído um factor adverso e muito prejudicial ao desenvolvimento da actividade partidária (e, sobretudo, eleitoral) do respectivo Partido Verde.

Sistema Partidário

Vejam agora como é que os diferentes sistemas partidários têm acomodado, no seu seio, os partidos verdes e de que forma tais sistemas podem influenciar (positiva ou negativamente) o desempenho e o crescimento destes partidos. De facto, para além do sistema eleitoral e do financiamento de campanha, a configuração concreta de cada sistema partidário poderá ser decisiva para determinar o potencial de sucesso ou a posição relativa dos partidos verdes. Por exemplo, o equilíbrio (ou desequilíbrio) do xadrez partidário poderá, em determinadas circunstâncias, revelar-se propício ao surgimento de um novo partido com um discurso ecologista ou, pelo contrário, o espaço político-ideológico natural dos verdes poderá encontrar-se já ocupado em termos partidários. Verifiquemos, então, qual o papel que o sistema partidário desempenhou e que influência teve, em diferentes países, no comportamento e no crescimento dos partidos verdes.

Em países com sistemas bi-partidários, os partidos verdes, ou não existem de todo, ou têm um relevo político praticamente insignificante. Tais sistemas caracterizam-se por existirem apenas dois partidos que contam — efectivamente — para o funcionamento do sistema político; e, mesmo que existam outros partidos activos, eles terão um papel apagado e uma representatividade mínima quando comparada com a dos dois principais partidos que compõem e caracterizam o sistema político-partidário. Ora, já sabemos que os partidos verdes são normalmente pequenos partidos e, como tal, mesmo que actuem no seio de um sistema essencialmente bi-partidário, eles não são — de forma alguma — um dos dois grandes partidos estruturantes do sistema; pelo menos, até hoje nunca tal aconteceu. Ou seja, não se conhece nenhum sistema bi-partidário em que uma das duas alternativas de poder seja um partido ambientalista. No entanto, há que ter presente que o bipartidarismo pode ser perfeito ou imperfeito. Vejamos, então, cada uma destas modalidades.

Nos sistemas bi-partidários perfeitos (isto é, aqueles que se caracterizam por só existirem rigorosamente dois partidos com potencial de poder ou de chantagem política), normalmente não existem partidos verdes ou, mesmo que estes partidos se encontrem formalmente constituídos, não têm qualquer relevância política, assumindo um papel perfeitamente marginal e insignificante. No entanto, o bi-partidarismo perfeito é muito raro. E, por outro lado, mesmo nos países onde tradicionalmente só se levam em linha de conta dois grandes e fortes partidos, não é de excluir que — excepcionalmente ou de forma pontual — um partido ecologista possa assumir, em determinados momentos, uma importância ou um relevo inesperados. De facto, já sucedeu, mesmo em sistemas bi-partidários (alegadamente) perfeitos, um partido verde — verificadas determinadas circunstâncias ou em certas conjunturas políticas muito específicas — assumir, momentaneamente, algum protagonismo. Senão, vejamos.

Na Austrália (que é, por vezes, invocada como um dos exemplos típicos de um sistema bi-partidário perfeito), depois das eleições de 1989 e fruto dos resultados eleitorais aí obtidos, foi necessário recorrer aos verdes como suporte do poder. Isto é, naquela época, o *Labour Party* viu-se forçado a estabelecer um acordo de governação com o Partido Verde da Tasmânia, que então ganhou uma enorme visibilidade. Recorrendo a outro exemplo mais recente, refira-se que nas eleições presidenciais norte-americanas de 2000, Ralph Nader — concorrendo pelo Partido Verde (embora, em bom rigor, a sua campanha não tenha sido estritamente ambientalista) — obteve um resultado de 2,73%, o que, por um lado, é absolutamente surpreendente num sistema com um bi-partidarismo tão intenso como o que se verifica nos Estados Unidos da América e, por outro lado, teve consequências importantíssimas visto que, na prática, foi o resultado de Nader que “roubou” a vitória ao candidato democrata Al Gore.

Passando agora aos sistemas bi-partidários imperfeitos (também designados, por vezes, como sistemas de “dois partidos e meio”), estes caracterizam-se, de igual modo, pela existência de duas grandes alternativas de poder, as quais, todavia, têm de conviver com um ou mais pequenos partidos que, embora não rivalizem com as duas principais formações partidárias, têm — apesar de tudo — uma posição eleitoral não negligenciável. Assim, nestes sistemas bi-partidários imperfeitos, os partidos verdes já podem — em teoria, pelo menos — lutar pela posição de terceiro partido mais votado. Ou seja, aqui os partidos verdes já não se limitam necessariamente a ocupar uma posição marginal, podendo — pelo contrário — assumir algum protagonismo. Tudo dependerá, portanto, da forma como consigam (ou não) apelar ao eleitorado.

Por exemplo, no Reino Unido (que é um caso típico de bipartidarismo imperfeito), o *Green Party* tem — ao longo dos anos — lutado para conseguir alguma representação parlamentar, ainda que mínima. E é curioso registar que, embora este partido não tenha tido sucesso nessa sua pretensão (até ao momento, não conseguiu eleger qualquer deputado), ainda assim ele é visto pelo Partido Liberal (que ocupa a posição de terceiro partido do sistema político-partidário britânico) como uma ameaça real. De facto, o Partido Liberal — temendo ser “destronado” pelos verdes da sua posição de terceiro partido — tende a “pisar o olho” ao eleitorado ecologista, através de um discurso ou de uma retórica vagamente ambiental. E isso foi particularmente visível após as eleições europeias de 1989, em que — como vimos *supra* — o *Green Party* obteve um resultado absolutamente fascinante e surpreendente de 15%, o que levou os Liberais a temer o pior.

Nestes termos, parece que os sistemas bi-partidários imperfeitos poderão conduzir a um resultado que, para o presente estudo, se revela bastante interessante: a disputa, entre vários pequenos partidos (os potenciais terceiros partidos), do eleitorado ecologista.

Já nos sistemas multipartidários, a actividade de um partido verde parece bastante mais facilitada. Aqui, havendo uma multiplicidade de partidos, não se verificam — em princípio — entraves ou barreiras à “entrada” dos partidos ecologistas, nem tão pouco ao seu crescimento eleitoral ou ao seu protagonismo político. Assim, os verdes poderão perfeitamente ser um dos vários partidos que compõem o sistema partidário. Tudo dependerá, exclusivamente, da sua maior ou menor habilidade política e da sensibilidade do eleitorado pelas questões ambientais. Nestes termos, a questão que, a propósito do desempenho dos partidos verdes em sistemas multipartidários, se poderá colocar é outra: a de saber se a área de influência política ou o espaço natural destes partidos ecologistas se encontra ou não preenchido em termos partidários. Vejamos alguns exemplos.

Na Alemanha Ocidental, ao longo dos anos 70 e 80, o SPD (o principal partido de esquerda) foi-se progressivamente chegando ao centro. Ora, como não havia então qualquer partido comunista para ocupar a área política à esquerda do SPD (28), foi ficando um espaço livre em termos partidários, que Os Verdes souberam aproveitar. Ou seja, na Alemanha, a própria configuração do sistema partidário foi extraordinariamente benéfica para o Partido Verde, que começou por apelar ao eleitorado da esquerda mais radical, o qual havia sido abandonado pelo SPD e se encontrava “órfão” em termos partidários (aliás, esta é também uma das razões para a radicalização do discurso político que foi inicialmente adoptada pelo Partido Verde, visto que o seu potencial de crescimento se encontrava no eleitorado mais extremista, à esquerda do SPD).

Assim, os *Die Grünen* beneficiaram da “guinada ao centro” efectuada pelo SPD e, sobretudo, tiveram a sorte (e o mérito) de “colonizar” um espaço político que, olhando para o sistema partidário da época, se encontrava vago. Este factor foi absolutamente decisivo para o sucesso do Partido Verde alemão. E isso pode comprovar-se, hoje-em-dia, através da seguinte constatação: desde a reunificação das duas Alemanhas, Os Verdes têm tido bastantes dificuldades eleitorais nos territórios da ex-Alemanha de Leste, visto que aí — entre outros factores (como o baixo nível de pós-materialismo, etc.) — se encontra relativamente bem implantado o PDS (formado pelos ex-comunistas), que ocupa o espaço político natural do Partido Verde.

Assim sendo, pode concluir-se — sem grandes surpresas — que a existência ou inexistência de partidos políticos concorrentes ou potencialmente sobrepostos (isto é, partidos que apelem ao mesmo eleitorado) é um factor determinante para o sucesso ou insucesso dos partidos ecologistas.

(28) Após a reunificação, passou a existir o PDS, que agrupa os ex-comunistas da Alemanha de Leste.

No caso francês, por exemplo, o Partido Verde não teve a mesma facilidade que tiveram Os Verdes alemães, pois em França o espaço político à esquerda do Partido Socialista esteve sempre ocupado pelo Partido Comunista, com o qual Os Verdes tentaram rivalizar em termos eleitorais, quase sempre em vão ou sem grandes resultados.

Mas não se pense que é só a esquerda comunista que “rouba” espaço político ou protagonismo aos partidos verdes. O mesmo sucede — e até com maior intensidade — nos sistemas partidários em que, previamente à constituição de um partido ecologista, já existem e se encontram definitivamente implantados certos partidos de esquerda libertária. Quem o afirma é Kitschelt, um reputado sociólogo que se tem dedicado ao estudo destes fenómenos e com o qual, nesta matéria, estamos plenamente de acordo. Segundo o Autor, os partidos verdes são também, em termos ideológicos, partidos de esquerda libertária; logo, é natural que os mesmos tenham maiores dificuldades em singrar quando já existem partidos que apelam ao mesmo eleitorado e que adoptam uma postura política coincidente com a sua ou que, pelo menos, com ela se intersecciona.

De facto, a verdade é que nos países onde já existiam partidos de esquerda libertária, estes absorveram as preocupações e o discurso ambientalista, tornando mais difícil — senão mesmo impossível — a penetração dos partidos verdes. Foi o que sucedeu na Dinamarca e na Noruega (aliás, só este fenómeno consegue explicar que países tão intensamente pós-materialistas não tenham ainda assistido, até ao momento, a uma verdadeira partidarização, séria, consistente e eleitoralmente relevante da ecologia) e também, de certa forma, na Holanda ⁽²⁹⁾, entre outros países.

Eventos precipitantes

Por fim, para a ascensão eleitoral dos partidos verdes pode também contribuir a ocorrência de certos eventos ou catástrofes naturais, capazes de despertar as consciências para a premência da tutela ambiental e da salvaguarda ecológica. Tais eventos produzem, por vezes, importantes consequências políticas e poderão mesmo conduzir a um súbito acréscimo da simpatia eleitoral pelos partidos verdes ou a uma adesão em massa às suas propostas políticas.

De facto, teremos oportunidade de verificar que houve vários desaires ambientais que, pelas respectivas dimensões e pelas terríveis consequências que

⁽²⁹⁾ Cfr. Paul Lucardie, *Greening and Ungreening the Netherlands*, in *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*, edited by Michael Jacobs, Oxford, 1997, *maxime* pp. 187 e ss. Na Holanda, como dissemos *supra*, foi sobretudo a união de vários partidos de esquerda radical no *Groen Links* (o qual adoptou uma postura e um discurso ambientalista) que ocupou o espaço e prejudicou o sucesso dos *Die Groenen*.

provocaram, abriram verdadeiras crises políticas, com significativos reflexos partidários, que resultaram numa maior visibilidade dos partidos ecologistas e, nalguns casos, levaram ao respectivo crescimento eleitoral.

Assim, na Alemanha, ao longo de toda a década de 80, a preocupação em torno das chuvas ácidas foi o principal catalisador da consciência ambiental; e este facto favoreceu — obviamente — o crescimento do Partido Verde. Com efeito, foram Os Verdes que, em termos partidários, mais se preocuparam com a chuva ácida e, naturalmente, a transportaram para o debate político, utilizando esta temática como uma bandeira para as suas propostas políticas e ambientais, o que lhes proporcionou significativos dividendos eleitorais. Mas há outros exemplos ainda mais notórios.

Na Suécia, após o dramático acidente de Chernobyl e por causa do risco de contaminação radioactiva que então se espalhou, houve um repentino despertar das preocupações ecológicas que, em termos partidários, beneficiou muito directamente o *Miljopartiet*, isto é, o Partido Verde sueco. De resto, não foi só na Suécia que o “nuclear” centralizou as atenções da política ambiental. Em muitos outros países europeus, a utilização pacífica da energia nuclear constitui uma fonte de intensas preocupações ecológicas e um tema central do debate político em tomo do ambiente.

Em França, por exemplo, esta questão esteve na agenda política durante muito tempo (toda a década de 70 e início da década de 80); em seguida, ao longo dos anos 80, o assunto perdeu impacto devido a alguns conflitos internos no próprio movimento anti-nuclear e à posição ambígua do Partido Socialista (o fim da energia nuclear foi objecto de uma célebre promessa eleitoral, incumprida por Mitterrand), mas ressurgiu em força como reacção aos testes nucleares realizados no atol da Mururoa. Por aqui se vê como, mais uma vez, foi um evento concreto que precipitou uma verdadeira onda de protestos internacionais e de adesão à causa ambientalista.

Na Bélgica, foi também um evento concreto — o escândalo das dioxinas — que levou os dois partidos verdes (*Ecolo* e *Agalev*) ao poder. Com efeito, em resultado da chamada “crise das dioxinas”, os partidos ecologistas belgas tiveram um aumento espectacular de notoriedade e de popularidade, que conduziu ao seu sucesso eleitoral e permitiu que, em 1999, fossem chamados a participar na coligação governamental. Porém, quatro anos mais tarde, quando a questão das dioxinas estava já ultrapassada, os partidos ecologistas belgas voltaram a ter fracos resultados eleitorais. Ou seja, o motivo e a causa directa para o grande sucesso destes partidos em 1999 foi — exclusivamente — o escândalo das dioxinas que, por altura das eleições, estava ao rubro; uma vez esquecido tal escândalo, os verdes não conseguiram voltar a repetir o sucesso (pelo contrário, nas eleições de Maio de 2003, sofreram uma pesada derrota).

Desta forma, está mais que provado que determinados desastres ou escândalos ambientais podem ter reflexos de ordem política e gerar consequências partidárias imediatas muitíssimo relevantes, produzindo — em regra — um impacto favorável sobre o desempenho eleitoral dos partidos verdes.

Balanço

Depois de termos analisado algumas das variáveis que mais podem influenciar (e que, no passado, mais influenciaram) o sucesso dos partidos verdes, cabe-nos agora concluir que não é possível encontrar um só factor decisivo, mas antes uma série de factores — históricos, sociológicos, políticos, ideológicos e institucionais — que podem contribuir para o melhor ou pior desempenho político-partidário e eleitoral dos partidos ecologistas. Ou seja, não se pode eleger um fenómeno único que, por si só, consiga justificar e explicar cabalmente os distintos resultados alcançados pelos vários partidos verdes; é a coincidência de múltiplas variáveis que conduz ao maior ou menor sucesso destes partidos.

Por exemplo, a existência e o comportamento eleitoral dos partidos ecologistas não tem exclusivamente a ver com o nível de preocupações ambientais verificado em cada país: há países cujas populações revelam uma elevada consciência ambiental mas que, no entanto, ou não têm partidos verdes (é o caso da Dinamarca e da Noruega), ou têm partidos verdes com resultados bastante fracos e até insignificantes (é o caso do Reino Unido); e a situação inversa também ocorre (a Bélgica, por exemplo, apresentava no Eurobarómetro de 1999 o mais baixo nível de consciência ambiental de toda a União Europeia, mas — muito por força da crise das dioxinas, como dissemos *supra* — os seus dois partidos verdes tiveram, nesse mesmo ano, um grande sucesso eleitoral, entrando para a coligação governamental).

Nestes termos, torna-se muito difícil traçar um quadro ideal ou um contexto óptimo para o desenvolvimento e florescimento da política partidária de cunho ambientalista. Isto é, não podemos aqui formular qual seja a melhor “receita” sócio-política para o sucesso dos partidos verdes. Tudo dependerá da conjugação concreta de factores que, em medida variável, se encontra nos diferentes cenários de disputa partidária. O que podemos referir, isso sim, é quais são os factores que mais beneficiam e os que mais prejudicam ou dificultam o aparecimento e crescimento eleitoral dos partidos verdes. E foi, precisamente, isso que tentámos fazer ao longo deste capítulo, elencando e comprovando, muitas vezes com exemplos concretos, quais as variáveis que desempenham um papel mais relevante no comportamento e no sucesso de tais partidos.

Aliás, os exemplos concretos permitiram-nos verificar que, em determinados países (como a Alemanha, por exemplo), coincidiram vários factores propícios ao desenvolvimento da política verde, e foi isso que conduziu ao sucesso dos respectivos partidos ecologistas. De facto, se hoje-em-dia os *Die Grünen* têm um

significativo peso eleitoral e se chegaram a ter uma participação efectiva na governação, ocupando um papel relevante no sistema partidário alemão, é porque aí confluíram uma série de variáveis, todas elas favoráveis à ascensão de um partido ecologista. Desde o elevado nível de pós-materialismo, ao sistema eleitoral e regime de financiamento de campanha, até à inexistência de um partido de extrema esquerda, tudo isto contribuiu para o aparecimento e crescimento do partido verde. O mesmo não sucedeu, por exemplo, no Reino Unido, em que as diferentes variáveis políticas (os sistemas eleitoral e partidário, os custos de campanha, etc.) jogaram sempre contra o crescimento do *Green Party*.

Em suma, a análise que efectuámos ao longo deste capítulo permite-nos compreender melhor duas realidades: por um lado, ficamos a saber, em abstracto, quais os factores que mais podem beneficiar a partidarização política da ecologia; por outro lado, percebemos agora por que é que o sucesso dos partidos verdes nos diferentes países europeus é tão díspar, ou seja, passámos a compreender quais as razões que justificam que, em certos contextos políticos, estes partidos tenham singrado, e noutros não.

De facto, uma das questões que sempre nos intrigou e que, até certo ponto, nos motivou à realização do presente estudo, foi precisamente a enorme variação no comportamento eleitoral dos partidos verdes e a posição relativa extraordinariamente diferenciada que estes partidos ocupam, de sistema partidário para sistema partidário. Pois bem, ficamos agora a compreender alguns dos motivos que conduzem ao sucesso variável dos partidos verdes. E o que interessa salientar é que — como dissemos — não há apenas um motivo que justifique essa variação, mas vários.

Mesmo o conceito de “estrutura de oportunidade política” que utilizámos *supra*, apesar de integrar no seu seio diferentes variáveis, não parece ser totalmente satisfatório de um ponto de vista científico. E isto por várias razões: em primeiro lugar, o referido conceito é um “saco sem fundo”, onde cabe praticamente tudo, misturando uma série de variáveis políticas, sem grande rigor científico; em segundo lugar, não é estabelecido um peso específico ou uma determinada ponderação para cada uma dessas variáveis, nem existem critérios de medição e de comparação das variáveis entre si (todas elas são metidas no mesmo “saco sem fundo”, a que já fizemos alusão, sendo objecto de uma análise global e genérica, que pura e simplesmente ditará, sem grandes parâmetros científicos, se a “estrutura de oportunidade política” é mais aberta ou mais fechada); por último, apesar de o conceito em apreço integrar uma série de variáveis, distintas entre si, todas elas apresentam um carácter tendencialmente institucional, o que deixa de fora muitos outros factores (axiológicos e ideológicos, por exemplo) que também podem contribuir para o sucesso ou insucesso dos partidos verdes. Logo, a noção de “estrutura de oportunidade política” é vaga, confusa, inconclusiva e incompleta. Em suma, não estamos perante um conceito

suficientemente operativo ou verdadeiramente prestável e útil na compreensão do fenómeno em apreço.

III — COMO EVOLUÍRAM OS PARTIDOS VERDES?

Análise de um *case study*: Os Verdes alemães

Analisados os factores que contribuíram para o surgimento dos partidos verdes, importa verificar como é que estes partidos evoluíram ao longo do tempo. Por um lado, sabemos que os partidos ecologistas (ou, pelo menos, a sua grande maioria) nasceram sob o signo dos *novos* movimentos sociais, dotados de uma cultura anti-sistema e de uma postura contestatária, empregando formas de intervenção política e social não convencionais, que reflectiam a sua filosofia libertária e a ânsia de mudar o mundo, protestando contra o sistema instituído. No entanto, também já fomos reparando que, nalguns países, os partidos verdes acumularam sucessos eleitorais, alargando a sua base de apoio e, inclusivamente, chegaram a participar nalgumas coligações governamentais.

Ora, tudo isto denota — desde já — uma significativa evolução na postura e no posicionamento político dos partidos ecologistas: de herdeiros das revoltas estudiantis de Maio de 68, os verdes passaram a ser vistos, em alguns países, como partidos confiáveis e como potenciais parceiros de coligação; de “*outsiders*” ou auto-excluídos (pelo seu carácter de partidos de protesto) do sistema político-partidário instituído, convencional ou dominante, os partidos verdes passaram a inserir-se plenamente nesse sistema, sendo hoje até — nalguns casos — partidos verdadeiramente estruturantes dos respectivos sistemas partidários. Vejamos, então, de que forma se processou esta autêntica metamorfose partidária. E, para o compreender, nada melhor do que a análise da história recente do Partido Verde alemão, que constitui um exemplo paradigmático da evolução *supra* descrita e que — pelo seu sucesso — tem servido de modelo para muitos outros partidos ecologistas ⁽³⁰⁾.

***Die Grünen* como “Partido anti-Partido”**

Os Verdes surgiram na Alemanha, em 1980, como um “partido anti-partido” ⁽³¹⁾; ou seja, como uma organização de intervenção política que aceitava

⁽³⁰⁾ Sobre Os Verdes alemães, cfr., em geral, Detlef Jahn, *Green Politics and Parties in Germany*, in *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*, edited by Michael Jacobs, Oxford, 1997, pp. 174 e ss.

⁽³¹⁾ Cfr. Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001, pp. 108 e ss.

constituir-se formalmente como um partido para poder participar no funcionamento das instituições democráticas e aceder aos principais fóruns de discussão e disputa político-partidária, mas que pretendia manter — no essencial — as características de um movimento social, marcando uma profunda ruptura com os restantes partidos políticos já estabelecidos. De facto, os *Die Grünen* resultaram da fusão de vários movimentos ambientalistas e outros movimentos sociais de intervenção política que, apesar de se constituírem como um partido para poderem concorrer às eleições, não deixavam (nem pretendiam deixar) de ter as suas raízes em movimentos de carácter informal e, acima de tudo, de protesto. Por outras palavras, Os Verdes não pretendiam assemelhar-se aos partidos existentes; antes pelo contrário, desejavam manter a sua postura contestatária e, apesar de participarem *no* sistema, não queriam — de forma alguma — fazer parte *do* sistema.

E, de resto, compreende-se porquê. O Partido Verde alemão, quando surgiu, era um descendente directo dos *novos* movimentos sociais das décadas de 60 e 70; o seu programa e a sua linha ideológica foram claramente inspirados pelos ideais libertários, que serviam de bandeira aos referidos movimentos de contestação; o seu posicionamento político e o seu perfil de actuação derivavam da postura anti-sistema adoptada por esses mesmos movimentos de protesto; as suas propostas eram radicais e utópicas, como eram os desejos de mudança formulados por tais movimentos; os seus militantes haviam sido formados e instruídos politicamente na cultura própria das revoltas estudantis. Ora, em face de tudo isto, assumir a forma de partido político e aceitar trabalhar *dentro* do sistema institucional vigente era já considerado, pel'Os Verdes, como uma cedência. E embora esta cedência valesse a pena, em função dos objectivos pretendidos (obter maior notoriedade, atrair alguma visibilidade para a política ambiental e conseguir mais espaço de intervenção política), ela nunca deveria chegar ao ponto de subverter a filosofia subjacente a'Os Verdes.

Ou seja, embora passasse a existir um partido político, tal partido não deveria nunca perder a sua lógica anti-sistema, nem deixar de protestar contra esse mesmo sistema, mantendo a sua postura contestatária e, acima de tudo, não se deixando institucionalizar. Ou seja, havia que criar um partido que fosse radicalmente diferente de todos os outros, que continuasse a combater o sistema (agora, por *dentro* do próprio sistema) e que não caísse nos vícios, nem adoptasse o carácter solene e o distanciamento típico dos partidos estabelecidos; em suma, um partido “anti-partido”. Vejamos, então, como é que este objectivo foi perseguido e quais as diferenças entre Os Verdes e os partidos tradicionais.

Regras de organização interna

Obedecendo à sua matriz de movimento social, o partido verde alemão estruturou-se com base num princípio de democracia participativa ou democra-

cia de base (“*grassroots democracy*” ou, no original alemão, “*basikdemokratie*”). Assim, através de uma estrutura interna democrática, descentralizada, aberta à participação de todos e caracterizada pela informalidade, o partido deveria conseguir manter viva a espontaneidade e o espírito livre característicos dos movimentos sociais, garantindo um rigoroso contraste com as estruturas pesadas e burocráticas dos restantes partidos. Os partidos políticos apresentavam, em regra, um modelo de organização interna muito centralizado, hierarquizado e profissionalizado, sob o comando de uma elite dominante; ora, o partido verde pretendia ser a antítese de tudo isto.

Os Verdes queriam — a toda a força — perpetuar o carácter informal, descentralizado e participativo que advinha dos *novos* movimentos sociais e que caracterizava a (des)organização interna desses agrupamentos e associações populares, evitando assim a “institucionalização” do partido e contrariando a famosa “lei de bronze da oligarquia partidária”, que havia sido formulada em 1912 por Michels⁽³²⁾. Com efeito, este reputado politólogo havia sustentado que todos os partidos têm uma natural tendência para a formação de oligarquias dominantes, isto é, para a criação de uma elite, que passa a controlar os destinos do partido e a comandar a sua forma de actuação política, distanciando-se das bases⁽³³⁾. Pois bem, os *Die Grünen* estavam dispostos a infirmar a regra de Michels e, acima de tudo, queriam evitar qualquer clivagem entre as bases do partido e uma eventual oligarquia partidária; ou seja, o partido deveria manter-se fiel à democracia de base, participativa e igualitária, em que as reuniões eram realizadas de forma aberta e participada e em que todos tinham uma voz activa na tomada de decisões, sem se terem de sujeitar às ordens de um qualquer directório ou líder.

Para garantir que tudo se passasse desta forma, o Partido Verde alemão instituiu uma série de regras internas, bastante rígidas, que visavam contrariar os mecanismos naturais que, na generalidade dos partidos, vão paulatinamente dando razão à “lei de bronze da oligarquia partidária”. Vejamos, então, que regras eram essas⁽³⁴⁾.

Para melhor compreensão e entendimento das regras de organização interna do Partido Verde alemão, procedemos à sua sistematização em quatro grandes grupos. Assim, no primeiro grupo encontram-se as regras destinadas a evitar a

(32) Cfr. R. Michels, *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna* (trad), Lisboa, 2001 (a obra original data de 1911).

(33) Cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., pp. 452 e ss.

(34) Para uma visão geral, cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., pp. 454 e 455.

formação de uma elite e o progressivo apagamento dos membros de base: por um lado, foi estipulada uma regra de rotatividade obrigatória quanto ao exercício de cargos dentro e fora do partido, e foi proibida a re-eleição imediata para o exercício do mesmo cargo partidário (ou seja, ninguém poderia exercer mais do que um mandato consecutivo no mesmo cargo); por outro lado, as reuniões do partido, a qualquer nível, estariam abertas a todos os membros, e mesmo aos não-membros que quisessem participar; por fim, vigorava, quanto aos deputados verdes, o princípio do “mandato imperativo”, segundo o qual os deputados se encontravam estritamente vinculados às instruções e resoluções do partido (mais precisamente, do Congresso e do Executivo Federal), não devendo interpretar directa, individual e autonomamente os sentimentos do eleitorado, limitando-se apenas a representar as posições assumidas pelo partido. Todas estas (e uma série de outras) regras pretendiam garantir que o poder se mantivesse no partido como um todo, actuando de forma democrática e participativa, em vez de se concentrar nas mãos de uma classe dirigente ou nos respectivos representantes parlamentares.

Um segundo grupo de regras destinava-se a evitar a personalização ou a “fulanização” da política: assim, ninguém podia ocupar um cargo no partido e ter assento parlamentar ao mesmo tempo (ou seja, estabeleceu-se uma rigorosa incompatibilidade entre a presença no Parlamento e o exercício de um lugar de destaque no interior do partido); acresce ainda que não há um líder partidário único, mas sim um princípio de liderança colectiva, com três porta-vozes nacionais (trabalhando em conjunto e em articulação com o Executivo Federal do partido, que é — naturalmente — um órgão colegial) ⁽³⁵⁾; por fim, vigorava uma regra de rotação obrigatória dos deputados que, a meio do seu mandato, deveriam ser substituídos por outro colega de partido que também constasse das listas eleitorais. Estas regras pretendiam evitar que alguns militantes assumissem um grande protagonismo no partido. Paradoxalmente, isto é, apesar de todas estas regras, Os Verdes acabaram por formar dois dos mais carismáticos políticos alemães da actualidade: Petra Kelly e Joska Fischer.

Num terceiro grupo, encontram-se as regras destinadas a evitar a profissionalização da política e do partido: assim, todos os cargos no partido seriam eleitos e não seriam objecto de qualquer remuneração; e quanto aos deputados, os mesmos só poderiam receber o equivalente ao salário de um trabalhador especializado, devendo doar o remanescente da sua remuneração parlamentar para causas ambientais.

⁽³⁵⁾ O grupo parlamentar d’Os Verdes no Parlamento Europeu, por exemplo, também obedece a esta regra, tendo dois co-presidentes (um dos quais é Daniel Cohn-Bendit, conhecido líder estudantil das revoltas de Maio de 68, famoso activista anti-globalização e destacado dirigente do Partido Verde francês).

Por fim, havia também regras que visavam garantir a equidade homem / mulher no interior do partido e que passavam, desde logo, por uma discriminação positiva a favor das mulheres, com o estabelecimento de uma quota de 50% dos cargos partidários, os quais deveriam necessariamente ser ocupados por representantes do sexo feminino ⁽³⁶⁾.

Em toda a Europa, muitos outros partidos verdes (e até alguns partidos de esquerda libertária, sem qualquer cunho ambientalista ⁽³⁷⁾) têm seguido, senão todas, pelo menos algumas destas regras de organização interna — é o que sucede, de forma muito visível, com o *Miljöpartiet*, o partido verde sueco, entre tantos outros.

A recusa de coligações

Uma outra vertente da postura anti-partido (e anti-sistema), inicialmente adoptada pel'Os Verdes alemães, foi a recusa sistemática de coligações com outros partidos. De facto, o Partido Verde pretendia manter-se como um partido de protesto ou de oposição radical ao sistema e isso implicava que não se deveria juntar ou associar com os partidos do sistema. Para além de que, o objectivo d'Os Verdes não era alcançar o poder, mas sim intimidar ou condicionar o exercício desse mesmo poder, marcando uma posição de total repúdio pelas políticas que então eram seguidas, exigindo a tomada de medidas de tutela ambiental e forçando, através da sua actuação política radical e das suas acções de protesto, a adopção de certas reformas políticas. Ora, para alcançar estes objectivos, o Partido Verde deveria manter um estatuto de total independência e oposição relativamente a todos os restantes partidos. Se pretendiam ser diferentes e ser vistos como verdadeiros "*outsiders*" face ao sistema institucional vigente, assumindo uma ruptura radical com os partidos estabelecidos, então Os Verdes não poderiam "andar de mão dada" com esses partidos.

No fundo, era ainda a ideia de "partido-movimento social" que estava em causa. O Partido Verde alemão deveria ser apenas uma arma parlamentar ao serviço do espírito próprio dos *novos* movimentos sociais de contestação. De resto, esta ideia pode ilustrar-se — na perfeição — recorrendo a uma interessante metáfora, que costumava ser utilizada por Petra Kelly. Este conhecido dirigente d'Os Verdes, referindo-se às pernas de um futebolista, afirmava que o

⁽³⁶⁾ O CDU, na Alemanha, e mais tarde uma série de outros partidos, em toda a Europa, viriam também a adoptar quotas a favor da participação das mulheres na vida político-partidária.

⁽³⁷⁾ Em Portugal, é o caso — por exemplo — do Bloco de Esquerda, que adopta algumas das regras internas *supra* descritas, como seja a existência de uma liderança múltipla ou a rotação dos seus deputados.

⁽³⁸⁾ Cfr. Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge,

grupo parlamentar era a perna que fazia o movimento, enquanto que o partido extra-parlamentar era a — bastante mais importante — perna de apoio, que sustentava e permitia todo o movimento ⁽³⁸⁾. Como tal, a representação parlamentar era apenas um instrumento ao serviço dos ideais libertários e dos interesses oposicionistas do partido. E, assim sendo, essa mesma representação parlamentar não deveria, sequer, estabelecer quaisquer entendimentos com outros partidos, pois esses entendimentos poderiam prejudicar a mensagem radical e contestatária que o partido pretendia difundir.

Mas as coligações também deveriam ser evitadas por uma outra razão, muito simples e muito óbvia: qualquer coligação ou plataforma de entendimento partidário envolve, necessariamente, certas cedências mútuas ou compromissos recíprocos, os quais poderiam levar o partido a ter de sacrificar os seus ideais radicais, só para obter determinadas vitórias esporádicas ou conjunturais. Ora, Os Verdes queriam — a todo o custo — evitar esta realidade, e preferiam não defraudar o seu eleitorado típico (mesmo que isso implicasse uma menor dimensão eleitoral ou mesmo que tivessem de se resignar a ser um pequeno partido) do que realizar alguns ganhos políticos momentâneos à custa de compromissos vários e do abandono das suas propostas mais ousadas, afastando-se assim da sua base de apoio tradicional. Esta postura de princípio está bem patente na seguinte frase de Petra Kelly: “Às vezes, tenho medo que Os Verdes tenham 13% dos votos e se tornem um partido sedento de poder. Era melhor para nós ficarmos nos 6%, 7% e não termos de comprometer as nossas aspirações básicas; mais vale isso, do que ter ministros verdes” ⁽³⁹⁾.

A realidade veio, mais tarde, a contrariar ou a desmentir este desabafo de Petra Kelly. De facto, hoje-em-dia sabemos que as coisas não se passaram exactamente como este político pretendia. Seja como for, tal desabafo revela bem qual era o posicionamento inicial dos *Die Grünen*: um partido à margem do sistema político-partidário instituído e que como tal se queria manter, sem transigir ou condescender no que toca aos seus ideais libertários, ao seu desejo de mudança radical e às suas técnicas de confronto e de vigorosa oposição política e social; um partido que, conseqüentemente, não pretendia associar-se nem ser confundido com os restantes partidos, mas — pelo contrário — afastar-se e diferenciar-se radicalmente dos mesmos; em suma, um partido “anti-partido”, que se encontrava na política partidária activa por conveniência e não por convicção,

2001, pp. 109-110.

⁽³⁹⁾ *Apud* Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001, p. 110.

⁽⁴⁰⁾ Neste sentido, cfr. Vasco Pereira da Silva, *Verdes são também os Direitos do Homem*,

isto é, não porque se identificasse com as instituições vigentes, mas precisamente para as tentar modificar.

No entanto, seria um engano pensar-se que sempre houve, ao longo do tempo, total consenso entre os verdes quanto às estratégias a adoptar para atingir os referidos objectivos. Vejamos, então, quais as questões que dividiram o Partido Verde alemão.

Querela Fundis/Realos

Entre os verdes, sempre se manifestaram duas grandes correntes de opinião, isto é, dois pontos de vista muito distintos sobre a melhor forma de alcançar os seus objectivos políticos e ambientais. Referimo-nos, naturalmente, ao confronto entre fundamentalistas e realistas, que no seio do Partido Verde alemão ficou conhecido pela designação de “querela *fundis/realos*”. Esta querela opunha duas filosofias de actuação partidária muito diferentes entre si, as quais eram personificadas, no primeiro caso, por Petra Kelly e, no segundo caso, por Joschka Fischer (cujas ideias e concepções políticas frequentemente entraram em choque). O primeiro pretendia que o partido mantivesse, a todo o custo, a sua postura contestatária, intransigente e inconformada; o segundo, adoptando uma visão mais pragmática, entendia que o partido só teria a ganhar se, em certas matérias, aceitasse negociar e temporizar, por forma a garantir alguns resultados progressivos e faseados.

No fundo, o que estava em causa era o dilema entre a adopção de uma estratégia radical ou reformista. Já sabemos que o Partido Verde alemão (bem como tantos outros) nasceu sob o signo da rebeldia e da irreverência, próprias dos movimentos de protesto, as quais se materializaram num discurso político radical e numa postura anti-sistema e anti-partidos. Porém, muito cedo se começou a esboçar o confronto entre quem desejava manter esta filosofia de actuação partidária e quem, por outro lado, desejava dialogar com os restantes actores e parceiros políticos, na busca de algumas reformas graduais.

Aliás, este dilema é uma constante da política ambiental, em todos os tempos e em todos os locais. Há sempre quem adopte uma posição de princípio fundamentalista e intransigente e quem, por outro lado, prefira uma actuação mais realista ou pragmática. De qualquer forma, ambas as estratégias comportam riscos: manter-se fiel aos ideais, mas ser-se considerado um “*outsider*”, com quem não é possível dialogar, em nada contribuindo para a alteração das políticas vigentes, persistindo num partido mínimo, sem apelo eleitoral e, portanto, irrelevante; ou, pelo contrário, pactuar e negociar com as forças instituídas, obtendo algumas reformas concretas e até, eventualmente, alargando o eleitorado verde, mas — em contrapartida — tendo de aceitar compromissos e um certo distanciamento face à respectiva base de apoio tradicional.

Pois bem, na Alemanha este confronto atingiu o seu pico máximo depois das eleições de 1990 (as primeiras após a reunificação alemã), em que Os Verdes subitamente perderam toda a sua representação parlamentar, não conseguindo eleger um único deputado. Com efeito, embora a querela *fundis/realos* já dominasse as discussões no interior do partido há algum tempo, foi sobretudo após a pesada derrota eleitoral de 1990 que o tema ficou ao rubro e se impôs a realização de um autêntico processo de reflexão interna. Em face dos desastrosos resultados eleitorais, havia que repensar toda a estrutura e a actuação política do partido.

Ora, este processo de reflexão veio a culminar com a “vitória” dos realistas. De facto, chegou-se à conclusão de que, para evitar novos desaires eleitorais, era necessário proceder a um reposicionamento do partido e a uma actualização da sua mensagem política. Assistiu-se, então, a uma verdadeira evolução do Partido Verde, no sentido da sua moderação.

De resto, evoluções semelhantes viriam também a verificar-se noutros países (como a França, a Itália e a Suécia, pelo menos), em resultado de profundas querelas internas quanto à estratégia a seguir e sobre o posicionamento político a adoptar pelos partidos verdes. Vejamos, em concreto, quais as modificações que ocorreram, sem nunca perder de vista o exemplo alemão, que — como sabemos — serviu de modelo à evolução registada em tantos outros partidos ecologistas.

Evolução/Moderação do Partido

O Partido Verde alemão, apesar da sua matriz radical, iniciou então um processo de evolução interna que conduziu à sua progressiva moderação e “institucionalização” no sistema político-partidário vigente. De facto, assistiu-se a uma clara transformação — ainda que paulatina ou progressiva — do partido, no sentido da atenuação de certos excessos iniciais⁽⁴⁰⁾. Assim, o discurso político d’Os Verdes foi perdendo o seu tom radical, contestatário (ou mesmo revolucionário) e intransigente. Os métodos de actuação e a forma de organização interna do partido também sofreram alterações, afastando-se do modelo típico dos *novos* movimentos sociais. Por fim, Os Verdes aceitaram passar a colaborar com outros partidos (*maxime*, com o SPD). Vejamos, um pouco melhor, cada um destes aspectos.

Cascais, 2000, p. 11.

(41) Cfr. Donatella della Porta e Mario Diani, *Social Movements (an introduction)*, Great Bri-

Mudanças organizacionais

Analiseemos, então, algumas das alterações que foram levadas a cabo pelos Realistas ao nível da estrutura e da organização interna do partido ⁽⁴¹⁾. Como vimos *supra*, Os Verdes haviam instituído uma série de regras que se destinavam a evitar a “institucionalização” do partido, a garantir uma ruptura radical face à forma de estruturação interna burocrática, centralizada e profissional dos restantes partidos e, sobretudo, a impedir a criação de uma elite dominante e a actuação de protagonistas individuais. Pois bem, após a reflexão interna que ocorreu no Partido Verde alemão, algumas dessas regras vieram a ser consideradas desajustadas, desnecessárias ou excessivas e, como tal, foram objecto de uma profunda revisão: desde logo, foi abolido o princípio da rotatividade no exercício de cargos partidários; procedeu-se também a uma ampla reforma do executivo partidário ao nível federal (por exemplo, os seus membros passaram a ser remunerados, isto é, passaram a receber um salário); e foi ainda afastada a regra de incompatibilidade entre o exercício de cargos representativos eleitos e o exercício de cargos no partido (excepto no que diz respeito aos lugares de deputado no “*Bundestag*”, relativamente aos quais se mantém a referida incompatibilidade).

Ora, face às mudanças relatadas, deve questionar-se: afinal de contas, teria Michels razão quando formulou a sua “lei de bronze”, que alerta para a natural tendência de oligarquização dos partidos políticos? Isto é, o percurso evolutivo do Partido Verde alemão não virá, no fundo, dar razão à famosa teoria de Michels? A verdade é que, mesmo um partido que teve o cuidado de se rodear de uma série de cautelas — para evitar a sua profissionalização, para travar a formação de elites ou estruturas de topo centralizadas e especializadas e, por fim, para impedir a “fulanização” da política verde, bem como quaisquer protagonismos individuais — acabou por enveredar por um processo de reforma, em que esses objectivos foram, de certa forma, revistos ou, no mínimo, refreados. Ora, não será tudo isto uma comprovação da “lei da oligarquia partidária”, formulada por Michels?

Apesar de tudo, pensamos que não. Pelo menos, até ao presente ainda não se registou qualquer tendência oligárquica no Partido Verde alemão, isto é, não se pode afirmar que este partido seja estruturado nos termos de uma verdadeira oligarquia ou que tenha chegado ao ponto de sujeitar-se aos comandos de uma elite centralizada e dominante. Até porque, apesar das reformas encetadas, muitas das regras iniciais mantêm-se ainda em vigor, dificultando a concentração do

tain, 1999, p. 145.

⁽⁴²⁾ Cfr., em geral, Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*,

poder nas mãos de uma pequena elite: por exemplo, continua a não existir um líder partidário único; mantém-se a regra de abertura das reuniões partidárias — em todos os níveis — a qualquer pessoa que nelas deseje participar; permanece a incompatibilidade entre o lugar de deputado federal e o exercício de quaisquer cargos no interior do partido; etc.

Tudo isto (ainda) impede que se possa vislumbrar n'Os Verdes alemães um exemplo ou uma concretização da "lei de bronze da oligarquia partidária". No entanto, também é verdade que muitas das diferenças de organização interna que este partido apresentava face aos seus adversários políticos se encontram, hoje-em-dia, profundamente esbatidas ou mitigadas.

A aceitação de coligações

Uma outra linha de evolução, ou outra das grandes alterações que foram levadas a cabo pelos Realistas, teve a ver com a mudança de postura d'Os Verdes face à aceitação de coligações partidárias. Vimos *supra* que as coligações eram vistas como uma cedência ou um exemplo de resignação do partido perante as formas tradicionais e institucionalizadas de condução da vida político-partidária. Mas a verdade é que, paulatinamente, o partido foi modificando esta sua posição de princípio e, embora com alguma oposição interna, foi-se apercebendo das vantagens que podia retirar da colaboração com outros partidos. De resto, é curioso registar que esta evolução — em particular — se iniciou muito antes da profunda derrota eleitoral de 1990 e do processo de reflexão interna que se lhe seguiu. Senão, vejamos.

A primeira experiência de coligação em que Os Verdes se envolveram ocorreu logo em 1983, ao nível dos *Länder* (isto é, ao nível dos Estados federados). Para chegar ao poder no Estado de Hesse, o Partido Verde coligou-se com o SPD, não sem que tivesse havido alguma contestação interna no seio d'Os Verdes. Contudo, após uma enorme polémica, o Partido Verde aceitou a coligação e, com isso, teve a sua primeira experiência de governação. A experiência foi tão positiva que, mais tarde, veio a ser alargada a vários outros *Länder* e, em 1998, acabou por ser transposta para o governo de toda a Alemanha, isto é, ao nível federal. De facto, as coligações "vermelho e verde" (do SPD com os *Die Grünen*), em vários *Länder*, foram uma óptima experiência e um autêntico balão de ensaio para a solução governativa federal que se veio a esboçar em 1998.

Aquilo que pretendemos sublinhar é que a colaboração d'Os Verdes com o SPD, embora só se tenha tornado internacionalmente visível e notada a partir de 1998, começou muito antes — logo em 1983 — no Estado de Hesse e depois numa série de outros Estados federados. Ou seja, a chegada d'Os Verdes ao poder e a sua transformação num partido de sustentação do governo e, como tal, num

partido *do* sistema, só constitui uma novidade recente ao nível federal, visto que, nos vários *Länder*, isso já ocorria há longo tempo.

Assim se vê como o Partido Verde alemão foi progressivamente moderando a sua estratégia política radical e aligeirando a sua postura oposicionista e contestatária, aceitando coligar-se para conseguir chegar ao poder. Em suma, parece que o exercício do poder também exerceu o seu fascínio sobre Os Verdes e estes, apesar de inicialmente demonstrarem uma cultura anti-sistema, foram-se deixando atrair por esse mesmo poder, ainda que tal implicasse a aceitação de coligações com outros partidos e o abandono de um certo ideal contestatário ou de protesto.

No entanto, as coligações aos nível dos *Länder* tinham, apesar de tudo, um alcance relativamente limitado. E foi por isso mesmo que Os Verdes foram aceitando participar neste tipo de coligações. Porém, o partido teria tido muitas dificuldades (pelo menos nos seus primeiros anos de existência) em aceitar outro tipo de coligações, que tivessem um âmbito de aplicação mais alargado. E esta situação só veio a inverter-se depois da pesada derrota eleitoral de 1990. Vejamos como e porquê.

A referida derrota eleitoral foi particularmente sentida e extraordinariamente notória nos territórios da ex-Alemanha de Leste (as eleições de 1990 foram, como dissemos, as primeiras após a reunificação; e isso penalizou muito o Partido Verde, visto que este, na ex-RDA, tinha uma adesão eleitoral praticamente nula). Nestes termos, Os Verdes decidiram que era aconselhável estabelecer uma associação com um partido da ex-Alemanha de Leste, isto é, com um partido que tivesse alguma expressão eleitoral nos territórios que haviam estado sob o jugo comunista. Assim, o Partido Verde alemão encetou um processo de negociações com o *Bundnis 90* — uma aliança de movimentos de direitos civis, que actuava na ex-Alemanha de Leste — com o qual se viria a fundir em 1993. Aliás, a designação completa do partido é, hoje-em-dia, a seguinte: “*Bundnis 90/Die Grünen*”.

Ou seja, após o processo de reflexão interna que seguiu às eleições de 1990, Os Verdes aceitaram, não só coligar-se, como fundir-se — a nível nacional — com um outro partido. E o que é interessante registar é que o *Bundnis 90* não era, sequer, um partido de esquerda (aliás, recusava terminantemente que o identificassem como tal). Pelo contrário, tratava-se de um agrupamento de vários movimentos que haviam lutado pela participação da sociedade civil no debate político, combatendo o regime comunista da ex-RDA. Inclusivamente, no processo negocial que antecedeu o acordo de fusão dos dois partidos, foi o *Bundnis 90* que exigiu d’Os Verdes a aceitação expressa do sistema de mercado e do sistema político da Alemanha Federal.

Assim sendo, conclui-se que, ao aceitar uma fusão com um partido como o *Bundnis 90*, com vista a obter alguma representatividade nos territórios da ex-Alemanha de Leste, Os Verdes se encontravam já bastante longe do ideal

libertário e radical que havia caracterizado os seus primeiros “anos de vida”. Por outras palavras, em 1993 Os Verdes já estavam dispostos a aceitar fortes compromissos (tanto programáticos, como táticos), em nome de uma maior representação ou peso eleitoral. Em suma, o Partido Verde alemão havia evoluído bastante nas suas concepções políticas, moderando o seu radicalismo e aceitando colaborar com outros partidos, *dentro* do sistema democrático e institucional vigente.

Mas esta evolução só culminaria — ou teria o seu pico — em 1998, quando Os Verdes chegaram ao poder, a nível federal, em coligação com o SPD. Por ora, não iremos adiantar muito sobre este ponto, visto que o mesmo será objecto de um estudo específico e de uma atenção particular mais à frente neste trabalho. No entanto, importa apenas registar a espantosa metamorfose dos *Die Grünen*, que, de um partido radical, contestatário, intransigente e indisponível para negociar ou colaborar com os restantes partidos já estabelecidos (os quais eram vistos com desconfiança, devido à sua institucionalização no seio do sistema político-partidário vigente), passou a ser um partido integrante de uma coligação governamental a nível federal.

Balanço

A conclusão que é possível retirar do *case study* em apreço é a seguinte: a história do Partido Verde alemão revela uma evolução notável, num sentido de moderação do discurso político e das formas de actuação partidária, conduzindo à plena integração d’Os Verdes no sistema político-partidário institucionalizado. De facto, o partido sofreu uma profunda transformação: nasceu como um partido de protesto, criado no meio contestatário e utópico que caracterizava os *novos* movimentos sociais, organizado com base em princípios de democracia participativa (apelando à intervenção das bases, de forma descentralizada, espontânea e informal), alheio aos métodos tradicionais de funcionamento do sistema político instituído (o qual desejava combater) e indiferente aos partidos estabelecidos (com os quais, dada a sua postura de “*outsider*” ou auto-excluído do *mains-stream* político-partidário, não desejava colaborar, nem sequer dialogar), difundindo ideais libertários e um desejo de transformação radical da sociedade e do sistema produtivo, através de formas de actuação política não convencionais; porém, com o tempo, assistiu-se a um progressivo esbatimento da radicalização inicial que havia caracterizado a actuação política d’Os Verdes e, paulatinamente, verificou-se uma atenuação dos excessos (ideológicos e comportamentais), tendo o partido modificado algumas das suas rígidas regras de organização interna, tendo aligeirado o seu discurso e as suas propostas políticas e tendo passado a colaborar com as restantes forças políticas, aceitando o regular funcionamento das instituições democráticas vigentes e chegando, inclusivamente, a participar na

governança do país. Aliás, só pelo facto de um partido de protesto ter chegado ao poder, já se pode ter uma noção das enormes mudanças e da radical transformação por que passou.

Curiosamente, há quem afirme que esta evolução já seria de esperar. Segundo este entendimento, o verdadeiro compromisso (ou cedência) ocorreu logo no momento inicial, quando Os Verdes aceitaram constituir-se como um partido político; a partir daí, a modificação que o partido veio a sofrer era inevitável. Ou seja, só pelo facto de irem às urnas e operarem *dentro* do sistema político, Os Verdes já estavam a afastar-se do modelo dos *novos* movimentos sociais de protesto (modelo que tinha estado na origem do partido). Logo, estavam dados todos os passos para que a evolução natural das coisas e os mecanismos instintivos ou involuntários de “institucionalização” partidária desempenhassem o seu papel, conduzindo à mutação interna do Partido Verde. Como tal, a evolução *supra* relatada era perfeitamente previsível ou antecipável.

Temos algumas dúvidas que assim fosse. Mas, seja como for, o que interessa registar é que o Partido Verde alemão — efectivamente — sofreu uma transformação radical. E essa transformação não aconteceu apenas na Alemanha, mas um pouco por toda a Europa: há uma série de outros partidos verdes que, grosso modo, seguiram as pisadas dos *Die Grünen* e apresentam um percurso muito semelhante àquele que temos vindo a estudar. Aliás, se utilizámos o exemplo alemão como *case study* foi precisamente porque a evolução do Partido Verde alemão serviu de modelo a muitos outros partidos ecologistas. Logo, a partir do caso que aqui estudámos é possível retirar algumas ilações, que são potencialmente aplicáveis ao percurso evolutivo da generalidade dos partidos verdes.

De resto, esta similitude na evolução histórica de muitos partidos verdes pode comprovar-se através do seguinte exemplo: não só na Alemanha, mas também em França e na Suécia (pelo menos), foi na sequência de grandes derrotas eleitorais que a querela Fundis/Realos chegou ao rubro e que, em consequência, se introduziram profundas modificações na estrutura e no modo de actuação dos partidos ecologistas. Ou seja, em todo o lado, as derrotas eleitorais têm funcionado como verdadeiros catalisadores da reforma e da re-estruturação partidária.

IV — OS PARTIDOS VERDES NO PODER

Vejamos agora, com mais pormenor, os casos de partidos verdes que alcançaram o poder, como correram (ou correm) as suas experiências governativas e que problemas, inquietações ou perplexidades derivam — para esses partidos, para os seus militantes e para o respectivo eleitorado — do exercício do poder.

Antes, porém, convém fazer uma breve precisão: apenas nos iremos debruçar sobre os partidos verdes que chegaram ao poder a nível nacional, ou seja, o presente capítulo só se refere às experiências de governação a nível nacional, em que participam ou participaram partidos ecologistas. Isso não significa, contudo, que noutros países ou noutros contextos políticos os partidos verdes não exerçam também o poder, embora a um nível sub-nacional. Aliás, muito antes de chegarem ao poder a nível nacional, os partidos verdes já o tinham feito em termos regionais e locais. E este fenómeno, de exercício do poder local ou regional por partidos verdes, é igualmente muito importante e deve ser analisado com a devida consideração. Porém, porque se trata de um fenómeno mais antigo, mais generalizado e com menor impacto, não iremos aqui abordá-lo de forma expressa. De qualquer forma, convém ficar registado que o fenómeno existe e tem uma importância não negligenciável.

Exemplos

Os primeiros exemplos de partidos verdes a alcançar o poder e a participar na governação do respectivo país ocorreram no Leste Europeu, no início da década de 90. De facto, imediatamente após a queda dos regimes comunistas, foram os partidos verdes que, numa série de países da Europa de Leste e também nalgumas ex-Repúblicas Soviéticas (mais concretamente, na Estónia, na Eslovénia, na Bulgária, na Roménia, na Ucrânia e na Geórgia), ocuparam o poder. No entanto, tratou-se de um fenómeno pouco duradouro (tão depressa como chegaram ao poder, a maior parte dos partidos verdes, no espaço de dois, três anos, abandonaram-no e praticamente desapareceram da cena política ou, quanto muito, remeteram-se a um papel insignificante) e que se ficou a dever a um simples facto: os movimentos ambientalistas eram dos poucos movimentos populares que haviam sido permitidos durante a vigência dos regimes comunistas e, como tal, eram dos poucos que estavam activos e tinham a solidez e a capacidade de mobilização necessárias para, muito rapidamente, se constituírem como partidos políticos e disputarem as primeiras eleições.

Assim, no período conturbado que se seguiu à queda dos regimes comunistas, muitos partidos ecologistas chegaram ao poder, não porque fossem os partidos mais apelativos em termos eleitorais, mas porque foram aqueles que mais depressa se organizaram e se apresentaram, com alguma estrutura de suporte, às eleições. Porém, na maior parte dos casos, estes partidos foram rapidamente substituídos. Como tal, trata-se de um fenómeno pouco expressivo (de rápida ascensão, seguida de uma queda imediata), a que não iremos atribuir grande relevo.

Maior relevo têm outros exemplos, em que os partidos verdes chegaram ao poder de forma mais consistente. É o caso — já várias vezes referido — da Alemanha, através da famosa “Coligação Vermelho e Verde”, entre o SPD e o

Bundnis 90/Die Grünen (ou seja, entre o Partido Social-Democrata e Os Verdes). Esta coligação foi realizada na sequência das eleições gerais de 1998 e, posteriormente, renovada após as eleições de 2002, em que Os Verdes reforçaram a sua posição eleitoral. Com base no acordo de coligação, Os Verdes ocuparam três pastas ministeriais e puderam ainda escolher um Comissário Europeu.

Mas foi na Finlândia que, pela primeira vez, um partido verde chegou ao Governo (se não contarmos, obviamente, com as *supra* referidas experiências dos países de Leste, no início da década de 90). De facto, após as eleições de 1995, o *Vihreä Liitto* (o Partido Verde finlandês) celebrou um acordo de coligação com os sociais-democratas e permaneceu no poder — com direito a duas pastas ministeriais — até 2002, altura em que decidiu, pelo seu próprio pé, abandonar a governação. Vejamos um pouco melhor como é que as coisas se processaram.

A “Coligação Arco-íris”, como ficou conhecida, foi constituída — já o dissemos — após as eleições de 1995. Quatro anos depois, nas eleições de 1999, o Partido Verde reforçou a sua posição eleitoral (com 7,3% dos votos e 11 deputados) e manteve-se na coligação governamental, tornando-se assim no primeiro partido ecologista a ser reconduzido no poder. No entanto, antes ainda de terminar o seu segundo mandato, o Partido Verde decidiu, em 26 de Maio de 2002, sair do Governo, em protesto contra uma decisão tomada dias antes pelo Parlamento, que aprovou a construção de uma quinta central nuclear. No passado dia 16 de Março de 2003 realizaram-se novas eleições gerais na Finlândia, mas o Partido Verde não regressou ao poder.

Também em Itália, Os Verdes chegaram ao Governo, em 1996, integrados na grande coligação de esquerda “*Olivo*”. Em 2001, o “*Olivo*” perdeu as eleições, cedendo o poder a Silvio Berlusconi (ainda assim, a *Lista Verde* conseguiu eleger um número significativo de deputados, mais precisamente 18 deputados verdes).

Em França, Os Verdes também já estiveram no poder, entre 1997 e 2002. De facto, em 1997 o Partido Verde francês (*Les Verts*) celebrou um acordo pré-eleitoral com o Partido Socialista (acordo esse em que, como referimos *supra*, se estabelecia uma regra de desistências mútuas na segunda volta das eleições) e, em consequência, conseguiu eleger os seus primeiros deputados nacionais (mais precisamente, 7 deputados verdes), tendo imediatamente entrado na coligação governamental liderada pelo socialista Lionel Jospin, com direito a uma pasta ministerial. Esta coligação esteve no poder até às presidenciais e legislativas de 2002, altura em que a França “virou à direita”.

A Bélgica é outro dos países em que os verdes alcançaram o poder a nível nacional. Após as eleições gerais de 1999, em que os dois partidos verdes belgas — o *Ecolo*, de origem francesa, e o *Agalev*, de origem flamenca — apresentaram bons resultados eleitorais (muito por força, como dissemos *supra*, da crise das dioxinas), tais partidos foram convidados a integrar a coligação gover-

namental, com direito a nomear dois ministros. No entanto, nas últimas eleições, que tiveram lugar em Maio de 2003, apesar da vitória dos restantes partidos da coligação (socialistas e liberais), os verdes sofreram uma pesada derrota (o *Agalev*, inclusivamente, ficou aquém da cláusula-barreira de 5%, perdendo toda a sua anterior representação parlamentar; o *Ecolo* elegeu menos 7 deputados) e, conseqüentemente, abandonaram o Governo.

Para além dos exemplos referidos — que são, de longe, os mais significativos — poderiam ainda citar-se alguns outros casos (sobretudo fora da Europa) em que os partidos verdes tiveram ou têm uma participação, embora esporádica e pouco expressiva, no respectivo Governo nacional. Por exemplo, no Brasil Os Verdes fazem parte da base de apoio do Presidente Lula da Silva, sendo o famoso cantor e compositor Gilberto Gil (muito ligado a'Os Verdes) o actual Ministro brasileiro da Cultura. E, como este, poderiam porventura referir-se mais alguns (mas não muitos) exemplos de países com Ministros verdes. Porém, como dissemos, são casos esporádicos e pouco expressivos, sem o relevo, a dimensão e a importância dos exemplos *supra* descritos.

Balanço

Tentaremos agora formular algumas conclusões e proceder a uma avaliação do modo como decorreram as experiências de governação dos vários partidos verdes. E, a nosso ver, as conclusões que podemos retirar a partir dos exemplos enunciados são, pelo menos, duas.

Em primeiro lugar, estamos perante um fenómeno muito recente. Embora já seja possível referenciar um número bastante considerável de coligações governamentais que contaram com a participação de partidos ecologistas, todos esses exemplos remontam à década de 90 (e ocorreram, sobretudo, durante a segunda metade desta década). Ou seja, a chegada dos verdes ao poder é uma realidade efectiva, mas uma realidade recente. E talvez seja por isso que a participação de partidos verdes nos Governos nacionais ainda nos causa tanta surpresa, espanto ou mesmo perplexidade. Mas é também por isso que esta matéria tem um interesse científico actual e merece ser analisada com alguma atenção.

Com efeito, do ponto de vista da Ciência Política, estamos perante um dado fáctico novo: os partidos verdes existiam essencialmente como partidos de protesto e, a partir da última década do século passado, começaram — um pouco por toda a Europa — a chegar ao poder e a ser vistos como potenciais parceiros políticos. Em consequência, verifica-se uma clara evolução no padrão de coligações partidárias e no leque de potenciais soluções governativas (já para não falar na evolução interna dos próprios partidos verdes, que apreciámos *supra*), evolução essa que compete à Ciência Política (e aos seus cultores) estudar, interpretar e problematizar.

Em segundo lugar, constata-se também um outro padrão entre as várias experiências relatadas ou um outro factor comum a todas elas: para além de a chegada dos verdes ao poder ser um fenómeno historicamente recente, esse fenómeno ocorreu sempre por intermédio de uma coligação partidária. De facto, até hoje nenhum partido ecologista alcançou o poder isoladamente, isto é, até ao momento nunca sucedeu um partido verde conseguir ocupar ou exercer sozinho o poder. Pelo contrário, em todas as experiências aqui consideradas, os verdes só chegaram ao Governo quando integrados numa coligação partidária. E, por outro lado, os verdes sempre ocuparam uma posição menor nas coligações em que participaram, ou seja, nunca foram o partido principal ou o mais forte da coligação, serviram — isso sim — de “muleta” a um grande partido.

Talvez esta realidade venha a mudar no futuro. Talvez venhamos a assistir a um Governo maioritário de cor verde, ou seja, um Governo nacional exclusivamente sustentado — em termos eleitorais e parlamentares — num partido ecologista. Para já, parece improvável que tal venha a suceder (num futuro próximo, pelo menos). Mas quem sabe se a evolução político-partidária em curso não conduzirá a esse ponto?

Não nos cabe aqui fazer futurologia. E, como tal, limitar-nos-emos a trabalhar com os dados que temos, isto é, com base nas experiências reais e concretas de governação verde. Analisemos, então, o grau de sucesso alcançado pelos diferentes partidos ecologistas que participaram em coligações governamentais a nível nacional. Como correram estas experiências? Foram bem sucedidas? Como é que o eleitorado respondeu à actuação dos verdes no Governo? É isto que, por ora, pretendemos saber.

Na Alemanha, a experiência foi muito positiva e Os Verdes, inclusivamente — melhoraram a sua prestação eleitoral em 2002, ou seja, a sua actuação na coligação governamental parece ter sido premiada pelo eleitorado. Na Finlândia, embora os verdes já estejam afastados do poder, a sua presença no Governo foi duradoura (estiveram na coligação governamental durante cerca de sete anos, em dois mandatos consecutivos) e, quando saíram, fizeram-no pelo seu próprio pé, em ruptura, e não em virtude de uma derrota eleitoral. Menos bem correram as experiências de governação dos verdes na Bélgica, em França e em Itália, as quais entretanto já terminaram, na sequência de pesadas derrotas eleitorais. No entanto, é de elementar justiça dizer-se que — à excepção do caso belga — estas derrotas não visaram especificamente os partidos verdes, nem quiseram penalizar ou censurar a sua actuação no Governo. Pelo contrário, tais derrotas foram de toda a coligação e, mais em geral, de (quase) toda a esquerda, resultando essencialmente do fim de um ciclo político, numa altura em que, um pouco por toda a Europa, o eleitorado decidiu “virar à direita”.

Problematização

As experiências de governação por parte de certos partidos ecologistas levantaram (e levantam) algumas problemáticas interessantes. Uma dessas problemáticas, por exemplo, tem a ver com os compromissos que os verdes, estando no poder, tiveram de aceitar.

Com efeito, é natural que um partido, quando está no Governo (ainda para mais em coligação), tenha de fazer algumas cedências e aceitar alguns compromissos concretos, contentando-se em realizar o possível — face às circunstâncias do momento — e não o ideal. É natural que isto suceda, sobretudo, com os partidos verdes, os quais — apesar de tudo — ainda mantêm um programa político bastante utópico e irrealista. De facto, quando confrontamos as propostas idílicas dos verdes (e, em particular, as exigências formuladas por estes partidos quando se encontravam na oposição) com a necessidade de responder aos desafios concretos da governação, é de esperar que algumas dessas propostas tenham de ficar pelo caminho. Um partido de oposição pode exigir o possível e o impossível; mas um partido de governo deve adoptar uma postura pragmática e ter os pés assentes na terra, analisando — com bom senso — quais as medidas que é possível implementar de imediato e quais aquelas que, embora desejáveis em teoria, devem ceder perante os dados reais e concretos em presença.

Pois bem, os partidos verdes que chegaram ao poder tiveram inevitavelmente de se confrontar com este problema, isto é, muitas vezes foram colocados perante a necessidade de aceitar certos compromissos (uns mais penosos ou mais difíceis de tolerar do que outros) e, até, de ceder no que toca a alguns dos seus ideais. Recorrendo, mais uma vez, ao caso alemão, tudo isto foi particularmente visível a propósito do apoio manifestado pelo Governo “Vermelho e Verde” à intervenção militar da NATO no Kosovo e à presença militar no Afeganistão (apesar do carácter anti-militarista e pacifista d’Os Verdes), ou a propósito do espaçamento, por 20 anos, do fim da energia nuclear (Os Verdes pretendiam o encerramento célere das centrais nucleares existentes, mas acabaram por ter de se contentar com uma moratória de 20 anos).

Ora, esta necessidade de aceitar certos compromissos conduz, por sua vez, a um outro problema: o de saber como gerir o confronto entre a actuação governativa dos partidos verdes e as expectativas que haviam sido criadas pelos seus eleitores. Quem vota num partido verde espera que esse partido, quando chega ao poder, ponha em marcha determinadas políticas, nomeadamente de cariz ambiental. E, portanto, é natural que os partidos ecologistas, ao realizarem certas cedências ou ao resignarem-se perante determinadas dificuldades, desiludam o seu eleitorado. Ou seja, para se manterem no poder, os verdes têm de aceitar compromissos; mas, se o fizerem ou ao fazê-lo, perdem simpatia entre os seus votantes, que são essenciais para garantir um suporte eleitoral que permita a sua manutenção e continuidade no poder.

Em suma, os partidos verdes que atingem a governação podem ver-se confrontados com o seguinte dilema: ser um parceiro de coligação respeitável e confiável, correndo o risco de desapontar os seus apoiantes tradicionais (que, como é sabido, têm um posicionamento ideológico inconformado, libertário e radical); ou, pelo contrário, manter-se fiéis às expectativas (idílicas e, muitas vezes, utópicas) do seu eleitorado, adoptando uma posição intransigente e inflexível na defesa de certas propostas (ambientais, pacifistas ou outras), mas — precisamente por se revelarem incapazes ou indisponíveis para negociar e contemporar — colocar em risco a sua permanência no Governo.

De resto, o confronto entre a acção governativa dos partidos verdes e as expectativas (que haviam sido criadas relativamente a essa mesma acção governativa) não se coloca apenas quanto ao eleitorado ecologista, mas também — e sobretudo — quanto aos próprios militantes dos partidos verdes. De facto, o partido — como estrutura autónoma que é, face ao Governo e à coligação governamental — pode não ver com bons olhos as cedências e os compromissos próprios da governação, desiludindo-se com a actuação dos seus Ministros. Recorrendo, mais uma vez, ao exemplo alemão, ficou célebre o congresso dos *Die Grünen* de 1999, em que um militante do partido atirou farinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Joschka Fischer, devido à posição que este havia assumido quanto aos bombardeamentos da NATO no Kosovo.

Ou seja, a actuação governamental dos verdes pode desiludir ou frustrar as expectativas do eleitorado ecologista, do próprio partido verde e dos seus militantes de base. Trata-se de um problema com o qual os verdes poderão ser confrontados sempre que se encontrem no governo e que — como se pode calcular — é bastante difícil de gerir. Eis aqui, portanto, uma dificuldade acrescida para os partidos ecologistas que conseguem alcançar o poder.

Seja como for, a verdade é que — hoje-em-dia — a questão deixou de ser se os partidos verdes devem ou não governar, mas sim *como* devem governar. Ou seja, a possível presença dos verdes em coligações governamentais passou a ser um dado adquirido; tudo está, agora, em saber como se devem comportar esses partidos no Governo. E, desta forma, podemos concluir que, nos nossos dias, existem novas (potenciais) soluções governativas, com as quais não podíamos antigamente contar. O que vem pôr definitivamente em causa a ideia de que o poder é sempre partilhado, dividido ou alternado entre os mesmos.

V — QUE IMPACTO PRODUZEM OS PARTIDOS VERDES?

Contextualização; efeitos da sua actuação partidária

Veamos, agora, qual o efeito ou quais as consequências que a actuação político-partidária e o crescimento eleitoral dos partidos verdes produzem, quer

sobre os restantes partidos, quer sobre o sistema partidário (como um todo) em que se inserem, quer ainda sobre a definição das principais prioridades políticas. Ou seja, pretendemos conhecer qual a influência que os partidos verdes têm sobre o meio que os rodeia e quais os resultados práticos da sua actuação partidária.

Nos outros partidos? (micro-análise)

A existência e a actuação de um partido verde pode, por vezes, conduzir ao “esverdear” dos outros partidos (42). De que forma? Por força da natural disputa partidária, isto é, a competição política poderá levar a que os vários partidos apresentem propostas ecológicas ou se façam passar por partidos com preocupações ambientalistas, de modo a não perderem eleitores para os verdadeiros partidos verdes ou — inclusivamente — para tentarem “roubar” alguns eleitores a esses mesmos partidos verdes. De facto, quanto mais os partidos ecologistas conseguirem trazer os temas ambientais para a ordem do dia, sensibilizando as populações para a necessidade ou para a premência da tutela ecológica, mais os outros partidos tenderão a seguir essa linha e, para não se deixarem ultrapassar, irão também adoptar um discurso ambientalista.

Em suma, se a actuação dos verdes for bem sucedida, transformando o ambiente num tema político relevante, os restantes partidos demonstrarão uma natural tendência para imitar esta estratégia, mostrando-se preocupados com a natureza, formulando propostas ecológicas, enfim, “esverdeando” a sua forma de actuação partidária e o conteúdo da sua intervenção política. E isto sucederá com particular intensidade entre os partidos que disputam o mesmo tipo de eleitores que os partidos verdes. Senão, vejamos.

O eleitorado dos partidos ecologistas e dos restantes pequenos partidos de esquerda é, em grande parte, coincidente. Como tal, nos países onde existem partidos verdes com alguma notoriedade ou algum relevo eleitoral, os pequenos partidos de esquerda, mesmo que não tenham qualquer filiação ambientalista, tendem naturalmente a “esverdear” o seu discurso político, por forma a cativar os eleitores pós-materialistas e todos aqueles que demonstram preocupações ecológicas, tentando — em simultâneo — evitar um grande ascensão eleitoral dos seus rivais ecologistas. Foi o que aconteceu no Reino Unido, por exemplo, com o Partido Liberal, que após o bom resultado dos verdes nas eleições europeias de 1989 (cerca de 15%) passou a temer a competição do *Green Party* e, em consequência, adoptou também uma estratégia verde.

Cambridge, 2001, pp. 115 e ss.

(43) Embora, neste caso, também se possa afirmar que, apesar de os partidos verdes serem

Mas o mesmo poderá suceder, por exemplo, com os partidos sociais-democratas (sobretudo nos países em que os verdes começam a ter uma grande ascensão política). De facto, se existir um forte e amplo eleitorado ecologista, os grandes partidos de centro-esquerda ficarão colocados perante o seguinte dilema: chegar-se mais ao centro, apelando aos votantes menos radicais e alargando a sua base de apoio junto do eleitorado moderado ou, pelo contrário, promover políticas de promoção ambiental para atrair os eleitores ecologistas? Hoje-em-dia, a primeira hipótese ainda será — certamente — mais tentadora. Mas, quanto mais bem sucedidos forem os partidos verdes, maior tendência haverá para que mesmo os grandes partidos sociais-democratas sofram um processo de “esverdeamento” político.

Em suma, parece que efectivamente a existência de partidos verdes contribui para o “esverdear” dos partidos estabelecidos e para uma maior politização do ambiente. De resto, é natural que este fenómeno ainda venha a crescer mais, aproximadamente na mesma proporção em que os partidos ecologistas cresçam em termos eleitorais.

No entanto, estamos apenas a falar de uma tendência, isto é, não existe uma ligação necessária ou uma relação causa/efeito entre a existência de partidos verdes e a maior politização dos temas ecológicos ou ambientais. De facto, há que reconhecer que na Bélgica, por exemplo, há muito tempo (desde o início da década de 80) que o *Ecolo* e o *Agalev* existem, mas só muito recentemente — em consequência do escândalo das dioxinas — é que as preocupações políticas e a agenda dos principais partidos se viraram para as questões ambientais⁽⁴³⁾. Já noutros países, pelo contrário, mesmo sem a actuação de quaisquer partidos ecologistas, ocorreu uma efectiva politização do ambiente, o que, nalguns casos, fez até com que os partidos verdes tivessem maior dificuldade em singrar, pois os partidos estabelecidos já se ocupavam dos temas ambientais, preenchendo ou ocupando o espaço natural de intervenção política dos verdes (foi o que sucedeu, por exemplo, na Noruega e na Dinamarca).

Em suma, os exemplos referidos permitem-nos concluir que nem sempre a actividade dos partidos verdes é um fenómeno decisivo ou determinante na atracção de maior atenção política e na concessão de maior relevo (*maxime*, por parte dos partidos estabelecidos) à protecção da natureza. Contudo, embora não seja um fenómeno absolutamente decisivo e necessário, a verdade é que, na grande maioria dos casos, há uma tendência natural para que a intervenção polí-

já bastante antigos, foi só na sequência do referido escândalo das dioxinas que os mesmos passaram a ter uma maior notoriedade e adesão eleitoral; logo, só a partir desse momento é que passaram a ter suficiente relevo político para poderem motivar o “esverdeamento” dos restantes partidos.

(44) Cfr. Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, *Cleavage Structures, Party Systems and Voter*

tica dos partidos verdes (sobretudo se estes tiverem um certo peso eleitoral) conduza ao “esverdeamento” dos restantes partidos ou a uma maior politização dos temas ambientais.

Nestes termos, resta-nos apenas saber como reagem os partidos ecologistas ao “esverdear” dos seus adversários políticos. E a verdade é que nem sempre reagem bem: Os Verdes alemães, por exemplo, costumam acusar os restantes partidos de “*Themenklau*”, isto é, de muitas vezes lhes “roubarem” os assuntos.

Nos sistemas partidários? (macro-análise)

A propósito das implicações que os partidos verdes produzem sobre os respectivos sistemas partidários, pode discutir-se — com algum interesse — a questão de saber se o aparecimento (e crescimento) destes partidos não veio, afinal de contas, contrariar a famosa ideia do “congelamento dos sistemas partidários”, defendida por Lipset e Rokkan (44).

Estes dois reputados politólogos sustentaram, em 1967, que em quase todos os países desenvolvidos e politicamente estabilizados os sistemas partidários continuavam a apresentar exactamente as mesmas características e eram compostos exactamente pelos mesmos partidos que já existiam desde os anos 20 (45). Ou seja, os sistemas partidários haviam cristalizado algures na década de 20 e, embora os partidos — sempre os mesmos — se alternassem no poder, o conjunto desses partidos formava um sistema que se mantinha praticamente inalterado há longo tempo (não surgiam novos partidos; e os existentes mantinham, grosso modo, o mesmo tipo de eleitorado e de postura política que sempre os havia caracterizado).

Em suma, não se verificava qualquer alteração, inovação ou — sequer — evolução no funcionamento dos sistemas partidários. E, com base nesta constatação, Lipset e Rokkan formularam então a “teoria do congelamento dos sistemas partidários”, de acordo com a qual estes sistemas — depois de estabilizados — não sofrem quaisquer modificações, mantendo-se inalteráveis, sempre com as mesmas características, as mesmas formações partidárias e o mesmo leque de potenciais soluções governativas.

Esta teoria viria a ser empiricamente comprovada, em 1970, por Rose e Urwin (46). Através de uma série de análises e estudos vários, baseados em

Alignments, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 91 a 138, *maxime* pp. 134 e ss.

(45) Cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., pp. 490 e ss.

(46) Cfr. Richard Rose e Derek W. Urwin, *Persistence and Change in Western Party Systems, 1945-1969*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 185 a 194.

(47) Cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., p. 492.

factos reais e concretos, estes cientistas políticos conseguiram demonstrar que, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, as constatações de Lipset e Rokkan correspondiam, no essencial, à realidade.

No entanto, parece-nos óbvio que o surgimento dos partidos ecologistas ao longo das décadas de 70 e 80 veio contrariar a *supra* referida “tese do congelamento dos sistemas partidários” (47). De facto, a partir de certa altura houve que contar com um dado novo, totalmente inovador no seio de muitos sistemas partidários. E não se trata de um dado insignificante ou pouco relevante; bem pelo contrário, trata-se de um fenómeno que, como sabemos, atingiu importantes proporções, já que os partidos verdes ocupam hoje um papel considerável e bastante significativo em muitos sistemas partidários europeus. Assim sendo, não se pode afirmar que os sistemas partidários se têm mantido “congelados” ou “cristalizados”. Ao invés, esses sistemas evoluíram e, nalguns casos, modificaram-se mesmo muito.

De resto, hoje-em-dia já há vários estudos que comprovam que a “teoria do congelamento dos sistemas partidários” só foi válida até ao final dos anos 60. A partir da década seguinte, porém, os sistemas partidários começaram a mudar. Em bom rigor, Rose e Urwin só conseguiram comprovar as teses de Lipset e Rokkan porque nas suas análises utilizaram dados anteriores a 1970. Mais tarde, no entanto, foram realizadas novas investigações — nomeadamente por Mogens N. Pedersen e por Maria Maguire — que demonstram que, a partir da década de 70, os sistemas partidários “deixaram de estar congelados”. Pederson, por exemplo, analisou o funcionamento integrado dos sistemas partidários (como realidades complexas) e, com base em dados empíricos concretos, constatou alguma volatilidade nesses sistemas (48). Maria Maguire, por sua vez, dedicou-se ao estudo dos partidos individualmente considerados e, também com base numa série de indagações empíricas e através do tratamento estatístico de um conjunto de resultados eleitorais, verificou que, a partir da década de 70, tem ocorrido uma considerável flutuação no apoio eleitoral dos vários partidos (49).

Na definição de políticas?

Vejamos agora qual a influência que os partidos verdes têm, ou podem ter, na definição das principais políticas sectoriais seguidas ou adoptadas em cada país

(48) Cfr. Mogens N. Pedersen, *Changing Patterns of Electoral Volatility in European Party Systems, 1948-1977*, in *Western European Party Systems — Continuity & Change*, edited by Hans Daalder and Peter Mair, Great Britain, 1983, pp. 29 a 66, *maxime* p. 35.

(49) Cfr. Maria Maguire, *Is There Still Persistence? Electoral Change in Western Europe 1948-1977*, in *Western European Party Systems — Continuity & Change*, edited by Hans Daalder and Peter Mair, Great Britain, 1983, pp. 67 a 94, *maxime* pp. 90 a 93.

(50) Cfr. Jorge Miranda, *Ciência Política (Formas de Governo)*, Lisboa, 1996, p. 266.

(*maxime*, na área do ambiente). E, para esse efeito, há que começar por distinguir entre as situações em que os verdes se encontram no poder e todas as restantes situações, em que os verdes — estando ou não representados no Parlamento, tendo uma maior ou menor expressão eleitoral — são partidos de oposição. De facto, a influência que os partidos ecologistas possam ter na adopção de determinadas políticas ou na implementação de certos planos (de protecção ambiental, por exemplo) há-de ser completamente diferente consoante estes partidos façam parte da coligação governamental, ou nem por isso. Assim, há que diferenciar com cautela estas duas situações.

Começando, então, por analisar o peso e a importância dos partidos verdes, enquanto partidos de oposição, na definição das prioridades políticas e das principais soluções governativas (a nível nacional), deve reconhecer-se que — em bom rigor — não é necessário que existam partidos ecologistas para que a protecção da natureza entre na agenda política. Com efeito, não é verdade que só os partidos verdes se preocupem com o ambiente, ou que a actividade política levada a cabo por estes partidos seja absolutamente necessária e indispensável à adopção de políticas ecológicas. Em suma, não se pode afirmar que, sem os partidos verdes, não existiria política ambiental.

No entanto, também há que reconhecer que a presença de partidos ecologistas no espectro partidário pode (dependendo da sua força relativa, do seu poder de intimidação ou de chantagem, entre outros factores) “forçar” a adopção de certas e determinadas políticas verdes, particularmente aquelas que são menos populares (e que, como tal, os restantes partidos não estarão muito dispostos a adoptar, se a isso não forem forçados). Ou seja, os partidos verdes podem ter um importante papel, ao pressionar as outras formações partidárias (nomeadamente aquela ou aquelas que se encontram no poder) a tomar algumas medidas impopulares como, por exemplo, a criação de eco-taxas ou impostos ecológicos. De facto, estas medidas ambientais, que fazem perder votos, muito provavelmente só serão implementadas se os partidos verdes insistirem e pressionarem. Eis aqui, pois, um importante papel dos partidos ecologistas, os quais — mesmo na oposição — podem impulsionar e ser responsáveis pela adopção de certas políticas ambientais.

Se, por hipótese, os partidos ecologistas se encontrarem representados na coligação que governa o país, então — obviamente — a sua influência na definição das políticas ambientais será ainda maior (aliás, será incomparavelmente maior). Aí, os partidos verdes terão necessariamente uma palavra a dizer e desempenharão um papel crucial na implementação das principais medidas de salvaguarda ecológica (até porque, normalmente, estes acordos de coligações prevêm que seja um representante dos verdes a ocupar a pasta ministerial do ambiente).

No entanto, nestes mesmos casos, há que contar com um outro factor, já aqui referido: por estarem no poder, os verdes poderão ver-se forçados a aceitar

alguns compromissos e a fazer verdadeiras cedências relativamente aos seus principais “cavalos de batalha” ambientais. Por isso, embora — por um lado — os partidos ecologistas representados no Governo tenham uma influência decisiva na definição das políticas de defesa e protecção do ambiente, poderá suceder — por outro lado — que esses mesmos partidos não consigam ou não possam (devido às exigências próprias da governação) concretizar as políticas desejadas.

VI — PARTIDOS VERDES COMO “PARTIDOS DE ASSUNTO ÚNICO”?

A ideologia verde

É chegada a altura de colocarmos uma questão que, desde o início, nos intrigou e que, de alguma forma, nos conduziu à realização do presente trabalho. E a questão é a seguinte: tendo os partidos verdes como principal preocupação, ou como meta primordial, a defesa e a promoção do ambiente (isto é, subordinando toda a sua lógica de actuação partidária ao desígnio de protecção da natureza), qual é a sua legitimidade para serem partidos políticos? E, por maioria de razão, qual é a sua legitimidade para governarem um país?

Para que uma determinada associação de pessoas se possa qualificar como um verdadeiro partido político, não será necessário que essa associação partidária perfilhe e defenda um programa político de abrangência geral, ou um projecto global de sociedade (a todos os níveis)? Ou, por outras palavras, poderá um grupo de intervenção política que se centra apenas numa determinada preocupação sectorial qualificar-se como um partido? Não estará antes em causa, em tais casos, a actuação de um mero movimento social ou de um grupo de pressão?

Um partido deve — em princípio — representar os seus eleitores, tanto no Parlamento como no Governo (se for caso disso), a propósito de todas as matérias que vierem a surgir e que aí vierem a ser discutidas ou decididas. Ou seja, um partido político deve ter ideias, propostas e opiniões sobre todas as áreas da governação, isto é, deve conseguir tomar uma posição partidária (que reflecta o sentimento maioritário do seu eleitorado) acerca de todos os temas políticos relevantes para a condução do país.

Ora, nestes termos, um partido que expressamente se apresenta como ecologista, centrado na protecção da natureza e cujo discurso político é dominado por questões ambientais, estará apto para representar o seu eleitorado, de forma global, a propósito de todos os temas da actualidade política? Ou, pelo contrário, este partido só conseguirá ter uma actuação relevante a propósito de certos temas sectoriais (deixando o seu eleitorado, no que toca aos restantes temas,

sem qualquer representação política e sem qualquer participação na tomada de decisões)? E, se assim for, não se deveria considerar que — afinal de contas — estamos apenas perante um movimento de cidadãos que têm uma (única) preocupação comum?

No fundo, a questão que sempre nos atormentou foi a seguinte: se uma das diferenças entre os movimentos de cidadãos e os partidos políticos passa por os primeiros lutarem por determinados objectivos concretos e parcelares, enquanto que os segundos representam ou manifestam uma determinada corrente político-ideológica, que abrange e se projecta tendencialmente sobre todas as áreas ou tópicos que regem a nossa vida comum, então em que categoria se encaixam os partidos ecologistas?

É óbvio que os partidos verdes são — em termos formais — partidos políticos, visto que se constituíram como tal, preenchendo todos os requisitos exigidos na Constituição e na lei para a criação de um partido; mas, independentemente de questões jurídico-formais, como é que — do ponto de vista da Ciência Política — se podem ou devem qualificar os partidos verdes? Como verdadeiros e próprios partidos políticos? Ou como meros lóbis e grupos de interesses? É o que tentaremos descobrir ao longo das próximas páginas.

E, para esse efeito, temos de começar por perceber quais as características que têm de estar reunidas para que se possa falar de um verdadeiro partido político. Ou seja, temos de começar por definir o que são os partidos (segundo a Ciência Política) para depois, numa segunda fase, verificarmos se os partidos verdes se encaixam ou não nessa definição. Vejamos, então, em que consiste um partido.

Jorge Miranda, por exemplo, formula duas definições distintas de “partido político”. Assim, de acordo com uma noção ampla, partido é todo e “qualquer agrupamento de indivíduos destinado a conquistar, exercer e conservar o poder político”; porém, segundo um entendimento mais restrito, um partido político é uma “associação de carácter permanente, organizada para a *intervenção no exercício do poder político*, procurando, com o apoio popular, a realização de um *programa de fins gerais*” (50). Ora, esta definição levanta já duas questões do maior interesse para a nossa investigação.

Por um lado, os partidos devem procurar exercer o poder político. Ora, se nalguns países os partidos verdes já chegaram ao poder, a verdade é que também há muitos outros exemplos de partidos ecologistas que, pelo contrário, ainda se pautam (em maior ou menor medida) pela lógica do “partido anti-partido”, ou seja, partidos que não procuram nem pretendem ocupar o poder, mas sim manifestar uma posição de protesto e de distanciamento ou alheamento face

(51) *Idem, ibidem*, p. 268.

ao poder. Nestes termos, será que estes partidos se poderão incluir na definição de “partido político” *supra* enunciada? É preciso ter algumas cautelas com este raciocínio. O facto de alguns partidos verdes serem ainda partidos de protesto ou anti-sistema não significa que não se possam qualificar como partidos políticos, sob o pretexto de que — atendendo ao o seu posicionamento libertário — esses partidos não visariam exercer o poder político. Tal não corresponde à verdade.

De facto, não se pode afirmar que os partidos verdes contestatários e inconformados não exercem ou não pretendem exercer o poder político. É que o exercício do poder político não diz apenas respeito à presença no Governo; qualquer partido representado no Parlamento, por exemplo, exerce também o poder político. E todos os partidos ecologistas pretendem, pelo menos, alcançar uma representação parlamentar (embora uns tenham sucesso, e outros nem por isso). Logo, mesmo que não tenham pretensões de chegar ao Executivo, os partidos verdes — em geral — visam o exercício do poder político.

Uma outra questão que decorre da definição de partido político apresentada por Jorge Miranda tem a ver com a exigência de um “programa partidário de fins gerais”. De facto, segundo este Autor, o partido em sentido restrito e moderno envolve, entre outras coisas, o “serviço do interesse geral à luz das concepções perfilhadas pelos seus membros, ou capacidade de *definição de objectivos de política geral* (o partido pode servir interesses sectoriais, profissionais ou regionais, mas tem sempre de os enquadrar numa visão dos interesses gerais; não é partido o grupo de pressão)” (51). Ora, é precisamente este aspecto que, a propósito das partidos ecologistas, levanta ou pode levantar algumas dificuldades. Porém, antes ainda de esboçarmos qualquer conclusão, vejamos a opinião de outros Autores sobre esta mesma matéria (opiniões essas que, como veremos, não diferem significativamente da de Jorge Miranda).

Marcelo Rebelo de Sousa, por exemplo, define partido político da seguinte forma: “toda a associação duradoura de cidadãos ou entidades em que estes se agrupem, que vise *representar politicamente de modo global a colectividade* e participar no funcionamento do sistema de governo constitucionalmente instituído, para o efeito contribuindo para a designação dos titulares dos órgãos do poder político do Estado” (52). Ou seja, segundo o Autor, os partidos devem ter como fim ou como objectivo a representação política global da colectividade. E, por representação política global da colectividade, entende-se “a representação que prossegue *objectivos que se prendem com o Estado-colectividade em globo*

(52) Cfr. Marcelo Rebelo de Sousa, Partidos Políticos, in POLIS, p. 991. Cfr. também, do mesmo Autor, Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português, Braga, 1983, pp. 75 e ss.

(53) Cfr. Marcelo Rebelo de Sousa, Partidos Políticos, in POLIS, p. 992.

e não apenas com algumas das suas facetas, sejam elas económicas, sociais, políticas *stricto sensu* ou culturais” (53). Parece, pois, que os partidos têm necessariamente de apresentar um projecto político abrangente, e não meramente sectorial.

Semelhante é também a posição de Vitalino Canas, que embora adopte as (*supra* citadas) definições de partido político formuladas por Jorge Miranda (54), acrescenta ainda um elenco de factores que permitem distinguir os partidos dos grupos de interesse. Um desses factores distintivos consiste na circunstância de os partidos “representarem ou tenderem a agregar interesses sociais diversificados, ao passo que os grupos de interesse representam normalmente uma única causa” (55). Embora o Autor reconheça que este traço distintivo (entre outros) é meramente tendencial (56), a verdade é que — em princípio — o que caracteriza os partidos é o facto de não demonstrarem apenas um único interesse ou uma preocupação exclusiva, mas antes uma visão global da sociedade.

Ora, atendendo à noção de partido político adoptada pela generalidade dos Autores, poderá questionar-se se os partidos verdes se integram ou não nessa definição. Antes, porém, de retirarmos conclusões precipitadas, haverá que investigar, de forma tendencialmente exaustiva, quais as ideias defendidas pelos partidos ecologistas. É que, se é verdade que os partidos verdes parecem — à primeira vista, pelo menos — ser partidos de assunto único (razão pela qual, aliás, se levantam dúvidas acerca da sua qualificação como verdadeiros partidos políticos), cabe questionar se será realmente assim. Será que os partidos verdes, efectivamente, só se preocupam com a causa ambiental? É o que veremos de seguida (57).

Tendencialmente, os verdes baseiam toda a sua actuação política em duas ideias-chave: por um lado, a necessidade de repensar e reformular a relação do Homem com a Natureza; por outro lado, a consciência de que existem limites absolutos ao crescimento económico (58). Ora, daqui decorre um desígnio de sustentabilidade e é este desígnio que vai nortear toda a filosofia política e ideológica

(54) Cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., p. 437.

(55) *Idem, ibidem*, p. 438.

(56) *Idem, ibidem*, p. 439.

(57) Sobre as principais ideias políticas do ecologismo, cfr., em geral, Neil Carter, *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001, pp. 41 e ss., que seguiremos de perto.

(58) Esta ideia decorre, de alguma forma, de um célebre relatório elaborado em 1972 (e que se tornou num elemento-chave para a causa ambientalista em todo o mundo), segundo o qual o crescimento económico não poderia continuar — eternamente — ao mesmo ritmo, visto que existem limites naturais objectivos e absolutos à capacidade de sustentação, absorção ou tolerabilidade das consequências provenientes do crescimento económico.

(59) Sobre o eco-socialismo, cfr., em geral, David Papper, *Socialismo Ecológico* (da ecoló-

dos verdes. Ou seja, embora se trate — obviamente — de uma generalização, os partidos verdes têm como pilar a ideia de sustentabilidade. E, surpreendentemente, da ideia de sustentabilidade resulta todo um programa global de sociedade. De facto, e ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, a sustentabilidade não é um objectivo com incidência exclusivamente ambiental; pelo contrário, toca em todos os sectores da sociedade. Senão, vejamos.

Os verdes têm ideias muito concretas e um posicionamento político muito claro no que diz respeito às principais matérias económicas: repudiam o produtivismo e o consumismo, defendendo uma organização económica diferente, baseada na ideia de que há limites ao crescimento. Assim, os verdes propõem a erradicação da sociedade de consumo em que vivemos, bem como o fim da produção industrial em larga escala, a nível mundial, para satisfazer necessidades económicas em contínua expansão (que vão muito para lá das necessidades básicas), substituindo este modelo de regulação económica por um outro, baseado em princípios de sustentabilidade e utilização racional dos recursos naturais.

Mas os verdes têm também um projecto de re-estruturação da sociedade, que vai muito para lá do plano económico. Os mais radicais chegam mesmo a propor uma nova forma de organização social e política, baseada nas “bio-zonas” (isto é, em nome de uma convivência saudável e pacífica com a natureza, deveríamos abandonar as fronteiras actuais e estruturar as nossas sociedades com base nas distintas regiões naturais ou “bio-zonas”). Porém, mesmo sem recorrer a estas ideias mais radicais, a verdade é que — genericamente — os verdes entendem que o desígnio de sustentabilidade carece de ser implementado através de uma organização social e política descentralizada. Logo, a descentralização é um objectivo muito claro da política ambientalista e uma proposta comum a todos os partidos verdes e todas as sensibilidades ecológicas.

Aliás, há até algumas sensibilidades ecológicas que levam esta ideia de descentralização tão longe que chegam a defender a eliminação do próprio Estado. Referimo-nos, obviamente, ao eco-anarquismo, que é uma corrente autónoma e claramente identificada no seio do movimento ecologista e que, como facilmente se compreende, tem uma visão particular e um objectivo de re-estruturação (ou desestruturação, como se queira) da sociedade. Portanto, só pelo facto de existir esta ideia eco-anarquista, já se pode constatar que os verdes não se limitam ou circunscrevem a determinados objectivos estritamente ambientalistas. Pelo contrário, em nome desses objectivos ambientalistas, os verdes defendem também um projecto global de modificação da sociedade.

No entanto, para sustentar esta ideia não é absolutamente necessário recorrer ao eco-anarquismo. Como dissemos, mesmo as correntes ecologistas mais moderadas vêm na descentralização um mote para a re-organização do poder político, segundo uma lógica de subsidiariedade. Aliás, o famoso *slogan* “pensar global, agir local”, embora entretanto se tenha popularizado e generalizado, foi

na sua origem uma palavra de ordem dos ecologistas. Isto demonstra bem que o programa político dos verdes passa por uma efectiva mudança do poder político, num sentido descentralizador. De resto, este objectivo está em plena consonância com a ideia de democracia participativa ou democracia de base a que obedece a própria organização interna dos partidos verdes. Ou seja, aquilo que os verdes defendem como forma de estruturação do partido (o qual deverá funcionar de forma descentralizada, participada e igualitária) é o mesmo que pretendem instituir como forma de estruturação da sociedade, como um todo.

E, por sua vez, a ideia de democracia participativa e igualitária leva os partidos verdes a promoverem a justiça social e a lutarem contra as desigualdades. Aliás, recorrendo mais uma vez aos exemplos extremos, uma das correntes verdes é o eco-socialismo⁽⁵⁹⁾. Ora, só o facto de existir uma corrente eco-socialista denuncia que os ecologistas também se preocupam com as condições de justiça social. Ou seja, mais uma vez se conclui que não são só as preocupações estritamente ambientais que motivam a actuação política dos verdes. Muitas vezes, associadas a essas preocupações ambientais encontram-se preocupações de outro género, como a promoção da igualdade entre todos os cidadãos (até porque o gozo dos bens ambientais é, por natureza, igualitário, isto é, não distingue entre classes sociais, nem discrimina ninguém; a actuação humana sobre o ambiente é que cria essas desigualdades).

De resto, outro dos grandes desígnios ou “cavalos de batalha” dos partidos verdes tem sido — desde sempre — a promoção do papel das mulheres na sociedade (existe também uma forte corrente eco-feminista) e a defesa dos direitos das minorias étnicas (os verdes reclamam uma política inclusiva de imigração e têm-se batido por leis de cidadania mais justas). Por fim, refira-se ainda que os verdes são, tradicionalmente, antimilitaristas (existindo também uma corrente de pensamento designada por eco-pax) e defensores de atitudes pacifistas, atitudes estas que se relacionam com a postura de respeito e de não agressão que o Homem deve ter para com a natureza, mas que vão muito para lá de razões meramente ecológicas.

Em suma, os verdes apresentam — afinal de contas — um vasto programa de sociedade, o qual, inspirando-se nos ideais libertários dos *novos* movimentos sociais, se estende desde a economia à defesa, passando pela política de solidariedade social (ou de inclusão) e ainda pela estruturação da sociedade e do poder político em moldes participativos, descentralizados e igualitários, etc. Assim sendo, embora à primeira vista os partidos verdes defendam apenas um programa estritamente ambientalista (e nada mais), tal não corresponde inteira-

gia profunda à justiça social), edições Instituto Piaget, s/ local, s/ data, *passim*.

(60) Cfr. Vitalino Canas, Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema, cit., pp. 447-448.

mente à verdade. Por detrás das propostas ecológicas, há todo um mundo de outras ideias e correntes de opinião que caracterizam o posicionamento ideológico dos verdes. Logo, os partidos ecologistas são mais do que meros movimentos de defesa do ambiente; eles são os herdeiros, em termos partidários, de uma ideologia libertária que caracterizou a explosão de movimentos juvenis de contestação durante as décadas de 60 e 70.

Pois bem, tendo verificado o que é e como se caracteriza — de acordo com a Ciência Política — um partido político e tendo analisado as ideias ou as propostas defendidas pelos verdes (na sua generalidade), estamos agora — finalmente — em condições de retirar algumas conclusões.

E a primeira conclusão a formular é a seguinte: existe uma verdadeira ideologia verde. Os partidos verdes estão embuídos de uma postura ideológica própria, global e coerente, que os distingue e autonomiza dos restantes partidos e das demais ideologias políticas.

Aliás, na classificação de partidos políticos efectuada por Von Beyme (a que já nos referimos, logo no início deste trabalho) estava em causa uma distinção com base em motivos ideológicos e os partidos ecologistas eram uma das categorias expressamente autonomizada⁽⁶⁰⁾. O que só pode significar que estes partidos, também de acordo com o entendimento de Von Beyme, apresentam uma ideologia própria e distinta da dos restantes partidos. Ou seja, confirma-se a ideia de que existe uma autêntica ideologia verde ou ecologista.

Ora, daqui decorrem várias consequências. Desde logo, não é verdade que tenhamos chegado ao “fim das ideologias”, como alguém em tempos vaticinou. Por outro lado, a existência de uma ideologia verde, que norteia a conduta política dos partidos ecologistas, significa que estes partidos estão longe do modelo de partido “apanha-todos”, referido por Kirchheimer⁽⁶¹⁾. Vale a pena prestar um pouco mais de atenção sobre este ponto.

Otto Kirchheimer sustenta uma famosa teoria, segundo a qual os partidos, por força da sua ambição eleitoral, tendem naturalmente a transformar-se em “catch-all parties”⁽⁶²⁾, isto é, em partidos apanha-todos. Os partidos apanha-todos são aqueles que esbatem as suas marcas ideológicas para poderem apelar ao maior número de pessoas possível. Para evitar uma grande crispação, estes partidos adoptam um comportamento pragmático e propostas relativamente neutras ou inócuas em termos ideológicos, com o objectivo de cativar o maior número de

(61) Cfr. Otto Kirchheimer, *The Catch-all Party*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 50 a 60.

(62) Vitalino Canas traduz esta expressão para “partidos agarra-tudo” (cfr. *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., p. 458). Pela nossa parte, porém, preferimos a expressão “partidos apanha-todos”, que utilizaremos ao longo do texto.

(63) Sobre o tema, cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*,

eleitores, vindos de todos os quadrantes políticos ⁽⁶³⁾. Assim, e segundo Kirchheimer, os partidos apresentariam hoje-em-dia uma tendência para atenuarem as suas diferenças ideológicas, distinguindo-se apenas com base nas suas propostas concretas ou nas personalidades que os lideram. Isto é, em termos programáticos, os partidos políticos seriam cada vez mais iguais entre si.

Pois bem, o facto de os partidos verdes se nortearem por uma ideologia global, coerente e bem vincada, permite contrariar as teses de Kirchheimer. Pelo menos, tais teses não parecem aplicar-se aos partidos verdes, que representam e promovem politicamente a sua própria ideologia, distinta das demais.

A este ponto é preciso fazer uma pequena precisão: quando nos referimos à ideologia verde, estamos a pensar na ideologia que caracteriza o tipo predominante de partidos verdes, isto é, aqueles partidos ecologistas que se inserem numa determinada corrente política, herdeira dos *novos* movimentos sociais e das ondas de protesto e revolta estudantil dos anos 60 e 70. No entanto, pode haver — e há — outro tipo de partidos ecologistas, com um posicionamento ideológico distinto. De facto, já alertámos *supra* para a existência de certos partidos verdes de inspiração conservacionista, mais próximos da direita conservadora, que promovem uma atitude romântica e contemplativa face aos bens naturais. Ora, tais partidos nada têm a ver com os partidos verdes pertencente à esquerda libertária, aqui em apreço. Assim sendo, é preciso ter alguma cautela: quando nos referimos à ideologia verde, referimo-nos apenas à ideologia característica de determinados partidos verdes (herdeiros de um certo ideal libertário), que constituem a grande maioria.

A segunda conclusão a retirar é a de que, embora exista uma ideologia verde global e consistente, ela tem — como qualquer outra ideologia política — várias *nuances* (desde o ecologismo profundo, passando pelo ambientalismo reformista, até ao chamado “verde pálido”). Por outro lado, a ideologia verde já foi, globalmente, mais radical do que é hoje.

Vimos que a ideologia verde é ainda a herdeira ou a seguidora dos ideais libertários e contestatários que caracterizaram os *novos* movimentos sociais de protesto das décadas de 60 e 70; e, de facto, assim é ⁽⁶⁴⁾. Simplesmente, com

cit., p. 458 e ss.

⁽⁶⁴⁾ Realmente, em muitos domínios a ideologia verde vai buscar as suas raízes aos *novos* movimentos sociais. Ou seja, os partidos verdes agregaram as principais preocupações e reivindicações dos movimentos sociais dos anos 60 e 70. E talvez seja esta a razão de não ter ocorrido uma partidarização dos interesses pacifistas, feministas, etc. De facto, quando falámos dos *novos* movimentos sociais, questionámo-nos e deixámos no ar a questão de saber por que é que só os movimentos ambientalistas deram origem a vários partidos políticos e por que é que o mesmo não sucedeu também com os restantes movimentos. E a resposta é, afinal de contas, muito simples: os partidos verdes incluíram no seu repertório ideológico as preocupações de todos esses movi-

o tempo, esses ideais — embora ainda se mantenham e, hoje-em-dia, tenham a sua expressão política nos principais partidos verdes — têm vindo a sofrer um processo de esbatimento ou de moderação. Aliás, quando estudámos a evolução dos partidos ecologistas (a partir do exemplo alemão), verificámos que estes iniciaram a sua actividade política de forma muito radical, mas progressivamente vieram a moderar o seu discurso e a sua forma de actuação. Pois bem, a ideologia verde tem vindo a seguir exactamente o mesmo percurso.

Ora, quererá isto significar que — afinal de contas — kirchheimer sempre tem razão e que as suas teorias se aplicam, inclusivamente, aos partidos verdes? Estarão os partidos ecologistas a esbater as suas referências ideológicas, transformando-se em partidos apanha-todos? Pensamos que não (ou ainda não). Isto é, pelo menos para já os partidos verdes ainda se encontram muito longe do modelo de partido apanha-todos. Mas só o tempo dirá se a tendência para a moderação virá a dar razão a Kirchheimer.

Uma outra conclusão que, finalmente, podemos retirar vai directamente de encontro às inquietações que manifestámos no início do presente capítulo. Na altura, questionámos qual seria a legitimidade dos partidos verdes para se constituírem como partidos políticos (e, por maioria de razão, para governarem o respectivo país), se — aparentemente — só tinham interesses ambientalistas, e não uma visão global da sociedade e das preocupações comuns a todos os cidadãos. Pois bem, chegamos agora à conclusão de que “as aparências iludem”, ou seja, aquilo que se supunha ocorrer, afinal de contas, não corresponde à verdade. A ideologia verde é uma ideologia global e não parcelar, logo, os partidos verdes não são partidos de assunto único, mas sim partidos com um programa político abrangente e que visam, utilizando as palavras de Marcelo Rebelo de Sousa, “representar politicamente, de modo global, a colectividade”. Nestes termos, conclui-se que os partidos verdes podem perfeitamente qualificar-se — do ponto de vista da Ciência Política — como verdadeiros partidos políticos.

Quanto muito, poderá afirmar-se que a protecção do ambiente ocupa uma posição mais elevada na hierarquia de valores manifestada pelos verdes, isto é, que há uma subordinação de todos os outros ideais (próprios da ideologia verde) ao desígnio de sustentabilidade ambiental. Mas isto não difere em nada do que também sucede com os restantes partidos: o partido comunista, por exemplo, também subordina todas as suas ideias políticas ao desejo de acabar com a explo-

mentos (isto é, não só as preocupações ambientais, mas também as preocupações anti-guerra, de justiça social, de promoção do papel das mulheres, etc.), tornando desnecessária a criação de partidos autónomos para a defesa de cada um desses ideais, os quais se encontram — todos eles — incluídos na ideologia verde.

(65) Cfr. Marcelo Rebelo de Sousa, Partidos Políticos, in POLIS, p. 1007.

ração capitalista do homem pelo homem. Em suma, todos os partidos se norteiam por uma determinada ideia-chave ou por um determinado mote político, que irá condicionar e influenciar todas as suas outras referências ideológicas. Mas isto não significa que sejam partidos de assunto único. Significa apenas que têm um escopo prioritário, o qual orienta a sua actuação política. O mesmo sucede com os partidos verdes, cujo escopo prioritário é a protecção do ambiente, embora promovam um programa político e ideológico mais vasto.

Assim sendo, e em síntese, o ambiente funciona como “cabeça de cartaz” ou como “bandeira” de uma corrente de pensamento político e de uma linha ideológica mais amplas. Em suma, a ideologia verde *não é* — ao contrário do que possa parecer — monocromática. E a comprovação empírica daquilo que acabámos de afirmar encontra-se, por exemplo, no acordo de coligação “vermelho e verde” que foi celebrado na Alemanha, em 1998, entre o SPD e os *Die Grünen*: dos três grandes temas sobre os quais versava este acordo político (medidas de redução do desemprego; fim da energia nuclear e criação de impostos ambientais e eco-taxas; reforma das leis de cidadania, de forma a reflectirem a realidade multi-cultural da sociedade alemã), só um deles era especificamente ambiental. O que demonstra bem que as preocupações d’Os Verdes alemães iam muito para além da tutela ecológica.

VII — A IDEOLOGIA VERDE COMO FONTE DE MAIOR POLARIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO?

A posição “espacial” dos Partidos Verdes na “geografia” político-ideológica

A partir do momento em que constatamos que existe uma verdadeira ideologia verde, há que verificar se essa linha ideológica e programática conduz ou não a uma maior polarização do sistema partidário. A “polarização” é um conceito próprio da Ciência Política que, segundo Marcelo Rebelo de Sousa, “representa a existência de tensões político-ideológicas fortes no seio de um sistema partidário (distância entre elites políticas ou entre plataformas eleitorais e posições ideológicas dos partidos). A polarização é medida não só pelo número de pólos, mas pela distância entre esses pólos numa escala de «esquerda-direita»” (65). Ou seja, haverá maior polarização no seio de um determinado sistema partidário quanto maior e mais intensa for a crispação e o distanciamento entre partidos, de um ponto de vista ideológico. E esse distanciamento afere-se, como

(66) Para utilizar os conceitos de Vitalino Canas, in Partidos Políticos: um balanço do estudo

vimos, através da localização geográfica dos vários partidos no eixo ou no espectro esquerda/direita. Vejamos, então, onde é que os partidos verdes se situam “espacialmente” em termos de “geografia política” (66).

Ao longo deste trabalho temos vindo a falar dos partidos verdes como partidos de esquerda libertária. Porém, haverá que efectuar agora uma indagação um pouco mais profunda, pois a verdade é que — em bom rigor — há muitos eleitores ecologistas que recusam identificar-se numa escala esquerda/direita. Ou seja, muitos ecologistas (embora não todos) afirmam que “não são de esquerda, nem de direita”. Ora, este posicionamento (ou, melhor dizendo, esta falta de posicionamento) político-ideológico e esta recusa de identificação entre a esquerda e a direita levantam várias dúvidas, que importa investigar. Com efeito, o que é que levará os eleitores verdes a dizerem que não são nem de esquerda, nem de direita? E, se é efectivamente assim, então onde é que estes eleitores se situam do ponto de vista ideológico? Eis aqui, portanto, várias questões para as quais procuraremos uma resposta ao longo do presente capítulo.

Para já, há que dizer que esta postura de alguns eleitores verdes, isto é, esta recusa de auto-qualificação ideológica tem merecido grandes críticas, tanto à esquerda, como à direita. Algumas vozes de direita acusam os verdes de serem como melancias: verdes por fora, mas vermelhos por dentro. Ou seja, a direita tende a ver a falta de identificação ideológica de alguns verdes como uma tentativa de esconder uma certa filiação ou adesão aos ideais socialistas. No entanto, da esquerda tradicional provêm algumas acusações de sinal contrário. Há até quem já tenha sustentado que, embora não o queiram admitir, os verdes — no fundo — se situam na extrema direita. Estas acusações tiveram lugar em França (67), na sequência ou por inspiração de um livro de Luc Ferry (“*Le Nouvel Ordre Écologiste*”), que foi muito crítico relativamente aos verdes. Mas o que esteve, verdadeiramente, na base destas críticas foi o facto de (antes do acordo eleitoral de 1997) o Partido Verde francês, em vários círculos eleitorais, não ter desistido da segunda volta das eleições a favor dos socialistas, mesmo quando havia a possibilidade de a Frente Nacional ganhar.

Seja como for, e independentemente destas acusações de sinal contrário (as quais resultam, em grande parte, do normal combate partidário e, como tal, não têm grande interesse científico), a verdade é que muitos ambientalistas não se reconhecem nem na esquerda, nem na direita. Ora, quererá isto dizer que se encontram no centro? Foi essa a opinião manifestada por Daniel Boy, com

do tema, cit., pp. 451 e 452.

(67) Sobre o tema, cfr. Alain Lipietz, *Green Hopes (The Future of Political Ecology)*, Great Britain, 1995, pp. 130 e ss.

(68) Cfr. Daniel Boy, *Le Vote Écologiste en 1978*, in RFU, vol. 31, n.º 2, Avril 1981,

base num estudo que realizou acerca das intenções de voto do eleitorado ecologista francês, em 1978 ⁽⁶⁸⁾. Neste ano, não havia ainda sido criado o Partido Verde francês, o qual só viria a surgir bastante mais tarde, em 1984. Assim sendo, o eleitorado ecologista não tinha ainda um partido à sua medida (isto é, um partido que se afirmasse expressamente pelas suas ideias políticas de carácter ambiental e pelas suas propostas verdes), acabando por se distribuir eleitoralmente entre os partidos existentes. Nestes termos, o que Daniel Boy fez foi proceder à análise do sentido de voto daqueles eleitores que manifestavam preocupações ambientalistas, ou seja, o Autor procurou verificar como (e por que partidos) se distribuía os votos dos eleitores ecologistas.

Daniel Boy chegou à conclusão de que estes eleitores votavam, na maior parte dos casos, em partidos do centro. Porém, o Autor também concluiu que tal só sucedia por exclusão de hipóteses, isto é, estes eleitores só votavam ao centro porque não se identificavam nem com a esquerda, nem com a direita. E, por fim, o Autor chegou ainda a uma outra conclusão da maior importância: embora o eleitorado ecologista fosse politicamente centrista (isto é, embora votasse ao centro por falta de identificação com os partidos, quer de esquerda, quer de direita, de então), esse mesmo eleitorado era cultural e moralmente extremista. O que dá a entender que a colocação do eleitorado ecologista no centro do espectro político era bastante precária. Assim, seria de esperar que, mal surgisse um partido com preocupações verdes e com ideais extremistas (como, efectivamente, veio a suceder), os eleitores ecologistas rapidamente se sentissem identificados com esse partido, abandonando os partidos de centro (nos quais, aliás, estes eleitores só votavam por exclusão de hipóteses).

A verdade é que os partidos verdes (e o respectivo eleitorado) são vistos — tendencialmente — como sendo de esquerda. E a recusa de certos eleitores ecologistas em se identificarem ideologicamente com a esquerda poderá tratar-se apenas de uma reacção contra os partidos socialistas e sociais democratas estabelecidos (sobretudo quando estes se encontram no poder). Isto é, poderá estar em causa, não um afastamento — propriamente dito — do sector ideológico de esquerda, mas antes uma repulsa natural e uma recusa de identificação com os partidos da esquerda tradicional. Senão, vejamos.

Em bom rigor, o que alguns eleitores verdes afirmam é que não se identificam nem com a esquerda, nem com a direita, pelo simples facto de que não se situam no eixo clássico esquerda/direita, mas sim num outro eixo político-ideológico. Passamos a explicar: a esquerda e a direita tradicionais diferenciam-se entre si em múltiplos aspectos, mas ambas são essencialmente materialistas; os

pp. 394 e ss.

⁽⁶⁹⁾ Cfr. Ronald Inglehart, From class-based to value-based politics, in *The West European*

verdes, por sua vez, não se situam nem à esquerda, nem à direita deste eixo materialista, antes num outro eixo político diferente. Mas vamos por partes.

A esquerda tradicional visa defender, acima de tudo, os interesses dos trabalhadores e das classes mais desfavorecidas. A direita tradicional, por seu turno, tem em vista a defesa de outros interesses, nomeadamente das classes mais abastadas. Porém, apesar destas radicais diferenças, ambas desejam um sistema produtivo centrado no crescimento económico e ambas promovem uma sociedade de consumo (mais ou menos alargada) e de bem-estar material, à base de lógicas produtivistas ou desenvolvimentistas. Já os verdes, ao invés, têm uma idiosincrasia própria, frontalmente oposta aos desígnios materialistas, e localizam-se — em termos políticos — num eixo distinto, não produtivista ou pós-materialista.

Compreende-se agora a recusa de identificação dos verdes, quer com a esquerda, quer com a direita tradicionais. A verdade é que os verdes não se distinguem pela sua classe social e, como tal, não se situam no clássico eixo esquerda/direita. Os verdes distinguem-se, isso sim, pelos seus valores (ambientalistas ou, de forma mais lata, pós-materialistas) e, como tal, situam-se num outro eixo político.

A este ponto, temos de retomar as ideias de Inglehart. Como dissemos *supra*, este Autor retirou do crescimento de valores pós-materialistas, nas sociedades modernas, várias consequências de natureza política. E uma dessas consequências foi, precisamente, a seguinte: Inglehart previu que o aumento do pós-materialismo iria contrariar e neutralizar a polarização política baseada exclusivamente na classe social (polarização que o Autor expressamente identificava com o eixo esquerda/direita), passando essa mesma polarização política a efectuar-se com base nos valores. Ou seja, e nas palavras do próprio Inglehart, verificar-se-ia uma evolução “*from class-based to value-based politics*” (69).

Desta modificação decorreriam, por sua vez, algumas consequências partidárias: os pós-materialistas (isto é, o grupo de pessoas com maior prosperidade, que tradicionalmente havia suportado a direita) começariam a inclinar-se para os partidos de esquerda; pelo contrário, os materialistas (isto é, os menos endinheirados), como reacção ao carácter e às preocupações progressivamente mais pós-materialistas da esquerda, tenderiam a virar-se para a direita, em função dos seus valores materialistas (crescimento económico, prosperidade, segurança, ordem e autoridade do Estado, etc.) (70). Pela nossa parte, temos algumas dúvidas quanto à veracidade destes prognósticos. Desde logo, porque nos parece que os materialistas permanecerão na esquerda tradicional (a qual manterá a sua

Party System, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 266 e ss.

(70) *Idem, ibidem*, p. 276.

(71) *Idem, ibidem*, pp. 277 e ss.

adesão a valores predominantemente materialistas), enquanto que os pós-materialistas tenderão efectivamente a movimentar-se (em termos ideológicos) para a esquerda, mas não para a esquerda tradicional, antes para uma esquerda nova, diferente e — esta sim — pós-materialista.

Aliás, o próprio Inglehart acabou por reconhecer isso mesmo, ao afirmar, a certo passo, que os votos dos pós-materialistas não vão para a esquerda tradicional, mas sim para partidos típicos da Nova Política ⁽⁷¹⁾ (de que falámos *supra*). E isso podia comprovar-se, segundo o Autor, pela crescente expansão dos partidos verdes. Ou seja, Inglehart associava — de forma expressa — o crescimento de valores pós-materialistas (e a consequente transição política para uma nova esquerda) com o crescimento dos partidos ecologistas. Porém, o Autor também alertava para o facto de muitos partidos verdes não terem ainda conseguido estabelecer fortes laços de fidelidade e lealdade com o eleitorado e, como tal, poderem ser “atacados” por partidos estabelecidos (os quais poderiam facilmente alterar os seu discurso político para atingir o público ecologista e, mais em geral, pós-materialista).

Em suma, as teses de Inglehart parecem estar correctas no que diz respeito à evolução do voto baseado na classe social para o voto baseado nos valores (aliás, esta evolução foi comprovada pelo próprio, através de uma série de análises empíricas). Porém, a nosso ver, as suas teses pecam por não reconhecer que existem dois eixos ideológicos distintos. De facto, é a existência desses dois eixos que permite distinguir a esquerda tradicional da nova esquerda (libertária ou pós-materialista): ambas se situam em pólos de esquerda, mas sobre eixos distintos. Isto é, os partidos de esquerda tradicional (como os comunistas ou os socialistas) situam-se à esquerda do eixo político-ideológico materialista, e os partidos verdes — por exemplo — situam-se também à esquerda, mas de um outro eixo, tipicamente pós-materialista.

Com efeito, nos últimos anos tem-se vindo a reconhecer, em vários estudos de Ciência Política, que não existe apenas um único motivo de fractura ou clivagem partidária, mas vários. Ou seja, a clivagem partidária não é unidimensional, mas multidimensional.

Assim sendo, os partidos políticos não se distinguem apenas com base em factores relacionados com a classe social (aliás, cada vez menos se distinguem pelas respectivas classes sociais ⁽⁷²⁾, isto é, os partidos, hoje-em-dia, tendem a ser transversais em termos sociais ⁽⁷³⁾); distinguem-se, isso sim, com base numa

(72) Cfr. Vitalino Canas, Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema, cit., p. 468.

(73) Este facto poderá, eventualmente, estar relacionado com a neutralização ideológica ocorrida em muitos partidos, os quais tendem a transformar-se nos *supra* referidos “*catch-all parties*” ou partidos apanha-todos, de que fala Kirchheimer.

(74) Cfr. Arend Lijphart, As democracias contemporâneas (trad.), Lisboa, 1989, pp. 175 e ss.

série de outros factores. Logo, temos de reconhecer que existem outras dimensões ideológicas para lá do clássico eixo esquerda/direita.

Lipjhart, por exemplo, fala em sete distintas dimensões de clivagem ou fractura entre partidos ⁽⁷⁴⁾: sócio-económica, religiosa, étnico-cultural, urbano-rural, apoio de regime, política externa e, por fim, pós-materialismo ⁽⁷⁵⁾. De resto, é curioso referir que, à data em que escreveu sobre este tópico (1989), Lipjhart entendia o seguinte: “em muitos sistemas partidários, o pós-materialismo ainda não deu origem a uma nova dimensão (de clivagem político-ideológica). Os únicos exemplos são a Suécia, a Noruega e a Holanda” ⁽⁷⁶⁾. Pois bem, de lá para cá parece-nos que o pós-materialismo se tem espalhado por uma série de outros contextos políticos, criando uma nova clivagem partidária. É isso que explica, aliás, o crescimento dos partidos verdes em muitos países e até, nalguns deles, a sua chegada ao poder.

Depois de todo este percurso, percebe-se agora — finalmente — a recusa dos verdes em se situarem no eixo esquerda/direita: é que, embora se encontrem efectivamente à esquerda, ou estejam mais próximos da esquerda, a verdade é que — como temos vindo a afirmar — se trata de uma esquerda diferente da tradicional; logo, os verdes não querem ser confundidos com essa esquerda tradicional e daí, muito provavelmente, a razão de afirmarem que não são de esquerda. O que sucede, no entanto, é que os verdes são — efectivamente — de esquerda, mas de uma esquerda que não preza os valores do produtivismo, nem do Estatismo (nem, tão pouco, do liberalismo, defendido por alguns partidos de centro-esquerda que aceitam a economia de mercado).

É por esta razão que, ao longo do presente trabalho, temos utilizado a expressão “esquerda libertária” para qualificar o posicionamento político-ideológico dos partidos verdes. De resto, há vários Autores (como Kitschelt, por exemplo) que também se referem aos partidos verdes como partidos de “esquerda libertária”, para os distinguir da esquerda tradicional. No entanto, trata-se de uma simplificação, uma vez que — em bom rigor — a realidade é bem mais complexa (existem vários eixos ideológicos que se entrecruzam) e porque, como vimos, as clivagens partidárias são multi-dimensionais.

Embora a expressão “esquerda libertária” não espelhe na íntegra ou com total exactidão a complexidade ideológica dos partidos verdes, a verdade é que essa mesma expressão tem vários méritos: por um lado, permite-nos identificar, com rela-

⁽⁷⁵⁾ O qual, segundo o próprio Autor, tem a ver com ideais de democracia participativa e com o ecologismo. Cfr. Arend Lijphart, *As democracias contemporâneas* (trad.), Lisboa, 1989, p. 189.

⁽⁷⁶⁾ Cfr. *ob. cit.*, p. 189.

⁽⁷⁷⁾ Sobre o tema, cfr., detalhadamente, Maria Manuela dos Anjos Duarte, *Opções Ideoló-*

tiva facilidade e de forma acessível, a realidade político-partidária em apreço; por outro lado, permite distingui-la da esquerda tradicional. Logo, parece que há boas razões para qualificar os partidos verdes como pertencendo à “esquerda libertária”.

Por fim, resta-nos apenas responder — de forma muito directa — à pergunta inicialmente colocada, isto é, à questão de saber se a ideologia verde contribuiu ou não para uma maior polarização do sistema partidário. A nosso ver, é possível afirmar que a progressiva moderação dos partidos verdes, bem como a tendência que estes demonstram para colaborar “dentro” do sistema e para aceitarem alguns compromissos têm vindo a reduzir o grau de polarização que, originalmente, esses partidos possam ter introduzido no sistema partidário (embora, como temos vindo a dizer, essa polarização não se tenha localizado predominantemente no eixo clássico ou materialista esquerda/direita, mas sim noutros eixos, *maxime* no eixo pós-materialista).

VIII — A REALIDADE PORTUGUESA

Algumas hipóteses

Para concluir a nossa investigação, falta-nos apenas observar a realidade portuguesa, tentando perceber que reflexos tem a política ambientalista no nosso sistema partidário. De facto, tendo já analisado variadas questões a propósito do desempenho dos partidos verdes um pouco por toda a Europa, é chegado o momento de verificar como é que as coisas se passam no nosso país. Assim, tentaremos agora aplicar ao caso português algumas das indagações que fomos fazendo ao longo do texto, por forma a compreender como se processa a partidarização da ecologia ao nível interno ou doméstico. Será que, neste domínio, o exemplo português obedece às mesmas características e tem sofrido as mesmas evoluções que encontramos a propósito das principais experiências europeias? É o que veremos de seguida.

Quando se fala de política ambiental em Portugal ⁽⁷⁷⁾, é impossível não referir o nome de Gonçalo Ribeiro Telles, que tem sido — desde sempre — o grande impulsionador da politização dos principais temas ecológicos. De facto, este importante político foi o primeiro a trazer as preocupações ambientais para o domínio partidário e foi ele que esteve na base de dois dos partidos que, no nosso país, apresentam uma feição ecologista: o PPM ⁽⁷⁸⁾ (Partido Popular

gicas e Política Ambiental, Coimbra, 1999.

⁽⁷⁸⁾ Cfr. Maria Inês Mansinho e Luísa Schmidt, A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico, in *Análise Social*, 125-126, quarta série, vol. XXIX, 1994 — 1.º e 2.º, p. 463.

⁽⁷⁹⁾ *Idem, ibidem.*

Monárquico, o qual chegou, inclusivamente, a participar na Aliança Democrática ou AD, uma coligação eleitoral formada pelo PPD, pelo CDS e pelo PPM, que esteve no poder entre 1980 e 1983) e o PMT ⁽⁷⁹⁾ (Partido Movimento da Terra).

Porém, nenhum destes dois partidos tem muito a ver com o movimento político ambientalista, tal como o temos vindo a descrever. Estamos aqui perante dois exemplos de partidos que manifestam algumas preocupações ambientais e têm um discurso ecológico, mas que não adoptam uma postura de protesto, nem derivam da corrente ideológica libertária que caracteriza a generalidade dos partidos verdes europeus. De resto, temos vindo a alertar ao longo do presente trabalho para o facto de existirem alguns partidos políticos com um programa ecologista, mas que não são herdeiros dos *novos* movimentos sociais, não partilham da ideologia verde *supra* descrita (pelo, menos, na sua globalidade), nem se inspiram nos ideais das revoluções estudantis dos anos 60 e 70. É o caso, em Portugal, do PPM e do PMT, que manifestam as suas inquietações ambientais de forma mais conservadora, distinguindo-se assim da matriz contestatária e do posicionamento ideológico libertário que caracteriza, em termos gerais, o fenómeno político-partidário ecologista e que inspira a maior parte dos partidos verdes da Europa central.

No entanto, existe ainda em Portugal um outro partido com preocupações ambientais, que tem até maior notoriedade, atendendo à sua presença no Parlamento: o partido ecologista Os Verdes. Os Verdes nasceram em 1982 e participam, há já alguns anos, na CDU, uma coligação eleitoral com o Partido Comunista, o que lhes tem permitido ocupar dois lugares de deputado na Assembleia da República. Contudo, também em relação a'Os Verdes se pode questionar, ou mesmo duvidar da sua real inserção no movimento ambientalista ⁽⁸⁰⁾, tal como descrito ao longo do presente trabalho. Há até, inclusivamente, quem pense que Os Verdes não são mais do que um mero partido satélite do Partido Comunista Português. Não iremos aqui aprofundar esta questão, mas, seja como for, a verdade é que a caracterização ideológica d'Os Verdes portugueses, bem como a sua pertença ou não à corrente pós-materialista (que molda os principais partidos verdes europeus) são questões bastante duvidosas. Ou seja, temos sérias reservas em qualificar Os Verdes portugueses como genuínos herdeiros da ideologia verde e da tradição partidária ecologista do resto da Europa.

Outra questão interessante que se poderá colocar a propósito d'Os Verdes é a de saber se este partido deve ou não contar para a caracterização do sistema

⁽⁸⁰⁾ Neste sentido, cfr. Maria Inês Mansinho e Luísa Schmidt, A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico, in *Análise Social*, 125-126, quarta série, vol. XXIX, 1994 — 1.º e 2.º, p. 463.

⁽⁸¹⁾ Cfr. Vitalino Canas, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, cit., pp. 483 e ss.

partidário português. De facto, nem todos os partidos formalmente constituídos são suficientemente relevantes para serem levados em linha de conta na apreciação do sistema partidário, como um todo. Ora, no caso d'Os Verdes, estamos — é certo — perante um partido com representação parlamentar. Mas, ainda assim, tratando-se de um grupo parlamentar com apenas dois deputados, haverá que verificar se essa representação parlamentar confere ao partido um peso político relevante, ou nem por isso. E, para esse efeito, há que aplicar as famosas “regras de contar” (partidos) formuladas por Sartori, isto é, há que aferir se Os Verdes têm potencial de governo ou, pelo menos, potencial de chantagem e intimidação política ⁽⁸¹⁾.

Aplicando este teste, constatamos que Os Verdes não têm qualquer potencial de governo nem, tão pouco, de participação numa coligação governamental (dada a sua associação eleitoral ao partido comunista); e, mesmo quanto ao potencial de chantagem e/ou intimidação política, é extremamente duvidoso que Os Verdes, atendendo à sua fraca expressão eleitoral e ao seu padrão de oposição política, preencham este requisito. Assim sendo, conclui-se que, provavelmente, Os Verdes não contarão para a análise do sistema partidário português.

E isso justifica ou permite compreender o facto de, normalmente, este partido não ser levado em consideração nos estudos que são realizados, em Portugal, sobre partidos políticos ou sobre o sistema partidário. De facto, é muito difícil — senão mesmo impossível — encontrar um estudo sobre partidos políticos portugueses que inclua uma análise d'Os Verdes. Ou seja, no nosso país, a Ciência Política tem passado ao lado do fenómeno partidário verde. O que é bem revelador do insucesso que, até ao momento, este fenómeno tem tido. Procuramos, então, descobrir quais as razões para esse insucesso.

No que diz respeito ao índices de pós-materialismo manifestados pelos portugueses, eles encontram-se a um nível extraordinariamente baixo, o que, naturalmente, impede que as questões ou os tópicos ambientais tenham uma grande importância partidária ou uma forte expressão eleitoral. Porém, segundo o inquérito *Gallup*, os portugueses apresentam elevados níveis de preocupação ambiental, mais altos — inclusivamente — do que as populações inquiridas nos restantes países ocidentais. Ora, isto vem abalar a convicção de que o ambiente e a ecologia, enquanto valores pós-materialistas, são uma preocupação exclusiva dos países ricos ⁽⁸²⁾.

Porém, estes surpreendentes resultados têm uma explicação. É que, olhando com alguma atenção para o inquérito *Gallup* e para a forma como as perguntas

⁽⁸²⁾ Cfr. Aida Valadas de Lima e Luísa Schimdt, Questões ambientais — conhecimentos, preocupações e sensibilidades, in *Análise Social*, 135, quarta série, vol. XXXI, 1996 — 1.º, p. 207.

⁽⁸³⁾ Cfr. Aida Valadas; de Lima e Luísa Schimdt, Questões ambientais — conhecimentos,

de carácter ambiental aí se encontravam formuladas, constatamos que a preocupação com o ambiente surgia, muitas vezes, como uma preocupação de saúde pública (a qual constitui, claramente, um valor materialista). Ou seja, o índice de preocupação ambiental estava, frequentemente, relacionado com o receio de certos riscos ou perigos concretos para a saúde pública. E, assim sendo, a preocupação ambiental acabava, afinal de contas, por não revelar uma adesão a valores pós-materialistas, mas — bem pelo contrário — evidenciava certos valores essencialmente materialistas, como sejam a preocupação com a saúde ou com a segurança sanitária.

Este fenómeno de associação entre o ambiente e certas preocupações tipicamente materialistas nota-se, de forma particularmente significativa, nas respostas que foram dadas pelos portugueses ao inquérito *Gallup*: por exemplo, a principal acção que os cidadãos questionados tomavam para proteger o ambiente consistia em poupar energia e água ⁽⁸³⁾ (ora, esta poupança será, certamente, mais norteada por questões de ordem económica do que, propriamente, pelo amor ao ambiente).

Assim, percebe-se bem como no inquérito *Gallup*, atendendo à forma como a consciência ambiental aí foi testada, houve um certo número de referências materialistas (saúde pública, poupança) que acabaram por contribuir para um — aparentemente — elevado nível de preocupação ambiental. Ou, por outras palavras, o elevado nível de preocupação ambiental manifestado pelos portugueses no inquérito *Gallup* esconde, afinal de contas, o nosso carácter eminentemente materialista e não — como à primeira vista poderia parecer — uma súbita adesão ao pós-materialismo.

E há ainda um outro aspecto a considerar: mesmo que os portugueses possam revelar alguma simpatia pelas questões ecológicas (seja essa simpatia determinada por valores materialistas ou pós-materialistas, não interessa agora), a verdade é que — tradicionalmente — não demonstram um grande activismo (*maxime*, político) na defesa dessas mesmas questões ecológicas. De facto, existe uma significativa diferença entre a “simpatia” por uma determinada causa e a “mobilização” em nome dessa mesma causa. E, se os portugueses — por um lado — manifestam alguma simpatia pelo desígnio de protecção do ambiente, a verdade é que — por outro lado — são muito pouco interventivos na defesa desse ideal. Ora, esta falta de activismo ambiental não contribui, em nada, para o crescimento e mobilização dos partidos ecologistas. Pelo contrário, dificulta a sua actuação partidária e limita o seu impacto real na sociedade.

preocupações e sensibilidades, in *Análise Social*, 135, quarta série, vol. XXXI, 1996 — 1.º, p. 217.

⁽⁸⁴⁾ Cfr. Aida Valadas de Lima e Luísa Schimdt, *Questões ambientais — conhecimentos, preo-*

De resto, a fraca mobilização dos portugueses não tem exclusivamente a ver com a tutela do ambiente. Trata-se de um fenómeno de carácter geral, o qual, no entanto, tem implicações concretas ao nível da política partidária verde, restringindo o seu potencial de crescimento. Senão, vejamos.

Tanto o Eurobarómetro, como o inquérito *Gallup* concluíram que Portugal apresenta uma das mais baixas taxas de militância (neste indicador, o nosso país situa-se ao nível da Rússia⁽⁸⁴⁾). Por sua vez, Manuel Braga da Cruz, em estudo dedicado ao tema, também afirma que em Portugal os níveis de associativismo e activismo sociais são manifestamente inferiores ao que se verifica nos demais países europeus. E, comparativamente, o nível de activismo no nosso país é ainda mais baixo do que o nível de associativismo (embora, segundo o Autor, tais níveis cresçam em função do nível de instrução e do *status* social)⁽⁸⁵⁾.

Para Manuel Braga da Cruz, este fenómeno pode justificar-se — entre outros factores — pelo baixo índice de pós-materialismo existente no nosso país⁽⁸⁶⁾. Ou seja, é o próprio Autor que estabelece uma relação directa entre o pós-materialismo e a maior propensão para o activismo ou para a mobilização social. Transpondo esta conclusão para o âmbito do presente estudo, podemos então concluir que, em Portugal, a fraca adesão aos valores pós-materialistas não auxilia a mobilização e a militância partidária verde (diferentemente do que sucede no norte da Europa). Em acréscimo, Manuel Braga da Cruz afirma ainda que a esquerda é tendencialmente mais participativa; logo, segundo o Autor, a progressiva “desesquerdização” da sociedade portuguesa tem conduzido a um decréscimo das tendências participativas.

Vejamos, agora, que outros factores podem influir no maior ou menor sucesso dos partidos ecologistas em Portugal. No que diz respeito ao crescimento da classe média (em termos de importância social e económica) e à melhoria dos índices de instrução, estamos perante dois fenómenos que efectivamente se verificam no nosso país, mas que — apesar de tudo — são relativamente recentes. Logo, ainda que estes fenómenos possam vir a contribuir para o aumento da partidização ambiental, tal efeito ainda não se verifica ou ainda não se verifica em grande escala. Ou seja, a ascensão social de uma classe média abastada e instruída, embora seja já um facto real no nosso país, ainda não se consolidou e/ou estabilizou na sociedade portuguesa, de tal forma a produzir significativas

cupações e sensibilidades, in *Análise Social*, 135, quarta série, vol. XXXI, 1996 — 1.º, p. 216.

(85) Cfr. Manuel Braga da Cruz, *A Participação Social e Política*, in *Portugal Hoje*, INA, s/ local, 1995.

(86) *Idem, ibidem*.

(87) E nem mesmo o perigo que a Central Nuclear de Almaraz, em Espanha, representa para

consequências ao nível da política partidária verde. Por outro lado, esta classe média tem sido atraída eleitoralmente para outros partidos, que não são ecologistas. Mas, sobre este aspecto, voltaremos a falar *infra*.

No que diz respeito aos *novos* movimentos sociais de protesto ou à filosofia contestatária e libertária que se formou na sequência do mítico Maio de 68, todos estes fenómenos passaram ao lado do nosso país. Com efeito, em Portugal não se viveram as experiências que, um pouco por toda a Europa, serviram de embrião aos principais partidos verdes. Ao longo da década de 60, tivemos — é certo — algumas revoltas estudantis. No entanto, essas revoltas centraram-se na luta contra o regime ditatorial então em vigor e confundiram-se com essa mesma luta, não assumindo — na sua plenitude — a mesma configuração libertária que resultou do Maio de 68 e que tem perdurado (embora de forma mais moderada) através da acção e doutrinação política dos principais partidos verdes europeus.

Entrando, agora, na análise das características estruturantes ou institucionais do sistema político português, importa começar por referir o sistema eleitoral. E, em teoria, o nosso sistema eleitoral (que é proporcional, obedecendo ao método de Hondt) até deveria facilitar o crescimento dos partidos verdes, em particular nos grandes círculos, como Lisboa, Porto e Setúbal (que são também os círculos onde mais habitam os potenciais votantes ecologistas). A verdade, porém, é que esse fenómeno não se tem verificado. Os Verdes têm — é certo — uma representação parlamentar, mas isso deve-se sobretudo à coligação que têm com os Comunistas, e não apenas à abertura do nosso sistema eleitoral.

Quanto ao sistema partidário, verifica-se um multipartidarismo, o qual não apresenta quaisquer factores de bloqueio ao surgimento de novos partidos. Aliás, o nosso sistema partidário não se tem mostrado — de forma alguma — “congelado”. Pelo contrário, esse sistema tem permitido o surgimento de novos partidos e, inclusivamente, alguns partidos com significativa relevância política e um relativo peso eleitoral: foi o caso, por exemplo, do Partido Renovador Democrático (PRD) e, mais recentemente, do Bloco de Esquerda (BE).

Por fim, convém analisar se, no nosso país, ocorreram alguns eventos precipitantes que pudessem ter levado a uma ascensão eleitoral dos partidos ecologistas ou, pelo menos, a uma maior politização das questões ambientais. Ora, é verdade que, ao longo do tempo, tem havido alguns picos de preocupação ambiental, decorrentes de certos eventos concretos. Porém, nada de suficientemente significativo para produzir fortes impactos ao nível político-partidário. Senão, vejamos.

O nuclear não tem sido um tema de preocupação ambiental, porque não utilizamos este tipo de energia (nos anos 80 chegou a discutir-se a eventual construção de uma central nuclear e, nessa época, houve algumas vagas de movimentos

anti-nuclear, mas o assunto está há muito esquecido⁽⁸⁷⁾). As manchas negras que se sucedem ao largo da nossa costa são — essas sim — motivo de preocupação ambiental, mas tão rapidamente quanto surgem, são imediatamente esquecidas. A onda que se gerou, há alguns anos atrás, em defesa do lince da Malcata foi, apesar de tudo, um exemplo excepcional de grande mobilização do país em nome de uma causa ambiental. Mas também este fenómeno não durou muito tempo. Recentemente, o evento de carácter ambiental mais publicitado relaciona-se com a co-incineração. Porém, apesar do mediatismo que os protestos contra a co-incineração têm tido, a verdade é que não passam de protestos NIMBY (“*not in my backyard*”), sem grande expressão a nível nacional. Assim, e em suma, os eventos precipitantes não têm contribuído, no nosso país, para o crescimento e expansão da política partidária verde.

Pois bem, analisados todos os elementos pertinentes (isto é, todos os elementos que potencialmente contribuem para o melhor ou pior comportamento eleitoral dos partidos ecologistas), qual o balanço que é possível fazer? Em termos estruturais e institucionais, o nosso sistema político-partidário não impede, nem dificulta (antes pelo contrário) a ascensão de novos partidos, *maxime* de partidos ecologistas. Em Portugal, o que tem impedido o crescimento eleitoral da política ecologista e o sucesso dos partidos verdes são, essencialmente, factores de ordem cultural e axiológica (fraco índice de pós-materialismo; pouca tradição contestatária, em termos sociais; falta de consciência dos verdadeiros riscos ambientais, apesar da simpatia — retórica, mas raramente concretizada em atitudes concretas — pela causa ecológica; etc.).

Importa ainda, no entanto, colocar uma outra hipótese: não poderá o relativo insucesso dos partidos verdes, em Portugal, ficar-se a dever ao “esverdeamento” do discurso político dos restantes partidos? Em teoria, tal poderia acontecer (aliás, vimos *supra* que este factor é um dos principais responsáveis pelas dificuldades da política partidária verde na Dinamarca ou na Suécia, por exemplo). Porém, na prática, os principais partidos portugueses não prestam grande atenção aos temas ambientais e a protecção da natureza não costuma ser um tema de campanha eleitoral no nosso país⁽⁸⁸⁾. Ou seja, não se pode propriamente afir-

o nosso país tem sido motivo de grande preocupação ambiental. Chegou a haver, também, alguns protestos a propósito da instalação de um cemitério nuclear em Aldeia de Avila (Espanha), perto da fronteira com o nosso país, mas nada de muito mobilizador a uma escala nacional (ou seja, foram essencialmente protestos NIMBY, por parte dos habitantes mais próximos).

⁽⁸⁸⁾ A excepção (que confirma a regra) encontra-se nas eleições presidenciais de 2001, cuja campanha foi praticamente dominada pela questão do uso de urânio empobrecido nos ataques aos balcãs. No entanto, ainda assim, tratava-se sobretudo de uma questão de saúde pública, e não tanto de uma questão especificamente ecológica.

⁽⁸⁹⁾ Isso é visível, até, nas regras de organização interna do Bloco de Esquerda, que — em

mar que os partidos estabelecidos tenham absorvido a temática ecológica, “usurpando” o discurso dos partidos verdes. Aliás, em Portugal a relevância do ambiente na actividade partidária é tão diminuta que, se questionados, os eleitores provavelmente não saberiam distinguir os vários partidos com base nas respectivas propostas ambientais (excepto, talvez, quanto ao tema da co-incineração).

No entanto, mesmo não ocorrendo um “esverdeamento” dos partidos estabelecidos, a verdade é que, no actual sistema partidário português, o espaço político-ideológico natural dos partidos verdes (tal como os temos vindo a descrever ao longo do presente trabalho) encontra-se hoje ocupado pelo Bloco de Esquerda. E, a nosso ver, este constitui — hoje-em-dia — um dos principais óbices à expansão da política partidária verde no nosso país.

O Bloco de Esquerda não se apresenta como um partido ecologista, nem tem um discurso especificamente ambientalista. No entanto, apesar disso, esta formação partidária adopta, em muitos aspectos, uma postura radical ou de protesto, encarna uma série de valores pós-materialistas, defende uma filosofia libertária e difunde uma mensagem que é bastante apelativa para a *nova* classe média, urbana e instruída. Ou seja, embora não se afirme pelas suas propostas e políticas ecologistas, o Bloco de Esquerda é, nos nossos dias, o partido que, em Portugal, defende os ideais de esquerda libertária, ousada e inconformista que estão (ou estiveram) na base da generalidade dos partidos verdes europeus.

Quase nos atreveríamos a dizer que o Bloco de Esquerda é um partido verde, sem o ser ⁽⁸⁹⁾. Ou seja, é um partido que defende grande parte da “ideologia verde” *supra* descrita (justiça social, protecção das minorias, integração dos imigrantes, não discriminação sexual e não discriminação da orientação sexual, etc.), à excepção dos principais temas ambientais. Em suma, o Bloco de Esquerda ocupa ou “esgota”, em termos partidários, o espaço da esquerda libertária e atrai o eleitorado potencial dos partidos ecologistas, tornando menos provável o surgimento, no futuro próximo, de um partido verde forte no nosso país.

Nestes termos, e para finalizar, diríamos que, a par das tradições culturais e axiológicas portuguesas e a par da existência de vários pequenos partidos de inspiração verde (PPM, PMT e Os Verdes), que dividem e dispersam o eleitorado especificamente ecologista ⁽⁹⁰⁾, é a existência e o sucesso do Bloco de

muitos aspectos — seguem ou inspiram-se nas regras iniciais do Partido Verde alemão. Um exemplo muito nítido é a rotatividade dos deputados eleitos pelas listas do Bloco de Esquerda.

⁽⁹⁰⁾ Partidos esses que, atendendo às enormes diferenças que se verificam entre si, nunca se associarão, nem trabalharão em conjunto, mas — muito provavelmente — preferirão competir mutuamente e guerrear-se para disputar o eleitorado verde.

Esquerda que maior entrave constitui ao crescimento da política partidária verde em Portugal.

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, gostaríamos apenas de frisar duas ideias-chave, que caracterizam o essencial das temáticas abordadas no presente trabalho. E a primeira dessas ideias relaciona-se com a espantosa evolução registada (em menos de trinta anos) nos principais partidos verdes. Estes partidos surgiram — na sua generalidade — inspirados por um ideal de protesto ou de revolta e com um desígnio de mudança das principais estruturas sociais; derivaram directamente dos *novos* movimentos sociais das décadas de 60 e 70 e, como tal, estruturaram-se à sua semelhança, isto é, de forma descentralizada, informal, participativa, espontânea e sem fortes hierarquias ou dirigismos por parte da cúpula partidária, nem grandes protagonismos individuais; e, por fim, nasceram do meio contestatário que havia sido forjado nas revoltas estudantis de Maio de 68, dotados de uma cultura anti-sistema e de uma ideologia libertária. Pois bem, a começar deste “ponto de partida” (sumariamente descrito), os verdes iniciaram então um percurso evolutivo fascinante, que os levou a perderem parte do seu radicalismo, a aceitarem o sistema político-partidário institucionalizado e, inclusivamente, os transformou — nalguns países — em partidos de sustentação do Governo.

Ora, como se pode verificar, “de 8, os partidos verdes chegaram a 80”. Isto é, de partidos de protesto (e anti-sistema), estes partidos passaram a partidos de sistema. Em suma, verificou-se — em relativamente pouco tempo — uma verdadeira metamorfose dos principais partidos verdes, que, de radicais, passaram a moderados; de inconformados e intransigentes quanto aos seus desejos de reforma do sistema político-partidário e da sociedade, passaram a aceitar uma série de compromissos e de pequenas mudanças paulatinas e progressivas. “Moderação” e “compromisso” são, portanto, as palavras de ordem que, nos nossos dias, caracterizam a postura dos verdes, inicialmente tão contestatários.

A segunda ideia-chave que gostaríamos de sublinhar tem a ver com a pergunta que serve de título ao presente trabalho. Questiona-se aí se os partidos verdes serão partidos monocromáticos. Ora, da nossa investigação resulta que — ao contrário do que poderia parecer — os partidos verdes não são monocromáticos, isto é, não são estritamente verdes. E, com esta metáfora, queremos significar o seguinte: os partidos ecologistas não se limitam a professar determinadas ideias de carácter ecológico, nem se restringem à temática ambiental; pelo contrário, por detrás do discurso ecologista (que serve como bandeira do partido), existe um programa global de sociedade ou um projecto político integrado e abrangente, que cobre potencialmente todas as áreas da nossa vivência comum.

Através da análise da “ideologia verde”, constatámos que os partidos ecologistas — na sua generalidade — vão muito para além das preocupações estritamente ambientais, obedecendo a um perfil ideológico libertário, que se projecta sobre uma série de áreas e domínios de regulação colectiva. Ou seja, os verdes têm uma visão global (muito particular) da sociedade. Por outras palavras, têm um posicionamento ideológico próprio e específico, distinto das restantes ideologias conhecidas, e que é bastante complexo, abrangendo uma série de domínios (isto é, não se restringe à tutela do ambiente) e contendo, no seu seio, diversos matizes.

São estas, em traços largos, as duas grandes conclusões que resultam do presente estudo e que permitem caracterizar a conduta e a filosofia de actuação dos principais partidos verdes na actualidade. Ao longo do texto, fomos retirando uma série de outras conclusões parcelares, que seria fastidioso estar aqui a repetir. Até porque, neste capítulo final e conclusivo, mais do que uma apreciação exaustiva da matéria em apreço, interessa-nos realçar — sob o ponto de vista da Ciência Política — quais as grandes tendências que marcam, nos nossos dias, o comportamento dos partidos verdes.

Esperamos, com o presente trabalho, ter contribuído (ainda que modestamente) para uma melhor compreensão e um mais completo entendimento da política partidária verde, um fenómeno político que, em grande medida, se encontra ainda por estudar.

BIBLIOGRAFIA

- Boy, Daniel, *Le Vote Écologiste en 1978*, in RFCP, vol. 31, n.º 2, Avril 1981.
- Canas, Vitalino, *Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema*, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Tribunal Constitucional, Coimbra, 2003, pp. 433 a 498.
- Carter, Neil, *Prospects: The Parties and The Environment in the UK*, in *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*, edited by Michael Jacobs, Oxford, 1997.
- , *The Politics of the Environment (Ideas, Activism, Policy)*, Cambridge, 2001.
- Cruz, Manuel Braga da, *A Participação Social e Política*, in *Portugal Hoje*, INA, s/ local, 1995.
- Curry, Philip (e Michael F. O’Connell), *Post-Materialist values and political preference: Some unlikely findings from Northern Ireland*, in *European Journal of Political Research*, vol. 37, n.º 1 (January 2000).
- della Porta, Donatella (e Mario Diani), *Social Movements (an introduction)*, Great Britain, 1999.
- Diani, Mario (e Donatella della Porta), *Social Movements (an introduction)*, Great Britain, 1999.
- Donati, Paolo, *Environmentalism, Postmaterialism and Anxiety: The New Politics of Individualism*, European University Institute, Florence, Italy, 1996.
- Duarte, Maria Manuela dos Anjos, *Opções Ideológicas e Política Ambiental*, Coimbra, 1999.
- Inglehart, Ronald, *The nature of value change*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 247 a 252.
- , *From class-based to value-based politics*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 266 a 282.
- Jahn, Deflef, *Green Politics and Parties in Germany*, in *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*, edited by Michael Jacobs, Oxford, 1997.

- Kirchheimer, Otto, *The Catch-all Party*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 50 a 60.
- Lijphart, Arend, *As democracias contemporâneas*, Lisboa, 1989.
- Lima, Aida Valadas de (e Luísa Schmidt), *Questões ambientais — conhecimentos, preocupações e sensibilidades*, in *Análise Social*, 135, quarta série, vol. XXXI, 1996 — 1.º
- Lipietz, Alain, *Green Hopes (The Future of Political Ecology)*, Great Britain, 1995.
- Lipset, Seymour Martin (e Stein Rokkan), *Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 91 a 138.
- Lucardie, Paul, *Greening and Ungreening the Netherlands*, in *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*, edited by Michael Jacobs, Oxford, 1997.
- Maguire, Maria, *Is There Still Persistence? Electoral Change in Western Europe 1948-1977*, in *Western European Party Systems — Continuity & Change*, edited by Hans Daalder and Peter Mair, Great Britain, 1983, pp. 67 a 94.
- Mansinho, Maria Inês (e Luísa Schmidt), *A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico*, in *Análise Social*, 125/126, quarta série, vol. XXIX, 1994 — 1.º e 2.º
- Miranda, Jorge, *Ciência Política (Formas de Governo)*, Lisboa, 1996.
- O'Connell, Michael F. (e Philip Curry), *Post-Materialist values and political preference: Some unlikely findings from Northern Ireland*, in *European Journal of Political Research*, vol. 37, n.º 1 (January 2000).
- Pedersen, Mogens N., *Changing Patterns of Electoral Volatility in European Party Systems, 1948-1977*, in *Western European Party Systems — Continuity & Change*, edited by Hans Daalder and Peter Mair, Great Britain, 1983, pp. 29 a 66.
- Pepper, David, *Socialismo Ecológico (da ecologia profunda à justiça social)*, edições Instituto Piaget, s/ local, s/ data.
- Rokkan, Stein (e Seymour Martin Lipset), *Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 91 a 138.
- Rose, Richard (e Derek W. Urwin), *Persistence and Change in Western Party Systems, 1945-1969*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 185 a 194.
- Schmidt, Luísa (e Maria Inês Mansinho), *A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico*, in *Análise Social*, 125/126, quarta série, vol. XXIX, 1994 — 1.º e 2.º
- Schmidt, Luísa (e Aida Valadas de Lima), *Questões ambientais — conhecimentos, preocupações e sensibilidades*, in *Análise Social*, 135, quarta série, vol. XXXI, 1996 — 1.º
- Silva, Vasco Pereira da, *Verdes são também os Direitos do Homem*, Cascais, 2000.
- Sousa, Marcelo Rebelo de, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, 1983.
- , *Partidos Políticos*, in *POLIS*.
- Urwin, Derek W. (e Richard Rose), *Persistence and Change in Western Party Systems, 1945-1969*, in *The West European Party System*, edited by Peter Mair, Great Britain, 1990, pp. 185 a 194.
- Warwick, Paul V., *Disputed Cause, Disputed Effect (The Postmaterialist Thesis Re-examined)*, in *Public Opinion Quarterly*, vol. 62, n.º 4, Winter 1998.